

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 19 / 10 / 98
cod FED 00055



**Friends of the Earth
Amigos da Terra
Programa Amazônia**

**Levantamento de Informações
sobre a Terra Indígena do Vale do Javari
com Vista a sua Identificação e Demarcação**

Dezembro de 1997

Realizado com o Apoio da Agência de Cooperação Alemã GTZ

As informações deste relatório podem ser citadas mencionando a fonte.

Amigos da Terra – Programa Amazônia
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 4442
01402-002 São Paulo – SP
Tel (55-11) 887-9369
Fax 884-2795
E-mail: foeamaz@ibm.net

São Paulo, Dezembro de 1997

Introdução

Este relatório tem o objetivo de fornecer subsídios e informações atualizadas sobre a Terra Indígena Vale do Javari, cuja identificação e demarcação estão previstas pelo *Projeto para a Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal* (PPTAL), no âmbito do *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*.

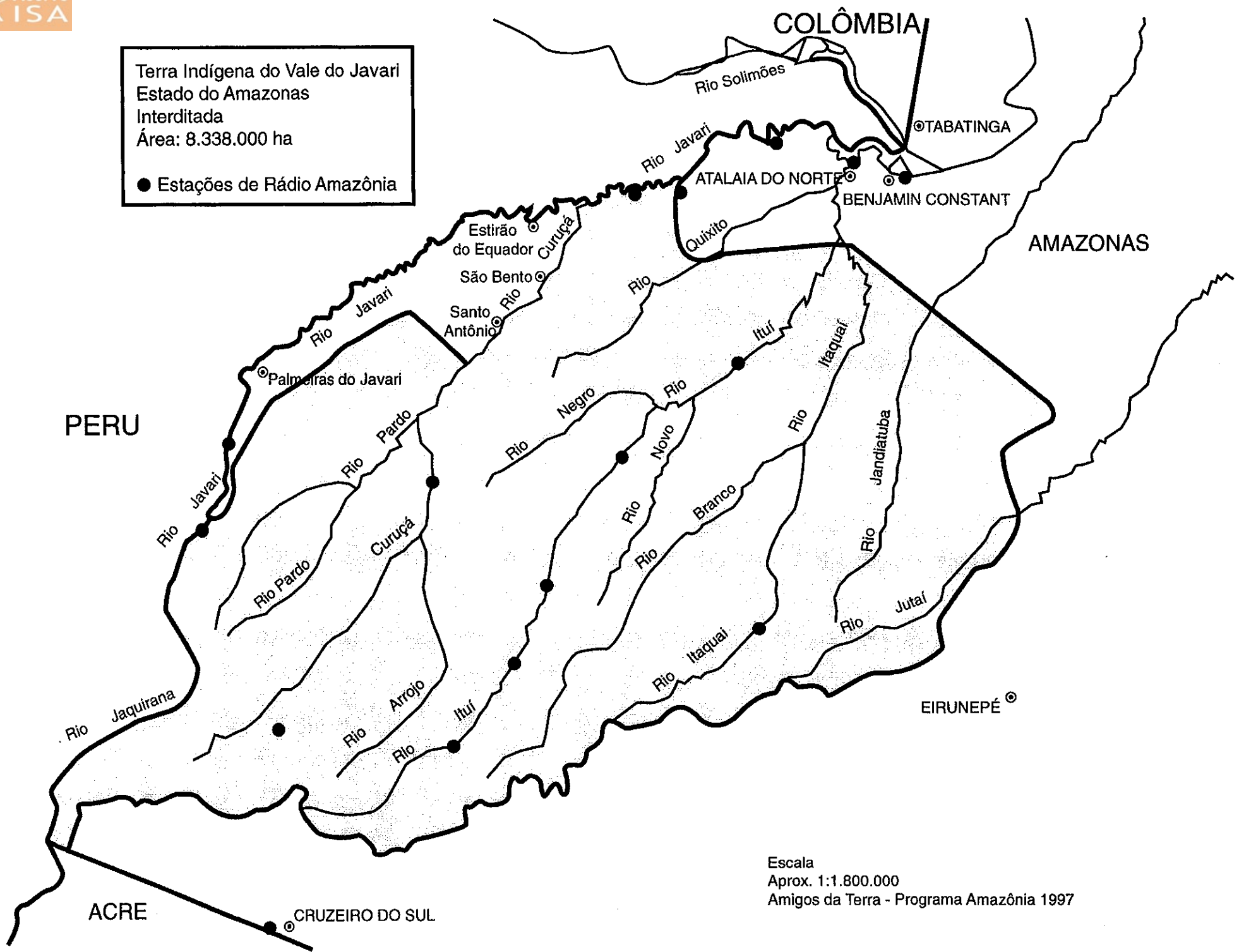
O levantamento de informações sobre essa área, que está entre as mais isoladas do País, visa favorecer o planejamento e a mais rápida execução do processo demarcatório. Para tanto, ele está sendo enviado para todas as instituições envolvidas, tais como a Coordenação do Programa Piloto junto a Secretária da Amazônia Legal, a Secretaria Técnica do PPTAL, a agência alemã de cooperação (GTZ), a Presidência da FUNAI, o Banco Mundial, a Comissão da União Européia e o Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA).

Trata-se apenas de um levantamento, e portanto não constam comentários ou sugestões pontuais com base nas informações apresentadas. Cabe apenas uma consideração de ordem geral: o relatório aponta para a necessidade e urgência de efetivar a demarcação e a vigilância desta área e para uma presença mais eficaz do Estado em uma região do País extremamente abandonada e onde ocorrem inúmeras atividades ilegais.

O relatório foi elaborado pelo Programa Amazônia de Amigos da Terra, entidade sem fins lucrativos que faz parte da rede de Amigos da Terra Internacional, com grupos em 54 países e reconhecida pelas Nações Unidas. Os recursos para sua realização foram fornecidos pela agência de cooperação alemã GTZ. As informações publicadas são originadas por amplos relatos redigidos pelo antropólogo *Terri Valle de Aquino*, ao longo da viagem da equipe do Projeto *Rádio Amazônia* de Amigos da Terra em agosto e setembro de 1997. Colaboraram para o levantamento o Coordenador do CIVAJA Clóvis Rufino, o Padre Joseney Lira e os índios Manoel Marúbo, Gaúcho Mayorúna e Tumi Matís. Colaboraram para o planejamento e execução da missão o CIVAJA, o *Instituto Socio-Ambiental* (ISA) e a *Pastoral do Alto Solimões*.

Terra Indígena do Vale do Javari
Estado do Amazonas
Interditada
Área: 8.338.000 ha

● Estações de Rádio Amazônia



Escala
Aprox. 1:1.800.000
Amigos da Terra - Programa Amazônia 1997

Índice

PARTE I

O QUADRO HISTÓRICO:

PRESENÇA DO ESTADO, ATUAÇÃO DA FUNAI,

ÍNDIOS ISOLADOS E MOBILIZAÇÃO INDÍGENA 7

1. Entre a Atração e o Conflito:
Os Contatos com os Arredios do Javari desde os Anos 60 7
2. A Década de 70 e a Proposta de Parque Indígena 16
3. Os Anos 80 e o Virtual Desaparecimento do Estado 19
4. 1995-96: Rumo à Demarcação? 29
5. Nasce o Movimento Indígena 31

PARTE II

O LEVANTAMENTO ATUALIZADO

E OS SUBSÍDIOS PARA O PROCESSO DEMARCATÓRIO 37

6. O Levantamento de Campo 37
7. A Análise dos Documentos 43
8. Os Depoimentos dos Atores Envolvidos no Processo 45
 - 8.1 *Terra, Saúde, Parcerias e Conflitos: A Visão dos Índios do Javari* 46
 - 8.2 *Rumo à Identificação:
a Perspectiva do Coordenador do Grupo de Trabalho da FUNAI* 67
 - 8.3 *Demarcação, Vigilância, Madeira e Pesca:
a Experiência do Coordenador da Pastoral Indigenista* 78
 - 8.4 *O Vale Visto pelos Madeireiros* 97

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS 109

PARTE I

O QUADRO HISTÓRICO: PRESENÇA DO ESTADO, ATUAÇÃO DA FUNAI, ÍNDIOS ISOLADOS E MOBILIZAÇÃO INDÍGENA

1. Entre a Atração e o Conflito: Os Contatos com os Arredios do Javari desde os Anos 60

Até o início dos anos 70, não houve qualquer atuação sistemática do Estado brasileiro direcionada às populações indígenas do Vale do Javari. Esporadicamente, foram registradas algumas ações pontuais do Exército, que no início da década de 60 arrasou malocas de índios Mayorúna, ainda “arredios”, nos rios Javari e Curuçá, bem como da Petrobrás e da Companhia Brasileira de Geologia, que realizaram inúmeras explosões de dinamites em áreas tradicionalmente ocupadas pelos Mayorúna, Korubo, “Flecheiros”, “Mayá”, “Tsohom Djapá” e outros “grupos arredios”, em diferentes anos das décadas de 70 e 80. Somente em 1971 o órgão indigenista oficial iniciou seus trabalhos nesta região, em apoio à construção da rodovia Perimetral Norte que ligaria as cidades de Benjamin Constant/AM, na região do Alto Solimões, à Cruzeiro do Sul/AC, no Alto Juruá acreano ¹.

A atuação da Funai no Vale do Javari, desde o início até meados da década de 70, foi direcionada para o estabelecimento de “frentes de atração” na área de influência desta rodovia, que passaria entre os rios Javari e Curuçá, cortando áreas antes ocupadas pelos Marúbo, Mayorúna e diversos “grupos ainda arredios”.

Ao tomar conhecimento da diversidade étnica das populações indígenas do Vale do Javari, marcada pela existência de grupos com contato secular com a sociedade envolvente, como

¹ A respeito da ação militar do Exército brasileiro, que no início da década de 60 chegou a bombardear e destruir antigas malocas dos índios Mayorúna, ainda “arredios”, nos rios Javari e Curuçá, o antropólogo Júlio Melatti fez o seguinte comentário, em 1981:

“Nos anos Cinquenta, houve muitas fugas de seringueiros e madeireiros, dizendo-se atacados pelos índios, e os próprios moradores de Benjamin Constant se sentiam ameaçados. Cardoso de Oliveira (1972, 35-42) dá um retrato dessa situação e mostra como as notícias de ataques de índios, com a presença entre os mesmos de bandoleiros peruanos, podiam servir tanto aos interesses dos seringueiros e madeireiros, desejosos de deixar os lugares difíceis em que trabalhavam sem saldar suas dívidas, como dos próprios empresários, que estariam procurando envolver o Exército na tarefa de desalojar índios das terras que desejavam explorar, sob a ilusão de estar defendendo a integridade do território brasileiro de uma ameaça estrangeira. E o Exército chegou realmente a arrasar algumas malocas, ao que parece desocupadas, em 1960. Uma vez que a ação militar afugentou temporariamente, mas não desalojou os grupos indígenas, os mesmos empresários começaram a pensar numa atividade do então Serviço de Proteção aos Índios para neutralizá-los” (CEDI: 1981, 25).

Melatti informa ainda, citando o antropólogo Romanoff (1976: 104), que em 1964, aviões peruanos chegaram, inclusive, a bombardear a área ocupada pelos Mayorúna, localizada do outro lado da fronteira, com objetivo alegado de explorar a área que seria cortada por uma estrada (CEDI: 1981, 25)

os Marúbo, Kanamari e Kulina; de grupos ainda em processo inicial de contato inter-étnico, como os Mayorúna e os Matis; e, ainda, por seis a oito grupos “arredios ou isolados”, os sertanistas da Funai, no início da década de 70, propuseram a criação de quatro “Postos Indígenas de Atração” (PIA) nos rios Javari, Curuçá, Itui e Itacoai.²

Desde então, têm ocorrido recorrentes conflitos armados, envolvendo, de um lado, sertanistas, auxiliares de sertanistas e trabalhadores braçais dos postos de atração da Funai, bem como seringueiros, madeireiros, caçadores e pescadores profissionais, e, de outro, integrantes de distintos grupos ainda sem contato sistemático com o mundo dos brancos, notadamente “Korubo”, “Flecheiro”, “Mayá”, “Tsohom Djapá” e outros “grupos arredios” do Vale do Javari. Violentos enfrentamentos, que vêm ocorrendo até mesmo nos dias de hoje, têm resultado em mortos e feridos de ambos os lados. O antropólogo Júlio César Melatti, que iniciou suas pesquisas entre os Marúbo das cabeceiras dos rios Itui e Curuçá, ainda em meados da década de 70, afirma que *“só no rio Itacoai os índios mataram trinta civilizados nos últimos anos”* (CEDI: 1981, 25).

Em 1972, a Funai instalou o PIA Marúbo, localizado na margem direita do rio Itacoai, cerca de 300 metros acima da foz do igarapé Marúbo. No ano seguinte, criou o Sub-Posto Rio Branco nas proximidades dos igarapés Açaí, Nova Sorte e Taboca, pois diversos “grupos arredios” apareciam com frequência nesses locais.

Em 2 de julho de 1973, índios “arredios”, presumivelmente Korubo, atacaram o PIA Marúbo, queimando-o totalmente e matando, a golpes de cacetes, a esposa de um trabalhador braçal lotado neste “posto de atração” da Funai. No dia 16 de agosto do mesmo ano, os Korubo voltaram novamente a atacar o PIA Marúbo, matando desta vez um trabalhador braçal e ferindo gravemente o sertanista Bernardo Muller Filho, encarregado deste PIA. Em maio do ano seguinte os “Korubo” mataram, novamente à golpes de cacetes, um seringueiro que estava caçando no lago Meruim.

A partir daí passaram a ser vistos em vários locais do rio Itacoai, especialmente nos trechos compreendidos entre a foz do rio Branco e a confluência do rio Itui com o Itacoai. Os “arredios”, que se localizavam no polígono formado pelos rios Itacoai, Branco e Itui, eram conhecidos por “Marubão”, ou “Kaniwa”, ou “Korubo” como foram denominados pelos Matis.

Em 6 de fevereiro de 1975, cerca de 200 índios Korubo surgiram no lado oposto do rio Itacoai, em frente ao PIA Marúbo, hostilizando os integrantes da “frente de atração” que ali se encontravam trabalhando. Em dezembro deste mesmo ano, o auxiliar de sertanista do PIA Marúbo, Jaime Lima Pimentel, foi morto por esses índios, também chamados de “Caceteiros” pela população regional. Meses após esse incidente, a Funai desativou o PIA Marúbo.

² Inspirados nas idéias do positivismo humanitário de Rondon, ainda no tempo do extinto SPI, a atuação dos sertanistas da Funai, desde seu início, visava “atrair e amansar os índios arredios”, ou em outras palavras, “a incorporação dos índios à nossa sociedade pela assimilação de nossa indústria, nossa arte, bem como adoção de nossos hábitos”. Para esses sertanistas a própria idéia de demarcação de terras indígenas é encarada como instrumento de ação civilizadora, numa perspectiva evolucionista.

Segundo informações dos sertanistas da Funai, que atuaram no Vale do Javari na década de 70, os maiores conflitos com os “arredios” ocorriam tanto na área de ocupação tradicional dos Korubo, situadas nas proximidades da confluência do Itui com o Itacoai, quanto nas terras firmes situadas nas cabeceiras de afluentes dos rios Curuçá e Quixito, áreas receptoras, na época, de vultosos investimentos canalizados para as empresas madeireiras, sediadas em Benjamim Constant e Atalaia do Norte, através de agências bancárias da região. Tratava-se de investimentos subsidiados pelo próprio governo federal, com juros baixíssimos e longos prazos de carência.

Ao se referir aos “índios arredios do rio Quixito”, posteriormente denominados “Flecheiros”, esses sertanistas afirmavam que seus “vestígios e rastros” eram encontrados, sobretudo, em um de seus afluentes, o igarapé Figueiredo, onde diversas turmas de madeireiros desenvolviam suas atividades de extração de madeira. Esses índios, considerados pela população regional como “mansos ariscos”, mantinham contatos esporádicos com alguns integrantes de grupos madeireiros que atuavam no rio Quixito. Calculavam, na época, a existência “de 120 a 150 Flecheiros” nesse rio. Alertavam, ainda, para o fato de que os “Flecheiros” estavam sendo “amansados pelos madeireiros”, para retirarem grandes quantidades de madeira nas cabeceiras do rio Quixito (Montagner, 1980).

Faziam também referências a outros grupos arredios encontrados no rio Jandiatuba e nas cabeceiras do igarapé Uchôa, afluente da margem direita do rio Itacoai. Esses eram conhecidos regionalmente como “Mayorúna (Pano) das cabeceiras do Jandiatuba”, “Kulina ou Korina (Pano) do baixo rio Jandiatuba” e também “Katukina do rio Jandiatuba”. Os Kanamari do Massapê, no alto rio Itacoai, que também falam um idioma da família linguística Katukina, chamavam estes índios de “Kapiwara”.

Os sertanistas constataram ainda, no início dos anos 70, a existência de outros “grupos arredios”, que perambulavam por áreas compreendidas entre as nascentes dos igarapés São José e Uchôa e as cabeceiras dos rios Jandiatuba e Jutai. Esses “arredios”, que viviam no igarapé São José, eram denominados “Flecheiros” pelos regionais, para os distinguir dos Korubo, que só utilizam “cacetes”, ou bordunas, desconhecendo, assim, o uso de arcos e flechas. Afirmaram também que as cabeceiras desses rios e igarapés ficavam próximas uma das outras, ressaltando que as cabeceiras do igarapé São José encontravam-se muito próximas das nascentes do rio Jandiatuba, apenas a um dia de caminhada. Apontavam ainda que nessa área perambulavam “índios arredios”, supostamente grupos “Flecheiros do igarapé São José”.

Em 1977 os “Flecheiros” atacaram um acampamento de madeireiros, matando um deles e flechando outro. Sobrevôos realizados nas cabeceiras do rio Jandiatuba e do igarapé São José, neste mesmo ano, constataram a presença de sete grandes malocas..

Em 1974 a Funai já havia instalado o PIA Itui, localizado no médio curso do rio Itui, nas proximidades da foz do rio Novo de Cima, mas somente em 1976 iniciou a atração dos Matís. Esse processo de atração, que cobre o período de 1976/79, ocorreu, ao contrário de outros grupos arredios do Vale do Javari, “sem grandes choques e traumas”. Os Matís viviam, até então, em três malocas situadas nos igarapés Jacurapá, Boeiro e Coari, afluentes do médio curso do rio Itacoai. O censo da população Matís, em 1979, dois anos após os primeiros contatos, era de apenas 132

habitantes. Contudo, os próprios sertanistas informavam que os Matis eram muito mais numerosos, mas uma “epidemia de gripe” os dizimou.

Em diversos documentos encaminhados à Funai, seus sertanistas também alertavam para o fato de que a exploração madeireira, sobretudo a partir dos primeiros anos da década de 70, vinha se intensificando em todo o Vale do Javari, devido aos preços que as madeiras, especialmente cedro, *aguano* (mogno) e diversas madeiras brancas atingiam no mercado nacional e internacional. A maior concentração de madeiras, tanto nobres como as principais madeiras brancas, encontrava-se justamente em áreas ocupadas pelos Korubo e outros índios “arredios”, nos baixos e médios cursos dos rios Curuçá, Itui e Itacoai, assim como nas cabeceiras dos rios Jandiatuba e Jutaiá.

A respeito da intensificação das atividades madeireiras na região do Javari/Alto Solimões, antropólogos como Roberto Cardoso de Oliveira e Júlio César Melatti, que estudaram grupos indígenas desta região em diferentes momentos das décadas de 50 e 70, por sua vez, chamavam atenção para o surgimento de uma nova frente econômica de expansão, em substituição à antiga frente extrativista da borracha, que estava atingindo os últimos refúgios ocupados por essas populações ainda sem contato sistemático com a sociedade envolvente. Nesse sentido, são dignas de nota as seguintes observações feitas por Melatti, ainda no início da década de 80:

“Examinando a situação, Cardoso de Oliveira percebeu que era a empresa madeireira que, com maior agressividade, atingia os nichos mais afastados onde se haviam refugiado os remanescentes indígenas da região. De fato – ao contrário dos seringueiros, que tinham suas atividades sobretudo na várzea, ao longo dos rios maiores– os madeireiros penetravam profundamente na terra firme, subindo os pequenos igarapés, atingindo assim populações indígenas que haviam escapado total ou parcialmente ao alcance da anterior frente da borracha. A partir dos núcleos urbanos da confluência Javari-Solimões, havia se articulado uma nova frente de expansão, a madeireira, que avançava ao sul, sobre áreas trabalhadas, abandonadas ou nunca explorada pelos seringueiros” (CEDI: 1981, 25)

Tanto os sertanistas da Funai, quanto os eminentes antropólogos citados acima, observaram a continuidade quase secular do “sistema de aviamento, ou de barracão”, na região do Vale do Javari, que tem marcado historicamente as relações de troca entre bens industrializados, ou “mercadorias”, e os produtos extraídos da floresta, tais como pélas de borracha, peles de animais silvestres, toras de madeiras e outros menos importante, como farinha, feijão, arroz, criação doméstica, carne de caça salgada e pescado. Os trabalhadores, em grande maioria na região, brancos e índios, eram aviados por patrões, regatões e grandes comerciantes das cidades de Benjamim Constant e Atalaia do Norte. Alguns desses grandes comerciantes, inclusive, se intitulavam “donos dos rios”, onde estavam localizados seus “fregueses”. Afirmavam, ainda, que o Quixito e o Itacoai eram os únicos rios que “não tinham donos”, embora o INCRA de Atalaia do Norte tivesse registrado 86 seringais em ambas as margens do Itacoai.³

³ O antropólogo Júlio César Melatti afirma que o sistema de aviamento é de fundamental importância para se entender as relações de troca entre os agentes envolvidos nas atividades extrativas na área do Vale do Javari. Sua caracterização desse sistema é bem ilustrativa, tal como formulada abaixo:

O sertanista Sebastião Amâncio da Costa, que percorreu vários rios do Vale do Javari, Jutai e Jandiatuba em diferentes momentos da década de 70, considerava que os trabalhos das “frentes de atração” da Funai, entre os anos de 1971 a 1974,

“vinham se desenvolvendo de forma satisfatória, porém, a partir de 1975 a atenção ao Vale do Rio Javari gradativamente passou a perder o estímulo que até então vinha recebendo da Funai, primeiramente com a paralisação das metas antes estabelecidas e posteriormente com a desativação de fundamentais trabalhos de atração em diversas áreas, cujos reflexos, tanto no campo social quanto no financeiro, são dos mais trágicos e com irreparáveis conseqüências para com as etnias envolvidas no contexto; paralelamente, o estímulo até então dirigido ao Vale do Rio Javari passou gradativamente a ser orientado para a área do Alto Solimões, junto à etnia Tikuna, enquanto que no Vale do Rio Javari era mantida praticamente a presença física da Funai e, mesmo assim, somente em poucos pontos onde, até então, havia sido levado a efeito atrações parciais de Grupos Tribais Isolados, permanecendo, porém, inalterados os problemas da demarcação de áreas indígenas, saúde e educação” (Costa, 1981).

As “frentes de atração” da Funai, a partir de meados da década de 70, foram desativadas em decorrência da paralisação da construção da rodovia Perimetral Norte. Isto provocou, de fato, sérias conseqüências para as populações indígenas do Vale do Javari, resultando numa sistemática invasão de seus territórios por madeireiros, seringueiros, caçadores e pescadores profissionais, bem como no aumento considerável de conflitos entre índios “arredios” e integrantes destas frentes extrativistas.

De 1975 em diante, até meados da década de 80, a Petrobrás realizou inúmeras explosões de dinamite, tanto nas cabeceiras dos rios Javari, Jandiatuba e Jutai quanto nos médios e baixos cursos dos rios Curuçá, Itui e Itacoai. Sobre a atuação dessa empresa estatal de petróleo, que realizava pesquisas geológicas e sismográficas no Vale do Javari, o antropólogo Júlio César Melatti fez a seguinte consideração:

“No primeiro lustro dos anos setenta, a Petrobrás operou na região à procura de poços de petróleo. Não parece ter encontrado nada que fosse de interesse. Mas sua presença foi importante, pois há quem diga que foram os explosivos utilizados na pesquisa que amedrontaram os Mayorúna, fazendo-os procurar contato pacífico com

“O sistema se caracteriza pela troca de ‘mercadorias’, fornecidas adiantadamente (‘aviamento’), pelo ‘produto’. As ‘mercadorias’ incluem alimentos (farinha de mandioca, açúcar, café, cachaça etc.), instrumentos destinados a conseguir alimento (espingarda, munição, anzóis etc.), remédios, tecidos e roupas, assim como o próprio instrumental necessário à atividade de extração (tigelinhas, facas de seringa, terçados, machados, cabos de aço). O ‘produto’ são as pélas de borracha, as toras de madeira e, ainda que de comércio proibido, couros de animais, para citar os mais importantes. Todo aquele que adianta ‘mercadorias’ é reconhecido como ‘patrão’ daquele que lhe fica a dever o ‘produto’. É sempre o ‘patrão’ que estabelece os preços, tanto das ‘mercadorias’ como dos ‘produtos’, aquelas sempre majoradas, estes sempre subestimados, de tal modo que o trabalhador está sempre em dívida e raramente consegue superá-la e fazer saldo”. (CEDI: 1981, 27)

os brancos. Agora a Petrobrás se prepara para fazer detonação na área dos índios arredios (possivelmente Korubo) da confluência Itui/Itacoai” (CEDI: 1981, 27).

A respeito desse período de dez anos em que a Petrobrás atuou na região do Javari, o antropólogo Wálter Coutinho Jr, coordenador do Grupo Técnico da Funai (GT PP 0174/95) que realizou o último reestudo da Terra Indígena (TI) Vale do Javari, em 1995-96, acrescentou as seguintes observações:

“A Petrobrás, na década de 70, mexeu, sobretudo, com os Mayorúna, quando estes índios ainda eram arredios, ou isolados, como se diz. Quer dizer, a Petrobrás, realmente, não satisfeita de ter atuado na década de 70 no território Mayorúna, ela também, na década de 80, promoveu intervenções na área dos Korubo, próximo à confluência do rio Itui com o Itacoai. E, posteriormente, na área desses outros grupos isolados, provavelmente os Flecheiros, que viviam entre os rios Itacoai e Jandiatuba. Em 1985, cerca de 12 anos atrás, a Petrobrás ainda atuou no Vale do Javari realizando inúmeras explosões de dinamite” (Coutinho: 1997, i.p.).

Desde o início da década de 80, em reação às explosões de dinamite realizadas em seu território, os Korubo atacaram e mataram madeireiros, seringueiros, sertanistas, auxiliares de sertanistas e trabalhadores braçais da Funai, bem como funcionários da Companhia Brasileira de Geologia, empresa contratada pela Petrobrás para realizar suas pesquisas no Vale do Javari.

Em 1980, os Korubo mataram um madeireiro no igarapé Coarizinho, afluente do rio Itui. Em 1982, atacaram o posto de atração da Funai nas proximidades da foz do rio Itui com o Itacoai, matando dois servidores do órgão indigenista. Em 1983, queimaram uma maloca dos “arredios do rio Quixito”. Neste mesmo ano mataram o seringueiro Antonio Kulina, que trabalhava nas proximidades de suas áreas de perambulação. Em 1984, durante a realização de pesquisa sísmográfica da Petrobrás em seu território, os Korubo mataram o sertanista Lindolfo Nobre Filho e um funcionário da Companhia Brasileira de Geologia. Neste mesmo ano mataram um garimpeiro no rio Itui. Em 1985 atacaram a casa do seringueiro José Nelson da Silva, situada na margem esquerda do rio Itui, que se retirou de sua antiga colocação, junto com sua família (Processo Funai/BSB/1074/80).

Apesar de todos esses ataques e mortes protagonizados pelos Korubo, há também informações disponíveis neste Processo da Funai acima citado, de que esses índios teriam sido massacrados e tiveram diversas de suas malocas queimadas tanto pelos madeireiros quanto pela Petrobrás. As explosões realizadas pela Petrobrás, no início dos anos 80, vêm repercutindo, até mesmo nos dias de hoje, na recusa dos Korubo em estabelecerem relações pacíficas com o mundo dos brancos.

Também em decorrência de explosões de dinamite detonadas pela Petrobrás e pela Companhia Brasileira de Geologia em áreas de seu território tradicional, segundo informam os integrantes do GT da Funai de 1985, os próprios Korubo estavam ocupando novas áreas de perambulação, situadas “entre a margem esquerda do Itui e o rio Esquerdo, afluente da margem direita do Itacoai; na margem direita do Itacoai; e na margem direita do rio Branco, afluente da

margem esquerda do rio Itacoai. Além destes locais, “continuavam ocupando sua área tradicional entre os rios Itui, Itacoai e Branco” (Cavucens e Neves: 1986).

Sobrevôo realizado por sertanistas da Funai, em 1985, constatou a presença de índios “Flecheiros” na área compreendida entre as cabeceiras dos igarapés São José e Uchôa e as nascentes do rio Jandiatuba.

Também em decorrência da ação da Petrobrás nas cabeceiras do rio Jutai, em 1983, uma maloca dos “Tsohom Djapá” foi queimada nas cabeceiras do igarapé Davi. Este grupo “arredio” vivia, até então, numa área compreendida entre as cabeceiras dos rios Itacoai, Jandiatuba e Jutai. Neste mesmo ano, os “Tsohom Djapá” atacaram um acampamento de funcionários da Petrobrás, flechando um deles; em resposta, foi detonada uma grande quantidade de explosivos para espantá-los.

No ano de 1986, há registro de choques entre os Korubo e os madeireiros no rio Branco, afluente do Itacoai. Em agosto do ano seguinte, eles apareceram no igarapé Quebrada, assustando seus moradores que se deslocaram para o baixo curso do rio Itacoai. Em novembro desse mesmo ano, estiveram a apenas 12 horas de barco de Atalaia do Norte, pedindo alimentos e roupas aos ribeirinhos do Itacoai (Processo Funai/BSB/1074/80).

Em janeiro de 1987, através da Portaria nº 117, de 28.01.87, a Funai criou o PIA Itacoai, “com a finalidade de proceder o contato pacífico, proteger a integridade física e o meio ambiente dos índios isolados denominados Korubo, no Vale do Rio Javari, no extremo oeste do Estado do Amazonas”. Nesse mesmo ano, “índios Flecheiros” foram massacrados por turmas de madeireiros que trabalhavam nas cabeceiras do igarapé São José, afluente da margem direita do rio Itacoai, “presume-se que uma maloca de 20 a 30 índios foi arrasada. Os madeireiros entregaram na ADR alguns objetos recolhidos: redes, panelas, flechas e arcos” (Processo Funai/BSB/1074/80).

Em setembro de 1990 ocorreu o massacre comprovado de quatro índios Korubo, executados por 15 madeireiros e pescadores na margem do lago Gamboa, situado próximo à foz do rio Itacoai. Em relação à morte desses três Korubos, nas proximidades da cidade de Atalaia do Norte, a Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões solicitou a intervenção da Polícia Federal, que deslocou-se até o local do massacre. Um laudo técnico comprovou a morte dos índios e um inquérito foi instaurado (ISA: 1991/95, 334).

Em dezembro de 1991 os Korubos mataram dois madeireiros, que trabalhavam na extração de madeira em sua área de perambulação, aumentando o clima de animosidade na região. Esquecendo-se do massacre de três índios Korubos, perpetrado no ano anterior,

“os madeireiros ameaçaram fazer justiça com as próprias mãos, colocando em risco a sobrevivência dos Korubo” (ISA: 1991/95, 334).

Em 1994, a Pastoral Indigenista do Alto Solimões recebeu informações de que uma turma de madeireiros, ao invadir a área Korubo para extrair cedro e mogno nos afluentes do baixo rio

Itui, realizou uma verdadeira “correria” contra os Korubo. Não há, contudo, comprovantes de quantos Korubo foram mortos durante esse ataque (Nascimento, Joseney Lira: 1997, i.p.)

Em fevereiro de 1995 os Korubo mataram, como sempre a cacetadas, um funcionário público de Atalaia do Norte, que estava caçando no igarapé Pau Branco, afluente do rio Quixito. Segundo informações dos moradores da região, um grupo de madeireiros do rio Quixito teria abatido pelo menos dez Korubo.

Ainda a respeito dos Korubo, o indigenista Silvio Cavucens, então assessor técnico da COIAB, observou

“um aumento considerável de invasão de suas terras por madeireiros, que penetram de forma sempre mais ousada nos rios Itaquai e Itui e seus afluentes da margem direita, cujos percursos situam-se em pleno território Korubo. Isso tem provocado deslocamento freqüentes dos Korubo, em busca de áreas mais seguras, e na tentativa de afugentar a população mais permanente que mora na região. Isto pode ser comprovado com o seu aparecimento em locais onde nunca haviam aparecido anteriormente, como foi o caso no dia 02.05.95, em que moradores da comunidade do Ladário, localizada na margem esquerda do Itaquai, tiveram suas roças invadidas pelos Korubo. Nesse mesmo ano, eles percorreram as terras localizadas entre a margem esquerda do Itui e o rio Quixito” (ISA: 1991/95, 337)

Apesar do estabelecimento dos Postos Indígenas de Atração (PIA) da Funai, a partir do início dos anos 70, inúmeros conflitos, que quase sempre resultaram em mortes de ambos os lados, vêm persistindo por quase três décadas, configurando um estado permanente de beligerância no Vale do Javari. Enfim, essa situação permanente de luta vem gerando insegurança e tensão para os Korubo e os não índios, sendo imperioso interrompê-la.

Em suma, ainda em decorrência da atuação das “frentes de atração” da Funai em diferentes rios do Vale do Javari, resultou na “pacificação” dos Mayorúna, no início dos anos 70, e dos Matis, no final desta mesma década. Já em relação aos Korubo, somente a partir de 1996, com a instalação da “Frente de Contato Vale do Javari”, chefiada pelo sertanista Sydney Possuelo, chefe do Departamento de Índio Isolados da Funai, ocorreram os primeiros contatos. Mas, em 22 de agosto de 97, os Korubo mataram a golpes de cacete o auxiliar de sertanista Raimundo Batista Magalhães, conhecido como Sobral. Afora dois empregados da Petrobrás, que foram mortos por estes índios, este é o sétimo funcionário da Funai a perder a vida na “frente de contato” com os Korubo.

“Foi uma tragédia inesperada. Desde outubro do ano passado, quando fizemos o primeiro contato com os Korubo, já tivemos mais de 20 encontros com os índios. O ataque foi mais surpreendente porque em outras ocasiões os índios se deslocaram da aldeia até a base da Funai para receber presentes e os encontros sempre haviam sido amistosos. Só fomos à aldeia uma única vez e foram passadas severas instruções para que a equipe não se deslocasse outra vez à área onde os Korubo estão instalados”,

declarou o sertanista Sydney Possuelo ao jornal Correio Brasiliense, em 23 de agosto de 1997.

Independentemente da morte de Sobral e das dificuldades das atividades de atração, a Frente de Contato Vale do Javari, por sua posição estratégica, vem impedindo, desde a sua criação oficial em 1995, a continuidade da depredação de importantes recursos naturais por madeireiros, pescadores e caçadores profissionais, nos rios Itui e Itacoai, área central da TI Vale do Javari, desempenhando assim um importante papel de fiscalização.

2 A Década de 70 e a Proposta de Parque Indígena

Ainda no início da década de 70, alguns sertanistas da Funai chegaram a formular propostas de criação de extensas áreas contínuas para as distintas populações indígenas do Vale do Javari. Em 1972, o sertanista Sebastião Amâncio da Costa propôs a criação de uma área de 6.908.000 ha, que englobaria todos os grupos indígenas, “contatados e arredios”, dos rios Javari, Curuçá, Itui e Itacoai. Neste mesmo ano, o sertanista Rubens Pestana Tavares também apresentou uma proposta de criação do “Parque Indígena do Itui”, com área estimada em 1.500.000 ha. Contudo, essas propostas não foram consideradas pelo órgão indigenista oficial.

Somente em 1980 foram encaminhados diversos documentos à presidência da Funai, solicitando a criação de Grupos de Trabalho (GT) com objetivo de realizar a identificação e delimitação das áreas contidas na extensão do Parque Indígena do Vale do Javari.

Em 21 de março de 1980, a antropóloga Delvair Montagner Melatti, então chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas da Funai, encaminhou à presidência do órgão indigenista o “Projeto de Estudos para a Eleição de Áreas Indígenas na Bacia do Rio Javari”. Dentre as justificativas então apresentadas para a criação do Parque Indígena, destacava-se:

“O Parque comportará os índios Kanamari, Tukano (Kanamati), Mayorúna, Marúbo, Korina, Matis e seis grupos indígenas arredios, ainda não identificados. Estes índios estão distribuídos em várias malocas dentro da área pleiteada para o Parque Indígena, onde desenvolvem atividades econômicas, como sejam, caça, pesca, coleta, extração de seringa e madeira. A extensão do Parque é plenamente justificável, se levarmos em conta a ecologia cultural dos grupos indígenas que o ocupam. Não sendo grupos sociais sedentários necessitam de bastante espaço físico para explorarem as fontes alimentares que precisam para subsistirem. A mobilização das aldeias é uma constante para permitir o equilíbrio biológico e ecológico da área. O Parque Indígena do Vale do Javari está numa situação privilegiada e estratégica devido a sua localização e as condições ecológicas que ainda desfruta. Não podemos garantir pela definição da área para os índios arredios, por não conhecermos in loco o habitat tradicional dos mesmos. Há necessidade que sejam implantados Frentes de Atração com rapidez, antes que a área seja toda invadida por seringueiros e madeiros, tornando impossível a sua posse. Não existe espaços ‘vazios’ no Parque Indígena do Vale do Javari, mas mesmos que estes existissem, poderão ser utilizados pelos grupos indígenas das proximidades. Poderá abrigar o aumento populacional que ocorrerá nos grupos devido a boa integridade física e cultural que advirá do controle do contato, de uma programação adequada de saúde e assistência médica, diminuindo a morbidade infantil e a presença da Funai em todas as áreas indígenas localizadas dentro do Parque Indígena” (Montagner, 1980)⁴.

⁴ Também em 1980, através do Memo nº 315/DGPC, de 04.07.80, Delvair Montagner registrou os seguintes “problemas de ordem administrativa”, que demandariam providências imediatas da Funai. Dentre eles, destacava os seguintes:

Em 14 de maio de 1980, através das Portarias 720/E, 721/E e 722/E, o presidente da Funai criou três Grupos de Trabalho (GTs) para estudar, em conjunto, a situação de todas as áreas indígenas da bacia do Javari e a possibilidade de criação de um Parque Indígena.

Enquanto a constituição do GT PP 720/E tinha como principal objetivo “*proceder a identificação e a delimitação das áreas indígenas situadas nas bacias dos rios Javari e Curuçá*”, a do GT PP 721/E visava “*proceder a identificação e a delimitação das áreas indígenas situadas nas bacias dos rios Itui e Itacoai*” e a do GT PP 722/E teve como principal finalidade “*proceder a identificação e delimitação de áreas indígenas situadas nas bacias dos rios Jandiatuba e Jutai*”. Todas essas áreas indígenas contíguas, situadas nos municípios de Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Jutai, no extremo oeste do Estado do Amazonas, deveriam ser criadas “*de comum acordo com as comunidades indígenas*”.

Nos estudos realizados por estes três grupos de trabalho, coordenados por antropólogos do próprio órgão indigenista, estavam implícitas algumas das idéias herdadas dos sertanistas da Funai, de que só numa área contínua, de grande dimensão, nos moldes de um Parque Indígena, se poderia garantir a sobrevivência física e a diversidade cultural dos grupos indígenas da bacia do

-
- a- “Contatos com o IBDF, BASA e Banco do Brasil, em Brasília, a fim de ser celebrado um protocolo com a Funai e estas instituições, para não fornecerem autorizações e financiamentos aos seringueiros e madeireiros que exploram as áreas indígenas;
 - b- Transformar a Ajudância do Solimões em Ajudância Autônoma ou em Delegacia Regional, dado a extensão das áreas indígenas sob a sua jurisdição e a diversidade de problemas que exigem soluções imediatas, o que nem sempre é possível quando subordinada a uma Delegacia distante demais do seu foco de ação, atendendo a uma imensa região geográfica;
 - c- Equipar os PIs e PIAs de radiofonia (ou consertar os já existentes) e de barcos com motores, aumentando a cota de gasolina que é insuficiente para atender razoavelmente os postos. Comprar motores para as três voadeiras da Ajudância;
 - d- Ativar o PI Massapê, colocando professores, atendente e chefe de posto com a finalidade de fixar os Kanamari na área;
 - e- Elaborar Portaria que declare as aldeias indígenas como reservas, para assim apreender as madeiras de lei que já foram cortadas em Massapê, nos rios Itacoai, Itui e Quixito. As madeiras serão vendidas e o dinheiro revertido para as comunidades lesadas;
 - f- Solicitar ao Comando do Batalhão de Fronteira para auxiliar na vigilância da entrada de madeireiros e seringueiros nas áreas indígenas, futuro Parque Indígena Vale do Javari, e também na retirada dos mesmos destas áreas, cumprindo o artigo 25, do Capítulo II, da Lei 6.001;
 - g- Permitir a entrada de regatões nas áreas indígenas, mas com fiscalização da Funai. A ASPLAN elaborará um projeto cooperativista para os Kanamari e Marúbo ainda este ano;
 - h- Ativar a Frente de Atração do Itacoai, sob a chefia de Pedro Coelho, promovendo-o a sertanista devido ao excelente trabalho realizado entre os Matis no PIA Itui;
 - i- Criar a Frente de Atração no rio Esquerdo, afluente do rio Quixito, e outra no igarapé São José, afluente do rio Itacoai, para atrair os índios das cabeceiras do rio Jandiatuba. As três Frentes de Atração deverão ser abertas em julho/80. A Divisão de Estudos e Pesquisas (DEP) poderá ceder 3 milhões dos recursos de sua programação, devido a premência que o caso requer;
 - j- Sugiro o nome do sertanista Modesto Alves França para o PIA Quixito, por conhecer a região. E os sertanistas Estevão ou Arnaldo para o PIA Jandiatuba, devido a experiência de ambos;
 - k- Transformar o PIA Itui em PI Itui, deslocando 12 braços para as outras Frentes de Atração. O PI Itui deverá ser removido para o igarapé Jacurapá, onde se encontra o tapiri dos técnicos;
 - l- Colocar Posto de Vigilância na boca do rio Itui para evitar a penetração de madeireiros e seringueiros na área. O pessoal de vigilância pode ser da Funai ou do Comando do Batalhão de Fronteira”.

rio Javari, que então vivenciavam distintas situações de contato interétnico; e ainda de que, dada a dispersão dessas populações em diversas áreas do Vale do Javari, elas compunham um imbricado sistema de relações inter-tribais e interétnicas.

As razões pelas quais os levantamentos etnográficos realizados pelo GT/80 ficaram incompletos, prejudicando o processo inicial de regularização administrativa do Parque Indígena do Vale do Javari, já foram bem explicitadas pelo antropólogo Júlio César Melatti, em 1981 :

“Sem dúvida esse trabalho foi muito prejudicado pela demissão do antropólogo Terri Valle de Aquino, que teve lugar quando o mesmo estava em pleno desempenho do trabalho de campo, o que o levou a não apresentar seu relatório. Por sua vez, o companheiro de Aquino, o topógrafo Darcy Vicente Alves, veio a falecer em Brasília, no início de 1981, vitimado por uma malária contraída em Roraima; entretanto, deixou feita a sua parte. A delimitação do Parque foi feita pela reunião de delimitações parciais, referentes a cada grupo, que ficavam bastante próximas ou contíguas. O Parque assim delimitado (ver no mapa geral a ‘Proposta de Parque 1’) reúne todos os índios da bacia da margem direita do Javari, com exceção dos Mayorúna da aldeia Lameirão, que ficarão numa reserva separada, e avança sobre o alto Jutai e alto Jandiatuba. Situa-se, pois, em terras de três municípios: Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Jutai. O mapa geral indica os limites do Parque conforme traçados pelo engenheiro cartógrafo Lucélio César Sabe Franco/1981” (CEDI: 1981, 31)

Os três Grupos de Trabalho da Funai, em 80, foram constituídos de acordo com a Portaria Nº 517/N/78, que, à época, determinava “*as normas para delimitação de áreas indígenas, tendo em vista o Decreto 76.999/76 e a Lei 6.001/73*”. Basearam seus levantamentos nas propostas e estudos realizados pelos sertanistas, que há mais de 10 anos trabalhavam junto aos grupos arredios do Vale do Javari. Portanto, a proposta de criação do Parque do Javari, como bem assinalou a antropóloga Maria Auxiliadora de Sá Leão,

“não se constitui um fato isolado, estando inserida dentro do contexto de trabalhos na área e da preocupação dos sertanistas com as frentes de penetração que vem trazendo conseqüências funestas para os grupos tribais da região” (Leão: Informação Nº 331/81).

3 Os Anos 80 e o Virtual Desaparecimento do Estado

Somente em meados da década de 80 o órgão indigenista oficial novamente adotou medidas administrativas visando reiniciar o processo de criação de áreas indígenas no Vale do Javari.

Em 1984, através da Portaria nº 1791/E, de 24.10.84, a Funai criou o Grupo de Estudos do Javari, com a participação de antropólogos, sertanistas e administradores regionais do próprio órgão, e tendo ainda como convidados, o professor Júlio César Melatti da UnB, os indigenistas Sílvio Cavuscens da OPAN e Lino João de Oliveira Neves da Prelazia de Tefé-AM e, ainda, o missionário norte-americano John Jansma da Missão Novas Tribos do Brasil. Este Grupo de Estudo foi constituído com a finalidade de discutir novas propostas de identificação e delimitação da Área Indígena (AI) Vale do Javari, bem como de apresentar recomendações para o desenvolvimento de ações indigenistas e antropológicas nessa região amazonense.

Neste mesmo ano, em resposta ao Ofício nº 941/94 da presidência da Funai, o presidente do Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM), em seu Ofício nº 294/84, informa estarem localizados dentro dos limites do Parque do Javari 41 títulos definitivos expedidos pelo governo do Estado do Amazonas, totalizando 273.449,3143 ha.

Em 1985, atendendo recomendações apresentadas pelo Grupo de Estudo do Javari, a presidência da Funai interditou a área, com extensão de 8.338.000 ha, através da Portaria nº 1849/E, de 08.04.85. Dentre as determinações desta Portaria, destacava-se

“a imediata retirada da PETROBRÁS, suas subsidiárias ou empresas prepostas, da área ora interditada” e, ainda, “vedar o ingresso, na área ora interditada, de não-índios, sem a expressa autorização da FUNAI/Ajudância/Grupo de Estudo e Trabalho do Javari”.

Outra recomendação do Grupo de Estudo do Javari adotada pela Funai, dias antes da interdição da área, foi a constituição de um novo Grupo de Trabalho, através da Portaria nº 1848/E, de 28.03.85, para

“proceder estudos visando a redefinição dos limites e a complementação de dados etnográficos, bem como o respectivo levantamento fundiário, conforme determina o artigo 2º do Decreto nº 88.118/83”.

Além de servidores da própria Fundação (engenheiros cartógrafos e auxiliares de sertanistas) e de técnicos do INCRA e do ITERAM, responsáveis pelo levantamento fundiário, dois outros integrantes do Grupo de Estudo do Javari, os indigenistas Lino João de Oliveira Neves e Sílvio Cavuscens, foram indicados para a elaboração do relatório etnográfico de identificação e delimitação da AI Vale do Javari.

Em relatório prévio, datado de 17.8.85, os integrantes do GT/85 solicitaram à presidência da Funai a retirada de madeireiros de dentro da área interdita, a comunicação aos órgãos públicos da Portaria de Interdição e, pela primeira vez, propunham o não estabelecimento de frentes de atração em áreas ocupadas por “grupos arredios”, bem como o retorno de parte da população Mayorúna de Lameirão, que havia se retirado daquela localidade dado o intenso faccionalismo interno.

O relatório definitivo desse segundo Grupo de Trabalho (GT PP 1848/E/85), encaminhado à Funai em 20 de maio de 1986, apresenta os dados etnográficos complementares aos estudos antropológicos realizados pelos técnicos da Funai em 1980, que ficaram incompletos devido a não entrega do relatório referente às áreas indígenas dos rios Javari e Curuçá, recomendando, ainda, a fiscalização sistemática da área e a não criação de frentes de atração para os índios “arredios”.

De acordo com este último relatório, a AI Vale do Javari se constituiria em um conjunto de áreas indígenas contíguas destinadas às populações Matsés, Marúbo, Kanamari, Kulina Pano e “Índios Isolados” do rio Quixito, conhecidos regionalmente como “Mayá”. Já as áreas destinadas a seis outros grupos “arredios” não foram delimitadas, pois dependeriam ainda de estudos a serem feitos pelas frentes de atração da Funai para as suas localizações precisas no interior dessa área indígena.⁵

⁵ O relatório do GT/85 previu as seguintes áreas contíguas, que, em conjunto, formariam a grande Área Indígena do Vale do Javari:

a) Área Mayorúna (Matsés)

O relatório do GT/85 mantém os mesmos limites previstos pelo GT/80, incluindo a área do igarapé Ituxi até as cabeceiras do Jaquirana. Assinala também, que a área ocupada pelos Matsés foi delimitada em função dos espaços usados em suas atividades de caça, considerando que é “a atividade de subsistência mais importante para o grupo, pois eles sempre viveram em terras firmes do centro das matas, ricas em animais silvestres” (Cavucens e Neves: 1985);

O contato interétnico, iniciado nos primeiros anos da década de 70, de acordo com o relatório/85, “promoveu a inserção do grupo na exploração da borracha e da madeira, como mão-de-obra super explorada”. Em 1978, em função de graves conflitos internos, que resultaram na morte de quatro índios Matsés, a Funai transferiu cerca de 43 índios Mayorúna para o seringal Lameirão, de propriedade do Sr. João Rodrigues Pinto, no baixo curso do rio Javari;

O relatório do GT/85 também informa da provável existência de grupos Matsés ainda arredios, na área compreendida entre os rios Pardo e Jaquirana, “provavelmente na área banhada pelo rio Negro, afluente do Pardo”. Apresenta ainda dúvidas sobre a existência de índios “arredios” nas cabeceiras do rio Jaquirana e nos seus afluentes Batã e Hospital, assinalando que “o levantamento não permite um parecer conclusivo a respeito da presença indígena, no que seria o limite superior da área”;

A população Matsés, segundo censo realizado em 1985, constituía-se de 470 índios no lado brasileiro. Desse total, cerca de 61% tinha menos de 20 anos. Segundo estimativa feita pelo antropólogo Romanoff, em 1976, a população Matsés do lado peruano era mais numerosa, com cerca de 500 índios vivendo no igarapé Tchoba, afluente da margem esquerda do rio Javari, onde viviam distribuídos em 17 malocas.

b) Área Kulina

Segundo informações contidas nesse relatório, os “limites propostos pelo GT/80 não se mostram satisfatório para a região do rio Curuçá, porque exclui área original dos Kulina, que ainda hoje é utilizada em atividades extrativistas”. E esta exclusão “deixaria um corredor de penetração às cabeceiras do rio Quixito e do igarapé Esperança, onde possivelmente há grupos arredios”;

Assinala também, que os limites adequados da área Kulina se localizam “ao longo da margem direita do médio e baixo Curuçá, coincidindo com os limites propostos em 1972 por Sebastião Amâncio da Costa, sertanista da Funai, e adotado em 1984 pelo Grupo de Estudo Javari, à margem esquerda do médio Curuçá”.

O relatório do GT/85 recomenda ainda a necessidade de um levantamento mais detalhado sobre a existência de grupos “arredios” nas cabeceiras dos igarapés Santana (afluente do Javari) e Flexeira (afluente do Pardo), bem como no rio Pardo (afluente do Curuçá);

Recomenda um controle sistemático nas invasões da área Kulina, contudo, desaconselha a criação de Postos de Vigilância, sugerindo apenas o redimensionamento do PIA Curuçá, situado no curso médio do rio de mesmo nome, com objetivo de prestar assistência aos Kulina e fiscalizar a sua área. Reafirma que a presença de grupos arredios nas cabeceiras do rio Quixito é um fato comprovado, mas não confirma a presença de Kulina isolados no médio rio Curuçá;

Com a denominação Kulina, segundo o relatório do GT/85, são identificados dois grupos distintos: os Kulina de língua Arawá, oriundos do rio Juruá, e os Kulina Pano, originários do médio Curuçá. Havendo, portanto, “uma distinção entre a tribo do igarapé Pedro Lopes e a tribo do igarapé São Salvador”;

A população Kulina recenseada, em 85, constituía-se de 43 indivíduos, dos quais cerca de 50% tinha menos de 15 anos;

Para os Kulina da família Arawá, o GT/85 não apresentou proposta de área, já que eles não constituíam um grupo, mas apenas famílias dispersas localizadas tanto nos rios Itui e Itacoai, quanto nas periferias das cidades de Atalaia do Norte e Benjamim Constant. A população dessas famílias Kulina Arawá no Vale do Javari, foi estimada em 40 índios. Segundo o relatório do GT/85, se o estabelecimento do PIA Massapê, no alto rio Itacoai, determinou a fixação de algumas famílias Kulina neste local, a sua desativação pela Funai, em 1980, “contribuiu para dissolução do grupo”. Em seu relatório, o GT/85 ainda faz a seguinte recomendação: “Com a perspectiva de demarcação da Área Indígena do Javari torna-se necessário definir a localização destes índios para que não continuem sendo explorados por comerciantes e madeireiros como mão-de-obra barata”.

c) Área Marúbo

A área de ocupação dos Marúbo é basicamente a mesma levantada pelo GT/80, havendo, entretanto, mudanças na localização de suas malocas, situadas nos médios e altos cursos dos rios Curuçá e Itui. O relatório do GT/85 assinala “uma grande mobilidade do grupo em função da localização dos Postos Indígenas de Atração da Funai e uma crescente dependência dos Marúbo aos invasores de suas terras, como madeireiros, regatões e pescadores”;

Recomenda a fiscalização da área do baixo Curuçá, “da sua foz até a confluência do rio Pardo, e a montante deste, até a foz do rio Negro, principalmente no início da safra da madeira”;

O censo da população Marúbo, que, então, ocupava os médios e altos cursos dos rios Curuçá e Itui, em 1985, foi estimada em 589 índios, havendo, segundo o relatório, “um crescimento da população Marúbo no período 78/85, da ordem de 28,6%”. Grande parte desta população vivia em precárias condições de saúde, com grande incidência de tuberculose, doenças venéreas e alcoolismo entre os Marúbo.

d) Área Matis

De acordo com o relatório do GT/85, a área de ocupação tradicional Matis situa-se entre os rios Itui e o rio Branco, afluente da margem direita do rio Itacoai, acrescentando que “a área de ocupação central Matis, se situa numa faixa de terra estreita, onde convergem as cabeceiras dos igarapés São Bento, Aurélio, Jacurapá e Coari”. A área Matis, situada no centro da Área Indígena do Vale do Javari, limita-se ao norte com a área Kulina do Médio Curuçá, a leste com o território Korubo, ao sul e oeste, com a área Marúbo dos altos rios Itui e Curuçá;

Os primeiros contatos dos Matis com os sertanistas da Funai, no rio Itui, ocorreram a partir de 1975, sendo concluído em 1978. Segundo ainda esse relatório, “após o contato, adveio grande mortalidade entre os Matis, reduzidos hoje a 101 indivíduos”. Em 1982, a Funai transfere os Matis, junto com as instalações do PIA Itui, para o igarapé Boeiro, onde passaram a viver em duas malocas. Desde então, passaram a ocupar terras ao longo dos rios Itui e Coari, até o igarapé Gaiato, afluente do Itui.

e) Áreas Kanamari

Segundo o citado relatório, a população Kanamari vivia dispersa em 09 aldeias, situadas nos altos rios Itacoai e Jutai, no médio Curuçá (no local do antigo PIA Curuçá) e no baixo Javari (PIA São Luiz e no Igarapé Irari; este último, situado fora dos limites da AI Vale do Javari); contudo, apesar da dispersão de sua população, os Kanamari “mantém relações intensas entre si, com os Marúbo e Matsés”;

A população Kanamari do Vale do Javari, de acordo com este relatório, era oriunda do rio Juruá, nas proximidades da cidade de Eirunepé-AM, de onde a maioria dos seus grupos familiares extensos mudou-se para o alto rio Jutai no início deste século, devido ao estabelecimento de seringais nativos em seu antigo território. Nessa mesma época, outros grupos familiares Kanamari migraram para as cabeceiras do rio Itacoai. Na década de 50, parte dos grupos familiares do Itacoai, levado por um comerciante da região, migraram para o alto rio Curuçá. Ainda nesta

O relatório do GT/85 recomendava, como medida de fundamental importância para garantir o controle sistemático da AI Vale do Javari, a retirada dos invasores e o estabelecimento de postos de vigilância e fiscalização, tanto na confluência do rio Itui com o Itacoai, quanto na foz do igarapé Figueiredo com o rio Quixito.

Segundo informações da Superintendência de Assuntos Fundiários da Funai, este relatório não estava “tecnicamente perfeito”, por dois motivos: primeiramente, porque

“depende ainda de incursão de frente de atração em determinadas regiões incluídas na proposta, para constatar ou não a presença de índios arredios, para ser ou não incluídas as terras respectivas”; e em segundo lugar, porque “o levantamento

última década, grupos familiares Kanamari deslocaram-se para o igarapé Mirim, afluente do médio curso do rio Javari, e posteriormente para o local denominado São Luiz, no baixo rio Javari. Em 1972, “a maior parte dos Kanamari retorna ao alto Itaquai, onde a Funai instala o Sub-Posto Massapê em 1973; em 1975 esse Sub-Posto é desativado; e em 1977, os Kanamari são levados para São Luiz, onde havia índios da mesma etnia, e instala, em 1978, o PIA São Luiz”;

O relatório do GT/85 ressalta também que “os Kanamari do Jutai são os que se encontram em melhor situação, pelo isolamento da região e a assistência da OPAN e da Prelazia de Tefé, desde 1979”. Os Kanamari do Vale do Javari, então, trabalhavam tanto no corte da seringa quanto na extração de madeira;

Os limites da área Kanamari do alto rio Itacoai “devem ser estabelecidos pelo divisor de águas entre o Itaquai e Juruá, como indicado na interdição da área”. O relatório do GT/85 também alerta para a proposta anteriormente apresentada pelo sertanista Sebastião Amâncio da Costa, que “deixa a área exposta à penetração e exclui parte da área de ocupação Kanamari entre o rio Itaquai e o rio das Pedras, e a área entre o rio das Pedras e o rio Branco, de ocupação Korubo e Matis”;

Para o baixo Javari, “os limites da área devem incluir a parte baixa do igarapé Irari”. Já para o alto Jutai, o GT/85 defende “os limites da interdição, apesar de mais restrito que a proposta pelo GT/80 e de Sebastião Amâncio, porém é mais real a ocupação Kanamari”;

O censo realizado, em 1985, registrou 473 índios Kanamari no Vale do Javari, que trabalhavam, à época, tanto na extração de madeira quanto na produção de pélas de borracha.

f) Área dos Índios Isolados do Rio Quixito

Em seu relatório, o GT/85 defende como limites dessa área “os termos da Portaria de Interdição, adequando para o lado do rio Quixito e Itui, limites naturais, evitando-se as linhas secas”. Aponta também a necessidade de correção na denominação dos pontos 10 e 11 dos limites da área interdita, “para o nome correto do igarapé Tauari, que na verdade é igarapé Figueiredo”. Recomendando, ainda, que a Funai exerça o controle da área ocupada pelos arredios do rio Quixito, “impedindo assim a ação de seringueiros e madeireiros, com a criação do Posto de Vigilância do Rio Quixito no limite inferior da área, na foz do igarapé Figueiredo, não sendo necessário a atração e o contato dos índios”.

g) Outros Índios Isolados do Vale do Javari

O relatório do GT/85, faz referência a cinco outros grupos arredios no Vale do Javari, dentre eles:

- 1- os Korubos da foz dos rios Itui e Itacoai,
- 2- os Flecheiros do Igarapé São José,
- 3- os Tsohom Djapá dos rios Jutai/Jandiatuba/Itacoai,
- 4- os índios isolados das cabeceiras do rio Jandiatuba
- 5- os índios isolados das cabeceiras do rio Jutai.

O relatório não propõe áreas específicas para esses “grupos arredios”, apenas recomenda à Funai, “a necessidade de trabalhos de reconhecimento das áreas de ocupação dos índios isolados, que, conforme estabelecido pelo Grupo de Estudo Javari não deve ter como objetivo efetuar contatos, mas sim realizar o levantamento de dados que subsidiem a definição dos limites das áreas”. Contudo, faz a seguinte ressalva, “não há necessidade de reconhecimento das áreas dos Korubos, Tsohom Djapá e isolados das cabeceiras dos rios Jandiatuba e Jutai, por serem áreas de ocupação comprovada”.

fundiário não foi concluído por divergências dos técnicos do INCRA, ITERAM e FUNAI com os do CIMI, que coordenavam os trabalhos” (Mendes, 1986, Informação Nº 0029, de 21.10.86)

Ao se referir aos grupos de trabalho criados pela Funai em diferentes momentos das décadas de 80 e 90, com objetivo de identificar e delimitar áreas indígenas no Vale do Javari, o antropólogo Wálter Coutinho Jr., chefe do Departamento de Identificação e Delimitação da Funai e coordenador do terceiro GT/95, fez o seguinte comentário:

“Desde as primeiras vezes que a Funai se voltou para o Vale do Javari, sempre teve presente essa idéia da área ser vista como uma unidade, ou seja, ver a área com aquela antiga idéia de um Parque Indígena mesmo. Uma área de dimensões grandes, que permitisse, vamos dizer assim, a sobrevivência dos índios dentro da característica de seu meio e que se caracterizasse como Parque mesmo. Essa é a idéia do Parque Indígena. No ano de 1980, no início da década de 80, a Funai designou três grupos de trabalho para estudar toda essa área em conjunto. Então, você (Txai Terri), foi cobrir o Javari e Curuçá. A Delvair Melatti foi cobrir o Itui e Itacoai. E o Marco Antonio do Espírito Santo foi cobrir o Jandiatuba e Jutai. Quer dizer, os grupos da Delvair e do Marco Antonio apresentaram os seus relatórios, mas por razões que você sabe muito bem quais são, o seu grupo não apresentou relatório. Esse trabalho de 80 foi, de certo modo, prejudicado por causa disso. Então, em termos administrativos ficou essa lacuna, mas foi um bom trabalho. Foi a primeira vez que se recolheu informações recentes de forma sistemática sobre essa terra indígena, mas faltava toda essa parte ocidental, correspondente aos rios Javari e Curuçá, a ser coberta por relatório, por informações que permitissem uma delimitação. Isso desembocou, em 84, na necessidade de rever toda essa situação. Aí foi criado o Grupo de Estudo Javari, que sugeriu exatamente isso, que a melhor coisa seria atualizar os dados com um novo levantamento. Em 85, todo o levantamento etnológico foi realizado pelo Sílvio Cavucens e pelo Lino João de Oliveira Neves. Então, esse segundo levantamento foi muito precioso. Realmente, trouxe outras informações muito importantes. Com base nesse levantamento, no ano seguinte, em 1985, é que foi feita a Portaria de Interdição da área. Vamos dizer assim, o resultado prático do Grupo de Estudo do Javari de 84 foi eleger os limites que acabaram sendo interditados em 85. Esse é o resultado concreto de todo esse levantamento feito pelo Lino e pelo Sílvio, ou seja, conseguir a interdição da Área Indígena do Vale do Javari. Eles fizeram isso, mas faltou o levantamento fundiário. De fato, técnicos do INCRA e do ITERAM chegaram a participar desse GT/85, mas não apresentaram os seus relatórios. Faltou o levantamento fundiário, que não foi apresentado junto com o relatório de identificação e delimitação, elaborado pelo Lino João e o Sílvio Cavucens. Por causa disso, vamos dizer assim, parou novamente o processo de regularização administrativa dessa terra. Agora, dez anos, dez anos depois da interdição de 85, foi necessário dez anos, até 95, para a Funai instituir o terceiro Grupo Técnico, esse agora que estou escrevendo o relatório de identificação” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Em 1986, com base nos dados etnológicos levantados no relatório do GT/85, o CIMI lançou uma campanha nacional e internacional pela criação do Parque Indígena Vale do Javari. A

Campanha Javari, como ficou conhecida, foi lançada durante a 38ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Curitiba/PR, nos dias 9 a 16 de junho de 1986. Em carta datada de 12.08.86, o Secretário Adjunto do CIMI, Pe. Egon Heck, encaminhou ao Ministério da Justiça um abaixo-assinado contendo 989 assinaturas de apoio à criação dessa área indígena.⁶

A respeito da Campanha Javari, a antropóloga Delvair Montagner apresentou as seguintes informações dirigidas à Superintendência de Assuntos Fundiários da Funai:

“O lançamento da Campanha Javari pelo CIMI é um ato elogiável e de muito significado, pois sua atuação e penetração nos diferentes segmentos sociais nacionais e internacionais, facilita a divulgação e o conhecimento da realidade vivenciada pelos povos indígenas do Parque do Javari. A morosidade com que a Funai se posiciona e age em relação ao Parque do Vale do Javari é altamente perniciosa. Perde-se em meio a uma burocracia desnecessária e ineficaz, não atingindo o cerne da questão. Solicita pareceres de técnicos, especialistas, indigenistas, mas continua impassível diante dos mesmos. Enquanto a Funai continua durante anos procurando a fórmula ideal de atuar no Parque, os madeireiros e seringueiros depredam e exaurem o patrimônio indígena, insubstituível, além de manterem um contato prejudicial com os grupos arredios e isolados. A complexidade do Vale do Javari é sui-generis, pois abriga um número expressivo de sociedades indígenas arredias e outras tantas com pouco contato. O Parque constitui um refúgio que conserva suas características ecológicas naturais (flora e fauna), sendo preservado por seus habitantes indígenas. Os índios estimulados pelos regionais, extraem madeira e seringa, em menor escala, uma vez que se dedicam às atividades de subsistência peculiares as suas culturas diversificadas. A Funai ainda não se decidiu firmemente na sua demarcação e nem colocou Postos de Vigilâncias nos locais estratégicos. Após interditar a área, nenhuma providência tomou para proteger efetivamente o território e assistir aos grupos indígenas. Podemos considerar a área do Parque pouco intrusada (sic) e praticamente insignificante os problemas fundiários, se a compararmos com outras áreas indígenas brasileiras. O que falta para desencadear uma ação conjunta, assistencial e fundiária, no Parque do Vale do Javari, é uma determinação firme do Órgão, em assumir definitivamente a sua existência” (Montagner: 1986, Informação Nº 023, de 26.09.86).

Na realidade, a partir de 1987, houve uma crescente influência da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional na política indigenista oficial, impedindo a demarcação de terras indígenas em áreas de fronteira. Esta proibição, embora não tivesse amparo jurídico, acabou prevalecendo nas decisões da Funai em não fazer avançar o processo de regularização fundiária desta área indígena. Nesse sentido, é digno de nota, o seguinte comentário feito em

⁶ O texto a seguir, encabeçava o abaixo-assinado da Campanha Javari, organizada pelo CIMI, em meados de 1986: “Tomando conhecimento da situação dos Povos Indígenas do Vale do Javari, endossamos a necessidade urgente de medidas que garantam a sobrevivência daqueles povos, resguardando suas identidades culturais diferenciadas, a garantia de seus espaços territoriais e seus direitos, para que possam viver como povos. Nesse sentido, nós, abaixo assinados, apoiamos as reivindicações propostas pela CAMPANHA JAVARI. Curitiba, Julho de 1986. 38ª Reunião Anual da SBPC”.

1986 por Válder Ferreira Mendes, então assessor da Superintendência de Assuntos Fundiários da Funai:

“Considerando que qualquer providência por parte da Funai para solucionar o problema depende primeiro de entendimento com o Conselho de Segurança Nacional, considera-se de toda conveniência que seja discutido o assunto (da demarcação da AI Vale do Javari) na Secretaria do Conselho, a fim de que, quando da realização dos estudos complementares, sejam os mesmos em perfeita consonância com as diretrizes da Presidência da República a quem em última instância compete a decisão” (Mendes: 1986, Informação N° 0029, de 21.10.86).

Em fins de 1986, o indigenista Sílvio Cavucens, então coordenador da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, e um dos redatores do relatório do GT/85, solicitou ao Departamento Geral de Patrimônio Indígena da Funai medidas enérgicas para retirar cerca de 100 madeireiros, que estavam atuando no igarapé São José, área ocupada por índios Flecheiros, “ainda arredios”. Em sua carta, datada de 19.11.86, o indigenista enumera as seguintes empresas, que continuavam extraíndo madeiras na AI Vale do Javari, apesar da sua interdição pela Funai em 1985, a saber: COMARJA – Comercial Madeira Javari Ltda. (Benjamim Constant), Importadora e Exportadora Irmãos Graça Ltda. (Benjamim Constant), INCOM – Indústria e Comércio de Madeira Ltda. (Benjamim Constant), Irmãos Magalhães Indústria e Comércio Ltda. (Benjamim Constant), INCOMAN – Indústria e Comércio de Madeira (Atalaia do Norte) e; MADENORTE – Madeira de Atalaya do Norte (Atalaia do Norte).

Em maio de 1989, com base na omissão do órgão indigenista em fazer avançar o processo de regularização fundiária da AI Vale do Javari, o Ministério Público Federal moveu “Ação Declaratória” contra a Funai e a União Federal, perante a 1ª Vara Federal de Brasília, pleiteando a declaração judicial da área interdita pela Portaria n° 1849/E/85, “*como de posse tradicional indígena*”.

Ao contestar essa Ação, a Procuradoria Jurídica da Funai, além de citar as principais iniciativas anteriormente adotadas pelo órgão indigenista oficial, como a criação de dois grupos de trabalho, em 1980 e 1985, com objetivo de realizar estudo e reestudo de identificação e delimitação de áreas indígenas no Vale do Javari, e, ainda, a expedição da Portaria de Interdição da área, argumentou que, desde as expedições dos decretos 88.118/83 e 94.945/87, a Funai perdeu a autonomia em conduzir o processo de demarcação de áreas indígenas no país. Alegou, ainda, que

“esta perda é mais substancial se se levar em conta que, a partir do Decreto n° 94.945/87, cabe aos Ministros do Interior, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e – quando se tratar de terras na faixa de fronteiras – o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, declarar a área como de ocupação indígena, e não à Funai como acontecia na vigência do Decreto 76.999/76. Restou à Funai apenas a iniciativa e a orientação do processo de demarcação administrativa das terras de seus tutelados, o que não é muito se se levar em consideração que outros órgãos públicos e entidades intervêm nesse processo, às vezes comprometendo a celeridade da

demarcação. E foi exatamente isso que aconteceu com a demarcação da Área Indígena Vale do Javari, faltou a colaboração de outros órgãos envolvidos. Não pode a Funai declarar, unilateralmente a área do Vale do Javari como de ocupação indígena, muito embora já a tenha interditada através da Portaria 1849/E/85, para garantir os direitos das populações que nela habitam”, e ainda mais, que “a Funai não deu causa à paralisação do processo de demarcação administrativa da Área Indígena Vale do Javari e, a exemplo do Ministério Público Federal, pugna pela declaração judicial da ocupação indígena” (Fonseca e Silva: 1990).

Esta “Ação Declaratória” acabou não surtindo nenhum efeito legal, no sentido de fazer avançar o processo de regularização fundiária desta imensa área. Novas medidas visando reestudar pela terceira vez esta terra só serão tomadas em meados da década de 90.

Em 1991, a Área Indígena do Vale do Javari chegou a ser encaminhada à Comissão Especial de Análise (CEA), criada em decorrência do Decreto nº 22/91 para analisar todas as áreas indígenas no Brasil, mas não conseguiu parecer conclusivo favorável do CEA. Como observou o antropólogo Wálter Coutinho Jr:

“com o advento do Decreto nº 22/91, a Área Indígena Vale do Javari foi incluída entre aquelas que deveriam ser analisadas pela Comissão Especial de Análise (CEA), criada pela Portaria nº 398/91, entretanto, a área encontra-se em análise no Departamento de Identificação e Delimitação (DID) para definição da forma adequada para dar continuidade a seu processo de regularização fundiária” (Coutinho Jr., 1994).

Em 1993, o administrador regional de Atalaia do Norte solicitou à presidência da Funai, através do Memorando nº 010, de 25.01.93, a constituição de um novo Grupo de Trabalho com a finalidade de reestudar a AI Vale do Javari, bem como identificar e delimitar, pela primeira vez, a AI Lameirão, dos índios Mayorúna. Essas reivindicações só seriam atendidas, dois anos depois, pela presidência do órgão indigenista.

Ainda no início de 1993, em decorrência da reunião organizada pelo CIVAJA e COIAB, em dezembro do ano anterior, para discutir a demarcação da AI Vale do Javari com todas as partes envolvidas na questão, os donos das grandes serrarias e madeireiros da região do Alto Solimões e seus aliados políticos locais e nacionais encaminharam um documento ao Governo federal, intitulado “Ata do Alto Solimões pela Justa Demarcação das Terras do Vale do Javari”. Nesta Ata do Solimões, as partes contrárias à demarcação da área indígena interditada fizeram as seguintes proposições:

“Rever a Portaria 1849/E, de 8 de abril de 1985, que estabelece a Área Indígena Vale do Javari, a ser demarcada; e proceder ao reestudo de toda a Área Indígena do Vale do Javari, visando o estabelecimento da nova demarcação, após verificação in loco de toda a região, por comissão integrada pelos segmentos federal, estadual e municipais, parlamentar e da sociedade civil interessados no assunto”.

Só que estes setores da sociedade civil, de antemão, consideravam que a demarcação da AI Vale do Javari, com a extensão prevista na Portaria de Interdição, ou seja, com 8.338.000 ha,

“contraria princípios inalienáveis dos direitos dos brasileiros habitantes da área, impossibilitando-os de proceder a sua sobrevivência, o seu desenvolvimento, a manutenção da integridade física do território nacional na área prevista para ser demarcada, a qual há mais de um século vem sendo utilizada em comunhão por brasileiros, índios e não índios; a Portaria 1949/E, que pretende destinar 8.338.000 ha para apenas 2.014 índios, não leva em consideração a existência de 57.000 pessoas que habitam em Atalaia do Norte, Benjamim Constant e Tabatinga, os quais teriam para sua sobrevivência 2.400.000 ha; a demarcação proposta contraria os preceitos constitucionais, os quais determinam que serão demarcadas para os índios apenas as terras tradicionalmente ocupadas por eles, o que não é o caso, considerando-se a existência de títulos de propriedade registrados em Cartório, com dezenas de anos de domínio; a retirada da população não-índia da região a ser demarcada a deixará completamente à mercê de invasores, mais facilmente dos moradores da margem esquerda do Javari, divisor entre o Brasil e o Peru; também ensejará o incremento das atividades de narcotráfico e de contrabando de madeira e peixe; a manutenção da Portaria 1849/E inviabilizará a vida, em toda a sua plenitude, nos referidos municípios, inclusive do indígena que nela habitam” (“Ata do Alto Solimões pela Justa Demarcação das Terras Indígenas do Vale do Javari”: 1993)

Este documento, datado de 03.4.93, foi endossado por todos os prefeitos e vereadores dos três municípios da região do Alto Solimões/Javari, por deputados estaduais e federais do Amazonas e, ainda, por representantes de associações e sindicatos de madeireiros, pescadores e de outros seguimentos sociais organizados dessa região.

Em janeiro de 1994, após o encontro realizado na aldeia Maronal com todas as lideranças tradicionais Marúbo dos rios Itui e Curuçá, contando também com a participação de representantes de organizações governamentais e não-governamentais, o cacique geral dos Marúbo, Alfredo Barbosa, enviou uma carta ao presidente da Funai solicitando

“a demarcação urgente da Área Indígena Vale do Javari e uma maior fiscalização da área para não deixar entrar madeireiros e pescadores”.

Em documento datado de 27 de maio de 1994 o antropólogo Wálter Coutinho Jr., ao comentar as reivindicações apresentadas na carta do cacique Alfredo Barbosa, dentre outras informações, mencionou a necessidade de instalar postos de vigilâncias e de fiscalização na confluência dos seguintes rios: Itui com o Itacoai, Esquerdo com o rio Quixito, Igarapé Fujão com o Curuçá, Curuena com o Jutai e Igarapé Ituxi com o Jaquirana. É o que se depreende no trecho abaixo:

“Em relação a fiscalização da área para prevenção das invasões madeireiras e pescadores, cabe informar que a Administração Regional da Funai de Atalaia do Norte mantém a cerca de 02 anos (desde 1992), um Posto de Vigilância móvel,

instalado numa embarcação que percorre regularmente a região da confluência dos rios Itui e Itaquai, habitat tradicional dos Korubo. A proteção oferecida por essa embarcação é muito limitada, tanto em termos de abrangência geográfica quanto de eficácia administrativa. Há diversas sugestões para o exercício da vigilância em pontos específicos da área. Na proposta apresentada, em 1993, pelo CIVAJA e representantes da Prefeitura e Câmara de Vereadores de Atalaia do Norte, sugeriu-se a re colocação das placas de interdição para a confluência dos rios Itui e Itaquai, na embocadura do rio Esquerdo no rio Quixito, na foz do igarapé Fujão no rio Curuçá, na confluência entre os rios Curuena e Jutai e na barra do igarapé Ituxi no rio Jaquirana. Em 1993, o sertanista Sebastião Amâncio da Costa apontou a necessidade de instalação de um PIA, que exerça a fiscalização da área dos índios habitantes da bacia hidrográfica do rio Jutai, vários deles isolados; e também coibir a ação de madeireiras que atuam no rio Curuena, igualmente afetando área de índios isolados” (Coutinho Jr., 1994)

Nenhum dos postos de vigilância sugeridos foi criado nos “*pontos específicos da área*”, sugeridos pelo referido antropólogo do DID/Funai, e o órgão indigenista oficial tomara a iniciativa para reestudar a TI Vale do Javari só no ano seguinte.⁷

Ainda no ano de 1994, o sertanista Sebastião Amâncio da Costa propôs à Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai uma área de acréscimo, estimada em 1.937.796,12 ha e perímetro de 642 km aproximados, aos limites da interdição da TI Vale do Javari. Essa área compreendia a região entre os rios Jandiatuba, Jutai e Curuena, tendo o rio Bóia, afluente do rio Jutai, como centro.

⁷ A Portaria Nº 1.060, de 05.12.94, assinada pelo presidente da Funai, Dinarte Nobre de Madeira, determinava que todo e qualquer território indígena criado ou a ser criado terá categoria “terra indígena”.

4 1995-96: Rumor à Demarcação?

Em 1995, o presidente da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, criou o terceiro grupo de trabalho, agora denominado grupo técnico, para novamente reestudar a TI Vale do Javari. Através da Portaria nº 174, de 10.03.95, posteriormente modificada por outras portarias (PP nº 311, de 05.04.95; PP nº 0354, de 19.04.95; e PP 158, de 09.04.96), o órgão indigenista constituiu um novo grupo técnico

“com a finalidade de identificar e delimitar a Terra Indígena Lameirão e proceder a revisão e atualização dos dados etnológicos e fundiários da Terra Indígena Vale do Javari”.

O novo grupo técnico (GT PP nº 174/95), coordenado pelo antropólogo Wálter Alves Coutinho Júnior, deveria

“realizar o levantamento fundiário, juntamente com os estudos de revisão e delimitação das terras indígenas (Lameirão e Vale do Javari), que constará da vistoria de benfeitorias implantadas por não índios nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínios, levantamento documentais em Cartórios das certidões de registro e respectivas sucessórias”. Também deveria, em conjunto com lideranças e representantes dos distintos povos indígenas do Vale do Javari, “identificar, delimitar e revisar os seus respectivos limites, com aldeias, roças, áreas de caça, pesca, coleta, sítios sagrados e áreas de preservação ambiental necessárias a sua sobrevivência física e cultural”.

Os integrantes do GT PP nº 174/95 realizaram extensos trabalhos de campo, percorrendo todas as aldeias indígenas conhecidas, ou em contato, existentes na TI Vale do Javari. A primeira viagem foi feita em 90 dias, ainda no ano de 1995, e a segunda viagem em 37 dias, já em 1996. Essa segunda foi, exclusivamente, dedicada ao rio Jutai. Dos inúmeros rios existentes na região, só não percorreram o Jandiatuba, como justificou o coordenador do GT, “por total ausência de índios em contato, ou por falta de qualquer apoio logístico”. Dentro dos limites desta terra indígena não havia índios em contato, nem tampouco a presença de ocupantes não-índios. Acrescentando ainda que o restante da terra indígena era esparsamente ocupada por esses ocupantes não-índios.

Ao realizar, em 1995/96, o levantamento fundiário em toda a imensa extensão da TI Vale do Javari, o grupo técnico da Funai constatou a presença de apenas 100 famílias de ocupantes não-índios. Assinalando que a atividade madeireira, ao contrário do extrativismo da seringa, não fixa permanentemente seus integrantes na floresta. Acrescentando ainda que, no auge da safra da madeira, haviam sido encontrado mais de 3.500 ocupantes não-índios extraindo madeira dentro dos limites da área interdita. Este grupo técnico também fez um exaustivo levantamento nos

Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Benjamim Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga.

Falta agora a tarefa de elaborar e encaminhar o relatório referente ao terceiro reestudo TI Vale do Javari, enquanto, de acordo com documentos da Funai e do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), esgotaram-se todos os prazos estabelecidos para o cumprimento desse processo administrativo.

Em 4 de janeiro de 1996, através da Portaria nº 003/96, a Funai criou a Frente de Contato do Javari, com o objetivo de “contatar ou manter o isolamento de grupos indígenas isolados, visando sua proteção física, cultural e territorial”. Nesse mesmo ano, em decorrência da Portaria nº 224, de 22.4.96, o presidente da Funai nomeou oficialmente o chefe do Departamento de Índios Isolados, Sydney Ferreira Possuelo,

“com a incumbência de instalar e dirigir os trabalhos da Frente de Contato Vale do Javari”. De acordo, ainda, com essa última Portaria, essa Frente de Contato passou a ter um objetivo mais específico em relação aos Korubo, ou seja, de “proceder o contato pacífico, proteger a integridade física e o meio ambiente dos índios isolados denominados KORUBO, no Vale do Rio Javari, extremo oeste do Estado do Amazonas”.

A última medida administrativa adotada pela Funai referente à TI Vale do Javari ocorreu em 1996, com a emissão da Portaria nº 810, de 25.09.96, com a finalidade de

“estabelecer a restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na Terra Indígena Vale do Javari, pelo prazo de três anos a contar da sua publicação”.

Esta última Portaria, publicada no DOU em 30.9.96, por sua vez, veio adequar a antiga Portaria de Interdição da Área às novas determinações constantes no Decreto 1775/96⁸.

⁸ A Portaria nº 810/96 foi assinada pelo presidente da Funai, Júlio Marcos Germany Gaiger, nos seguintes termos:

“I- Somente poderão ingressar, locomover-se e permanecer na área descrita nesta Portaria, por tempo determinado, pessoas autorizadas pelo Departamento de Índios Isolados – DII;

II- Para a autorização prevista no inciso anterior, serão exigidas: a) prova de satisfação de requisitos pertinentes, relativos à saúde física e mental do(s) interessado(s); b) declaração de isenção de responsabilidade da Funai por danos físicos ou materiais sofridos pelo(s) interessado(s); c) declaração de responsabilidade por danos físicos e materiais causados direta ou indiretamente, pelo(s) interessado(s), a bens e pessoas da Funai, dos índios ocupantes e ao meio ambiente, da área objeto do perímetro descrito na Portaria nº 1849/E, de 08.04.85;

§ 1º - A restrição estabelecida nesta Portaria não se aplica às Forças Armadas e policiais, no cumprimento de suas funções institucionais, cujo ingresso, locomoção e permanência na área aqui descrita, deverá ser sempre acompanhada por funcionário(s) da Funai;

§ 2º - A critério da Funai, em função das condições ambientais, climáticas ou de acontecimentos relativos aos índios ocupantes da área acima descrita nesta Portaria, as autorizações a que se refere o artigo anterior poderão ser suspensas;

Art. 2º - Vedar a exploração de qualquer recurso natural existente na área descrita nesta Portaria, durante da respectiva vigência;

5 Nasce o Movimento Indígena

Em dezembro de 1990, as lideranças Marúbo, Mayorúna, Kanamari e Kulina, presentes ao “I Encontro dos Povos Indígenas do Vale do Javari”, realizado na cidade de Atalaia do Norte, decidiram pela criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA). Esta entidade de representação política, desde então, passou a articular o movimento indígena regional emergente e pressionar a Funai e outros órgãos governamentais para o cumprimento de uma pauta mínima de reivindicações relativas à saúde, terra, educação e projeto econômico alternativo. Com apoio da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), conseguiram recursos junto à entidade Terra dos Homens para que os coordenadores do CIVAJA pudessem viajar pelas inúmeras aldeias do Vale do Javari, dando início ao trabalho efetivo de articulação política entre as lideranças tradicionais de todos os povos do Javari, bem como para adquirir e estruturar sua sede em Atalaia do Norte/AM.

Em meados de 1992, o CIVAJA organizou a “I Assembléia Indígena do Vale do Javari”, na antiga sede do PIA Curuçá, aldeia Marúbo situada no médio curso do rio do mesmo nome, com a participação das lideranças tradicionais de distintas malocas e aldeias Marúbo, Mayorúna, Kanamari e Kulina, contando ainda com a participação de todos os índios daquela aldeia e o apoio efetivo de representantes da Pastoral Indigenista do Alto Solimões, COIAB, Funai regional e Universidade de Brasília.

Como bem assinalou o indigenista Silvio Cavucens, assessor técnico da COIAB, a respeito desta primeira assembléia indígena realizada no Vale do Javari,

“mais uma vez, foram levantados os graves problemas de saúde na região e a falta de assistência ao índio, tanto por parte da Funai quanto da FNS, que se comprometeu em trabalhar na formação de agentes de saúde indígenas e cooperar nas viagens de atendimento em parceria com outras entidades. Novas cobranças foram feitas no sentido de demarcar as áreas indígenas no Vale do Javari e impedir as constantes invasões por madeireiros no território indígena” (ISA: 1991/95, 339)

Em março de 1993, o CIVAJA organizou, desta vez com apoio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Atalaia do Norte e da COIAB, o “I Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas no Vale do Javari”. Desse primeiro Encontro participaram lideranças dos principais povos indígenas da região e representantes de distintas organizações governamentais (Comando Militar da Amazônia, Funai, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Atalaia do Norte) e não-governamentais (COIAB, Organizações Ticuna do Alto Solimões, CIMI,

Art. 3º - Permitir, sob controle, a continuidade de atividades indispensáveis, pastoris e de manutenção de infra-estrutura, que por ventura possam existir em seu interior;

Art. 4º - Determinar que a proibição ora estabelecida e a permissão de que trata o art. 3º, sejam fiscalizadas pelas equipes da Frente de Contato Vale do Javari/DII-Funai;

Art. 5º - Declarar que a Terra Indígena de que trata esta Portaria, encontrando-se situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no Art. 20, § 2º da Constituição”.

GTA e Pastoral Indigenista), bem como de empresários madeireiros, políticos locais e dirigentes de sindicatos e associações regionais.⁹

Nesse encontro, ficaram claramente delineadas duas posições antagônicas: de um lado, a dos índios e seus aliados propondo tanto a demarcação da TI Vale do Javari, com a mesma extensão constante na Portaria de Interdição da Área, quanto a criação de postos de vigilância para garantir os territórios tradicionais e a integridade física e cultural de diferentes povos indígenas; e, de outro, a dos empresários madeireiros e representantes políticos locais, que propunham o reestudo da área interditada, com a participação de seus representantes, visando, em última instância, a sua redução. Uma relação de 176 seringais nativos, com títulos definitivos incidentes na TI Vale do Javari, foi encaminhada à presidência da Funai pela Prefeitura de Benjamim Constant/AM.

Em janeiro de 1994, o CIVAJA promoveu outra reunião, dessa vez com 38 caciques das aldeias e malocas Marúbo dos rios Itui e Curuçá, realizada na aldeia Maronal, no alto rio Curuçá, reforçando inter-relações e alianças entre todas as lideranças tradicionais desse povo indígena. Nesta reunião, discutiram as invasões realizadas por madeireiros, caçadores e pescadores profissionais em suas áreas de ocupação, situadas nos médios e altos cursos dos rios Itui e Curuçá, bem como os graves problemas de saúde e a falta de uma educação indígena diferenciada para a sua população. Novamente participaram desse encontro, representantes de organizações governamentais e não-governamentais, que vêm atuando há muito tempo na região do Alto Solimões/Vale do Javari.

⁹ No documento final desse Encontro, realizado na cidade de Atalaia do Norte, seus participantes fizeram as seguintes ponderações, que, no nosso entendimento, são válidas até nos dias de hoje:

- “a exploração madeireira se dá essencialmente na Área Indígena do Vale do Javari, onde se encontram 12 povos indígenas, dos quais 06 permanecem ainda isolados;
- a indefinição da demarcação e as constantes invasões nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios geram conflitos, provocando a morte entre índios e não-índios, aumentando assim a tensão social na região;
- existe sérias preocupações quanto ao destino e o reassentamento da população ribeirinha com a demarcação da área indígena;
- a exploração madeireira em função do contrabando para o Peru e a Colômbia e da não fiscalização adequada por parte dos órgãos competentes, deixa uma ínfima parcela de imposto no Município de Atalaia do Norte;
- falta de intervenção decisiva do IBAMA no sentido de fiscalizar a extração de madeiras e promover atividades de reflorestamento;
- não há regularização trabalhista dos trabalhadores madeireiros;
- a demarcação da AI Vale do Javari de acordo com a Portaria nº 1849/E, de 08.04.85, trará graves consequências para as empresas madeireiras, com falências e desemprego na região;
- não há fiscalização da pesca na região, tanto dentro como fora da AI Vale do Javari; a pesca predatória é realizada por pescadores brasileiros, financiados por grupos colombianos e peruanos; a exportação ilegal sem trazer qualquer benefício para os municípios da região;
- a demarcação reduz consideravelmente o território disponível para a realização das atividades extrativas nos municípios de Atalaia do Norte e Benjamim Constant;
- há falta de informações da parte do Governo Federal, órgãos competentes e da população regional a respeito do processo demarcatório da AI Vale do Javari;
- falta de financiamentos para implantação de projetos agropecuários, pesqueiros e outros;
- busca de soluções pacíficas que venham amenizar a tensão social e trazer alternativas econômicas para a região”;

Em março de 1995, o CIVAJA organizou a “II Assembléia Indígena dos Povos do Javari”, ocorrida na aldeia Liberdade, no alto rio Itui, que contou com a participação das principais lideranças Mayorúna, Kanamari, Kulina, Marúbo e, pela primeira vez, de representantes do povo Matis. Nesta segunda assembléia, além de apontarem os problemas específicos de cada povo, aprovaram o estatuto do CIVAJA e discutiram as bases de um novo projeto de sustentação administrativa e financeira de sua organização. Uma nova diretoria do CIVAJA foi eleita, nela participando representantes de todos os povos indígenas do Vale do Javari, inclusive dos Matis, grupo ainda com pouco tempo de contato. Os novos coordenadores do CIVAJA, constituídos por jovens lideranças indígenas, conheciam muito bem o mundo dos brancos, alguns deles, inclusive, tinham trabalhado muito anos junto às turmas de madeireiros que invadiam suas terras, outros tinham servido o Exército, ou estudado nas cidades de Tabatinga/AM e Cruzeiro do Sul/AC e, ainda, outros tinham saído recentemente de suas aldeias, como os representantes Matis e Mayorúna. Desde então, Clóvis Rufino Reis, 31 anos, liderança Marúbo da aldeia São Sebastião no rio Curuçá, foi eleito, e posteriormente reeleito, Coordenador Geral do CIVAJA.

Em decorrência da atuação do CIVAJA e de seus aliados, no período compreendido entre julho/94 a março/95, destacamentos do Exército realizaram apreensão de inúmeras balsas de madeiras provenientes do rio Itacoai, dentro dos limites da área interdita. Essas apreensão de madeiras, oriundas em sua grande maioria da terra indígena, gerou muito descontentamento na região, culminando na realização de um encontro promovido, em maio de 1995, pelo sindicato dos madeireiros. Desse encontro, realizado na cidade de Benjamim Constant/AM, participaram vários políticos locais e os donos de serrarias, reunindo cerca de 400 pessoas, ligadas direta ou indiretamente à extração ilegal de madeiras na região. Em relação às decisões tiradas deste encontro, destacavam-se: “a liberação das balsas de madeira apreendidas pelo Exército” e “o repúdio a demarcação da AI Vale do Javari, com a extensão constante na Portaria de Interdição de 85”, culminando na realização de duas grandes passeatas nas cidades de Benjamim Constant e Atalaia do Norte¹⁰

Ainda em 1995, em decorrência das tentativas da Funai local em se aliar com os madeireiros locais e em desarticular o movimento indígena do Vale do Javari, lideranças de quase todos os povos da região, juntamente com representantes do CIVAJA, ocuparam a sede da Administração Regional da Funai de Atalaia do Norte. Esse episódio foi assim descrito pelo atual coordenador geral do CIVAJA, Clóvis Rufino Reis:

“Nós estamos tentando trabalhar em conjunto com a Administração da Funai de Atalaia do Norte. A dificuldade da Funai é que todo funcionário da Funai quer ser mais do que mesmo os próprios índios. Não quer ver a nossa autonomia. Se não eles vão perder o emprego e aí vai tudo pra rua. Então, o CIVAJA é muito perigoso pra eles. E eles, então, começaram a querer desarticular o nosso movimento indígena.

¹⁰ A esse respeito o indigenista Silvio Cavucens, assessor técnico da COIAB, fez o seguinte comentário: “Neste Encontro, várias ameaças foram proferidas contra os índios e seus aliados, com a promessa, inclusive, de atear fogo nas sedes do Centro Magüta, onde se localiza um museu da cultura do povo Ticuna, da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões em Benjamim Constant, do CIVAJA, assim como da própria sede da Funai regional em Atalaia do Norte” (ISA: 1991-95, 335)

Então, nesse caso, nós apoiamos as pessoas da Funai que estão nas comunidades, eles utilizam os nossos rádios e a nossa frequência para falar com as famílias deles na cidade. E nós damos essa oportunidade para eles, mas só que o chefe da Base da Funai não quer isso. Ele tem raiva da Pastoral Indigenista do Alto Solimões, dizendo que a gente tá envolvido com padres e com outras instituições não oficiais. Falando para os índios que ninguém dar nada, ninguém não dar terçado nem machado para os índios. Então, tudo isso a Funai tem feito. Para melhoria nesse caso, para nós termos uma melhor relação, nós tivemos que fazer o seguinte. Nunca teve o respeito, nenhuma de nossas lideranças foi respeitada durante todo funcionamento da Funai no Vale do Javari. Tivemos de avançar. Foi preciso nós tomar a Base da Funai, retirando um administrador, pra eles começarem a ter respeito pela nossa organização e pelas nossas lideranças tradicionais das comunidades, da qual, hoje, os funcionários da Funai tem conhecimento do movimento e do que nós estamos fazendo. Isso aconteceu no dia 16 de junho de 1995. Invadimos a ADR e retiramos o administrador da Funai de Atalaia do Norte. Nós tava vendo, que os índios não tava sendo respeitado. Ele (o administrador da ADR-ATN) ainda puxou o revólver e atirou, mas nós tomamos a arma dele. E foi o jeito a gente botar ele pra fora. E assim nós conseguimos, hoje, uma relação, ainda assim, mais ou menos com a Funai. Nós não estamos trabalhando em conjunto com a Funai, mas estamos vendo que tem pessoas na Funai, que participa também de algumas opiniões que a gente dá. Eles não tão assim diretamente com nós, mas eles tão vendo que a gente tá avançando o trabalho e mostrando a nossa capacidade de administrar melhor do que eles ainda” (Reis: 1997, i.p.).

Em função da alta taxa de mortalidade entre as diferentes populações indígenas do Vale do Javari, provocada, sobretudo, pelas fortes epidemias de malária nos anos de 1993/94, o CIVAJA estabeleceu um convênio de saúde com a agência holandesa Médicos Sem Fronteiras (MSF).

Desde 1995, os MSF vêm organizando cursos de treinamentos de microscopista e de agentes de saúde indígenas, bem como prestando assistência médica diretamente nas aldeias. Também vêm desenvolvendo, em conjunto com a FNS, programas de vacinação e de saneamento básico entre as distintas populações indígenas do Vale do Javari. Atualmente estão terminando a construção da Casa do Índio, em Atalaia do Norte, um conjunto formado por sete casas de alvenaria cobertas de telhas no estilo das malocas tradicionais Marúbo.

A respeito desse importante projeto de saúde, que vem sendo realizado em parceria com os MSF, o atual coordenador geral do CIVAJA, Clóvis Rufino Reis, fez as seguintes ponderações:

“Com os Médicos Sem Fronteiras, nós começamos a fazer, pela primeira vez, um trabalho sério de saúde nas aldeias do Vale do Javari. Conseguimos seis microscópios com eles. Eles fizeram curso de dois meses para treinar os próprios índios a usar esses microscópios, que foram levados para as aldeias. Depois conseguimos pequenos motores de rabeta para os agentes de saúde cuidar das comunidades, viajar para as aldeias e malocas, pra colher lâminas, essas coisas.. Diminuiu muito o índice de malária, tanto vivax como falciperum (sic), que tava

matando muita gente. No ano de 93 até o ano de 95 morreram 111 pessoas, a maioria crianças e velhos, dentro do Vale do Javari, só indígenas. Então, a malária diminuiu e valeu a pena a parceria com os Médicos Sem Fronteira. Eles só podiam ficar oito meses, porque os Médicos Sem Fronteiras só ficam oito meses numa região. Faz só o começo, mas depois vai embora, deixa com os outros, né? Então, o meu esforço foi muito grande e tive sorte também de convencer eles a ficar mais tempo por aqui. Mandeí várias cartas, conversei com os coordenadores que vieram por aqui e conseguimos que eles permanecessem durante dois anos por aqui. Então, já faz dois anos que eles estão trabalhando no Vale do Javari. Acompanhamos todo o trabalho nas aldeias e na cidade de Atalaia do Norte. Avaliamos esse trabalho juntos e eles vão ficar mais esse ano. Esse ano de 97, quando terminar a Casa do Índio e o escritório do CIVAJA, vai acabar o projeto. Mas, além disso, a gente tá se esforçando, nós tamos tentando fazer contato junto com eles pra ver se vem uma outra entidade, que possa dar continuidade por mais dois anos, ou três anos. Precisamos conversar nesse sentido, qual a opção daqui pra frente, como é que a gente vai funcionar, porque o Vale do Javari tá nessas condições, a malária continua e a gente tem que ficar treinando e capacitando nossos próprios agentes de saúde indígenas. Isso eu tenho esperança que possa acontecer” (Reis: 1997, i.p.)

No período de 1996-97, o CIVAJA estabeleceu uma nova parceria, agora com o Programa Amazônia da entidade Amigos da Terra, no âmbito do projeto Rádio Amazônia, para instalação de um total de 16 estações completas de radiofonia nas aldeias do Vale do Javari, das quais uma na sede do CIVAJA, em Atalaia do Norte, e outra na cidade de Cruzeiro do Sul, especialmente destinada aos índios Marúbo, que se deslocam freqüentemente para aquela cidade acreana, tanto para fazer seus negócios, quanto para realizar tratamentos de saúde. Hoje o escritório do CIVAJA acha-se interligados por radiofonia com 14 diferentes aldeias indígenas do Vale do Javari e com as sedes da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) em Manaus e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) em São Gabriel da Cachoeira. Esses rádios vêm se constituindo num importante instrumento de informação e comunicação, dentre outras coisas, para o bom êxito das ações de saúde nas aldeias indígenas do Vale do Javari. Também têm servido para uma melhor articulação do movimento indígena e até mesmo para realizar a vigilância e a fiscalização de diferentes áreas específicas da TI Vale do Javari.

Também graças a antiga parceria estabelecida com a Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, dirigida pelo Pe. Joseney Lira do Nascimento, e a dedicação persistente do indigenista Silvio Cavucens, o CIVAJA conseguiu se estruturar definitivamente como uma legítima entidade de representação política das populações indígenas do Vale do Javari.

Em março de 97, o CIVAJA organizou a “III Assembléia Indígena dos Povos do Javari”, realizada na aldeia São Sebastião, no médio curso do rio Curuçá. Nesta ocasião, em que também participaram representantes de distintas organizações governamentais e não-governamentais, lideranças Marúbo, Mayorúna, Kanamari, Matis e Kulina, avaliaram o trabalho do CIVAJA e das entidades que trabalham em parceria, bem como a atuação da Funai na região nos últimos anos, sobretudo, em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Frente de Contato do Javari

e a demora na entrega do relatório do terceiro e último Grupo Técnico da Funai, que realizou levantamentos nos anos de 1995/96, visando o reestudo da TI Vale do Javari.

Recentemente, lideranças indígenas e coordenadores do CIVAJA novamente invadiram a sede da Administração Regional de Atalaia do Norte (ADR-ATN), reivindicando a exoneração de seu administrador, Etevaldo Mesquita Rodrigues, nomeado em 15.09.97, e a pronta entrega do relatório de reestudo da TI Vale do Javari, sob responsabilidade do antropólogo Wálter Coutinho Jr., coordenador do GT PP nº 174/95 e atual chefe do Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai. Um mês após à sua nomeação, o referido administrador, acusado pelo CIVAJA por seus estreitos vínculos com a classe madeireira da região, foi exonerado pela presidência do órgão indigenista oficial. Falta agora negociar com a presidência do órgão indigenista o prazo para entrega do relatório de reestudo de sua terra indígena.

Enfim, as mobilizações protagonizadas pelo CIVAJA nos anos 90 são indicativas do fortalecimento das formas de organização política articuladas pelos próprios índios que, com apoio de entidades não-governamentais (Terra dos Homens, Médicos Sem Fronteiras, Amigos da Terra, Pastoral Indigenista, COIAB e OPAN), vêm apoiando iniciativas voltadas para a implementação de programas nas esferas de saúde preventiva e assistencial, comunicação e articulação entre os diferentes povos do Vale do Javari. Vale ainda lembrar que, em 1997, um representante do Civaja, o índio Marúbo Darcy Duarth Comapa, foi eleito presidente da COIAB. Existem agora novos canais políticos de articulação e reivindicação que podem influenciar o processo de regularização administrativa da TI Vale do Javari.

Parte II

O LEVANTAMENTO ATUALIZADO E OS SUBSÍDIOS PARA O PROCESSO DEMARCATÓRIO

6 O Levantamento de Campo

A segunda parte deste relatório procura apresentar algumas informações mais atualizadas sobre o já longo processo de regularização fundiária da TI Vale do Javari. As informações nele contidas advêm de uma série de reuniões organizadas pela equipe do projeto Rádio Amazônia nas aldeias Kanamari de Irari, Mayoruna de Lameirão e Kulina de Campinas, no baixo Rio Javari, bem como na aldeia Marubo de Vida Nova, nas cabeceiras do rio Itui. Foram visitadas também as principais cidades da região do Alto Solimões/Vale do Javari, como Atalaia do Norte, Benjamim Constant e Tabatinga, no oeste do Estado do Amazonas, e Letícia, pequena cidade colombiana da fronteira, assim como as de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Tarauacá, localizadas no Vale do Alto Juruá acreano, nas proximidades dos limites sul da TI Vale do Javari.

Dentre os seis grupos indígenas contatados que tradicionalmente ocupam a TI Vale do Javari podem ser destacados, por ordem de importância demográfica, os Marúbo, Mayorúna, Kanamari, Matis, Kulina Pano e Kulina Arawá.

Enquanto os Marúbo ocupam tradicionalmente áreas nos altos e médios cursos dos rios Curuçá e Itui, próximas ao limite sul da terra indígena, os Mayorúna, ou Matsés, do lado brasileiro, habitam áreas no rio Jaquirana, aldeias 31 e Lobo, bem como no baixo rio Javari, sobretudo em Lameirão, fora dos limites da TI Vale do Javari. No lado peruano, os Matsés vivem mais concentrados no igarapé Tchoba, afluente da margem esquerda do rio Javari, mas alguns de seus grupos familiares são ainda encontrados nas proximidades das guarnições militares brasileiras e peruanas, estabelecidas, há muito tempo, em ambas as margens do rio Javari. Já os Kanamari, com uma população mais dispersa, ocupam áreas localizadas nas cabeceiras dos rios Itacoai, Jutai e baixo rio Javari, principalmente nas aldeias São Luiz, na margem direita do rio Javari, dentro da terra indígena, e Irari, localizada fora desta terra indígena. Os Matis, por sua vez, ocupam atualmente área localizada no médio curso do rio Itui. Alguns grupos familiares Kulina, denominados “Kulina Pano”, ocupam tradicionalmente a área do igarapé Todos os Santos, afluente da margem direita do médio curso do rio Curuçá. Outros grupos Kulina Pano vivem na aldeia Campinas, no baixo rio Javari, fora dos limites da TI Vale do Javari. Por fim, os Kulina Arawá encontram-se hoje tão dispersos, tanto em alguns rios do Vale do Javari quanto nas proximidades das cidades da região do Alto Solimões, que já não formam nem comunidades e aldeias, constituindo apenas algumas poucas famílias dispersas.

O projeto Rádio Amazônia, conforme citado acima, levou a instalação de uma rede de 16 aparelhos de radiofonia, interligando a sede do CIVAJA às principais aldeias Marúbo, Mayorúna, Matis e Kanamari do Vale do Javari. Este projeto, fruto de boas parcerias estabelecidas entre o CIVAJA e Amigos da Terra, desde 1996, vem se constituindo numa importante rede de comunicação, sobretudo para garantir a vigilância e a fiscalização da TI Vale do Javari. Ele veio a representar também um importante instrumento para consolidação das ações de saúde nestas aldeias indígenas, fortalecendo outra importante parceria que o CIVAJA, há dois anos, vem estabelecendo com a entidade francesa Médicos Sem Fronteiras (MSF).

Na aldeia Irari dos índios Kanamari, onde foi instalado um desses últimos rádios, foi organizada uma reunião, pelos coordenadores do CIVAJA, com lideranças das comunidades Mayorúna de Lameirão, Kanamari de São Luiz, Kulina de Campinas e Kanamari de Irari. Nesta ocasião foram discutidas as seguintes questões: os processos de identificação e delimitação das terras indígenas Lameirão e Vale do Javari, as estratégias de vigilância e fiscalização territorial e a importância desta rede de radiofonia para a vigilância de diferentes locais estratégicos da TI Vale do Javari, bem como para a consolidação das ações do Projeto de Saúde, que o CIVAJA vem desenvolvendo em parceria com a entidade MSF.

Acompanhar as discussões promovidas por Manoel Barbosa Marúbo, Gaúcho Mayorúna, Tumi Matis e outros representantes do CIVAJA com as lideranças tradicionais das comunidades indígenas do baixo Javari, foi muito importante para registrar suas opiniões e reivindicações a respeito das TIs Lameirão e Vale do Javari, que a Funai pretende regularizar. Ao escutar atentamente os discursos das lideranças Mayorúna de Lameirão, por exemplo, pode se perceber que eles não reivindicam propriamente a demarcação da TI Lameirão. Antes informavam que o seringal Lameirão não era terra de ocupação tradicional de seu povo e que tinham sido levados para Lameirão pela própria Funai, ainda no início dos anos 70, devido a ocorrência de sérios conflitos entre duas facções Mayorúna da aldeia Lobo, situada no alto rio Javari. Ao contrário, reivindicam claramente a demarcação da TI Vale do Javari, onde também gostariam de viver.

Em vez de reivindicarem a identificação/delimitação da TI Lameirão, conforme determinações da Portaria da Funai nº 174/95, as lideranças Mayorúna manifestaram a vontade de morar na confluência do rio Pardo com o rio Curuçá, no interior da TI Vale do Javari, interdita, em 1985, com extensão de 8.338.000 há. Ressaltaram ainda que poderiam viver melhor na foz do rio Pardo, pois lá *“tem muita caça e a terra é boa pra colocar roçados”*. Reafirmaram o gosto pelas caçadas, mas as matas das proximidades de Lameirão já não dispõem de muita caça. Disseram também que, no baixo rio Javari, estavam cercadas por muitos ocupantes não-índios, em ambos os lados da fronteira brasileira/peruana. Afirmaram ainda que cerca de 5.000 peruanos haviam se instalados recentemente na margem esquerda do baixo curso do rio Javari, nas proximidades de Lameirão.

As lideranças Mayorúna e os coordenadores do CIVAJA observaram, no entanto, que só se mudariam para este novo local, na confluência do Pardo com o Curuçá, se forem efetivamente apoiados por um projeto específico da Funai, que contemple a vigilância da TI Vale do Javari. Afirmaram também a necessidade de recursos financeiros para os ajudarem nesta mudança de aldeias, que resultará na reocupação de terras anteriormente habitadas pelos próprios Mayorúna.

Ressaltaram ainda que a foz do Pardo é um local estratégico importante para o estabelecimento de um posto de vigilância e fiscalização da Funai, mas com participação dos próprios índios e dos coordenadores de sua organização. Afirmaram ainda que toda essa fronteira norte da TI Vale do Javari vem recebendo fortes pressões de madeireiros, caçadores e pescadores profissionais.

Essa proposta dos Mayorúna de Lameirão, se forem devidamente apoiados pela Funai, mudarem para à confluência do rio Pardo com o Curuçá, para eles próprios fazerem a vigilância desta parte da TI Vale do Javari, é uma idéia ainda sujeita a melhor avaliação. Contudo, numa perspectiva de proteção territorial, pode ser melhor contar com a participação dos próprios índios do que, por exemplo, implantar estruturas ultrapassadas típicas dos Postos Indígenas da Funai. É possível que, se devidamente apoiadas, essas iniciativas dos próprios índios se tornem, além de mais efetivas, mais baratas e permanentes.

Embora não houvesse sido previamente programada pela equipe, foi realizada também uma viagem até a confluência dos rios Itui e Itacoai, local estratégico onde foi instalado o “Posto de Vigilância da Frente de Contato Vale do Javari”. A equipe de Rádio Amazônia, que acabava de retornar de uma viagem à comunidade de Irari, havia sido convidada por servidores desta própria Frente de Contato para consertar o rádio e posicionamento de sua antena, que não permitia comunicação radiofônica com a sede da Administração Regional de Tabatinga, onde também se encontra o escritório desta Frente de Contato. Tratou-se de um atendimento de emergência, tendo em vista o processo de atração dos Korubo, as relações difíceis entre os integrantes da Frente e os moradores de Ladário, São Gabriel e São Rafael, comunidades ribeirinhas do baixo rio Itacoai situadas nas proximidades deste Posto de Vigilância da Funai, apenas 10 minutos de voadeira, assim como os antecedentes de colaboração entre a frente e o projeto Rádio Amazônia.

Poucos dias antes da passagem da equipe pela base da Frente de Contato, agentes da Polícia Federal haviam sido convocados pela própria Funai para acalmar os ânimos dos moradores, sobretudo de Ladário, revoltados com a recente apreensão de grande quantidade de carne de caça e de ovos de quelônios, sobretudo de tracajás e tartarugas, realizada pelos sertanistas desta Frente.

Dadas às pressões provocadas tanto pelos Korubo quanto pelos moradores destas comunidades ribeirinhas vizinhas, o rádio da base da Frente de Contato se constitui num importante instrumento de segurança de seus integrantes, exercendo ainda importante papel na vigilância e fiscalização destes dois importantes rios, Itacoai e Itui, da fronteira norte da TI Vale do Javari, justamente aquela que vem sofrendo maiores pressões de madeireiros, caçadores e pescadores regionais.

Ao chegar à base da Frente de Contato em 21 de agosto de 1997, a chefe de missão da equipe dos Amigos da Terra, Carmen Figueiredo, apresentou cada um dos integrantes da equipe do Projeto Rádio Amazônia ao Senhor Carlos, chefe substituto da Frente de Contato, ao sertanista Sobral, aos índios Mayorúna e Matis intérpretes e outros integrantes desta Frente, que receberam o grupo com distinção e um farto almoço.

No início da tarde do fatídico dia 22 de agosto, já de volta a Tabatinga, a equipe de Rádio Amazônia foi informada da morte do sertanista Sobral pelos Korubo. Sua morte comoveu a todos que o tinham conhecido e se despediu amigavelmente na manhã daquele mesmo dia. A coordenadora da equipe, Carmen Figueiredo, nos dias seguintes, prestou assistência ao responsável da base, Sydney Possuelo, na cidade de Tabatinga.

Em relação a importância das atividades de fiscalização executadas pela base da Frente de Contato, cabe mencionar que Amigos da Terra constatou a existência de inúmeras atividades ilegais na região, muitas vezes com a colaboração de funcionários de órgãos públicos. É o caso das atividades madeireiras, sendo que os funcionários do próprio IBAMA, com a cumplicidade de uma juíza responsável pela Comarca, estão permitindo que os madeireiros flagrados em atividades ilegais em terras indígenas tenham acesso (apesar da proibição imposta pela Frente de Contato) a esses territórios para recuperar as madeiras supostamente “apreendidas” pelo órgão fiscalizador.

Trata-se de um esquema relativamente complexo, realizado com documentos escritos em evidente ignorância das normas em vigor e com o objetivo de burlá-las.¹¹ Entre os beneficiários desse esquema estão os principais madeireiros da região, tais como os irmãos Graça¹². Amigos da Terra já solicitou ao IBAMA a tomada de providências a esse respeito.

Com uma aeronave fretada à Asas do Socorro, que conduziu a equipe de Tabatinga até à aldeia Vida Nova, no alto rio Itui, foi sobrevoada a área de uma antiga maloca de grupo “arredio”, situada nas proximidades do rio Jandiatuba. Neste sobrevôo, foi observada apenas uma grande capoeira, no mesmo local onde este mesmo piloto, Denis Engelhardt, cerca de quatro anos

¹¹ O Programa Amazônia de Amigos da Terra coletou evidências sobre o esquema envolvendo os funcionários do IBAMA e a juíza da Comarca, através de cartas-modelos utilizadas para autorizar vários madeireiros. É patente o desconhecimento das normas vigentes e até de elementos básicos do direito e da língua portuguesa. De qualquer forma, essas correspondências estão sendo utilizadas para acobertar o transporte de madeiras extraídas ilegalmente na TI Javari. Apresentamos a seguir apenas alguns exemplos, que se referem a um dos irmãos Graça:

- Em correspondência 003/97.IBAMA/ER/TABATINGA/AM, enviada pelo funcionário do Ibama Erland Assunção Gomes em 27 de fevereiro de 1997 ao Coordenador da Operação Javari da FUNAI solicita-se a liberação da “ida dos empregados do senhor Moacir Augusto Graça na confluência dos rios Itui c/ Itacoai, devido o mesmo ter declarado através do dec. lei n. 1963/96, o estoque de madeira (40) toras de mogno c/premédio de 75 m das safras dos anos 95/96” (sic).
- Em correspondência 006/97.IBAMA/ESCREG/TABATINGA/AM, enviada pelo funcionário do Ibama Américo Maciel Filho em 18 de março de 1997 ao Chefe da Operação Javari da FUNAI, solicita-se a liberação da “ida e vinda do senhor Raimundo Augusto Graça e seus empregados para fazer o transporte de suas madeiras que são 300 toras de mogno e 300 toras de virola, pois o mesmo declarou seu estoque conforme Decreto-lei 1963/96, esta madeira é da safra passada que se encontra nas confluências dos rios ITUI com ITECUAÍ (sic), município de Atalaia do Norte”.
- Em uma “Autorização” (sic) expedida pela Juíza de Direito das Comarcas de Benjamin Constant e Atalaia do Norte Eulnete Melo Silva Tribuzi em 11 de março de 1997, também registrada no Cartório do 1.º Ofício da cidade de Benjamin Constant, se determina, com base em um “protocolo de recebimento” do Ibama anexado à referida autorização (!), que “seja autorizado ao Sr. Raimundo Augusto Graça, brasileiro, casado, extrator de madeira (sic)...(...) o ingresso e trânsito nas áreas do rio ITACOAÍ e ITUI, onde encontra-se objetos de sua propriedade (sic). Trata-se de 300 toras de madeira Mogno e 300 toras de madeira Virola, as quais já são de conhecimento do IBAMA, conforme protocolo de recebimento em anexo, para ser transportada à sede desta Comarca (...). O autorizado adentrará na área conduzindo um barco denominado Comandante Pedro de Souza. CUMPRASE.”

¹² Vide detalhes sobre as atividades madeireiras e de comércio de droga dessa família no capítulo 10.

atrás, havia tirado fotos de uma maloca “muito comprida” e habitada por grupo isolado. Esta antiga maloca foi localizada após 15 a 20 minutos de vôo de Tabatinga, nas proximidades do limite nordeste da TI Vale do Javari.

Em Vida Nova, após instalação do rádio, uma grande reunião foi organizada pelo coordenador geral do CIVAJA, Clóvis Rufino Reis. Desta reunião, realizada na escola da aldeia, participaram todas as lideranças tradicionais Marúbo dos altos rios Itui e Curuçá. Compareceram também três missionários da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB). Um deles, o pastor John Jansma, vive com sua esposa há mais de 30 anos naquela aldeia, tendo inclusive participado do Grupo de Estudo Javari, criado pela Funai em 1984, com a finalidade de propor medidas administrativas para fazer avançar o processo de regularização fundiária da TI Vale do Javari. O único missionário brasileiro presente foi o Professor Wanderley, que nos apresentou um censo demográfico atualizado das aldeias e malocas do médio e alto curso do rio Itui, onde foram registrados 356 índios Marúbo, residindo em 14 aldeias.¹³

¹³ I Rio Javari: 841 índios

- 1 São Raimundo (Mayorúna) - 48
- 2 Lameirão (Mayorúna) - 105
- 3 Campinas (Kulina) - 48
- 4 Irari (Kanamari) - 34
- 5 São Luiz (Kanamari) - 92
- 6 Lobo (Mayorúna) - 192
- 7 Aldeia 31 (Mayorúna) - 322

II Rio Itacoai: 306 índios

- 8 Massapê (Kanamari) - 306

III Rio Curuçá: 307 índios

- 9 São Sebastião (Marúbo) - 104
- 10 Maronal (Marúbo) - 203

IV Rio Itui: 645 índios

- 11 Rio Novo (Marúbo) - 104
- 12 Matis (Matis) - 166
- 13 Vida Nova (Marúbo) - 143
- 14 Alegria (Marúbo) - 63
- 15 Praia (Marúbo) - 22
- 16 Maloca do Puzinho (Marúbo) - 36
- 17 Liberdade (Marúbo) - 51
- 18 Paraná (Marúbo) - 18
- 19 Água Branca (Marúbo) - 42

Total Geral: 2.099 índios contatados no Vale do Javari; desse total apenas 235 índios estão situados fora dos limites da TI Vale do Javari (153 Mayorúna nas comunidades de São Sebastião e Lameirão, 34 Kanamari em Irari e 48 Kulina em Campinas; todas situadas no baixo rio Javari)

Marúbo - 786
Mayorúna - 667
Kanamari - 432
Matis - 166
Kulina - 48

Nessa importante reunião com todas as lideranças tradicionais Marúbo foram discutidos os seguintes assuntos referentes à TI Vale do Javari: o histórico da atuação da Funai no Vale do Javari nestas duas últimas décadas; os grupos de trabalho e os grupos técnicos criados oficialmente pela Funai, em diferentes anos das décadas de 80 e 90, com a finalidade de identificar/delimitar e reestudar a TI Vale do Javari; os locais estratégicos para o estabelecimento de postos de vigilância e fiscalização no limite sul da terra indígena; o projeto de saúde nas aldeias, fruto de parceria entre o CIVAJA/MSF; e, ainda, a importância da rede de radiofonia para vigilância e fiscalização territorial, bem como para implementação das ações deste Projeto de Saúde no Vale do Javari.

De Vida Nova, a equipe saiu para sobrevoar a região onde foi identificada uma pista de pouso clandestina em construção, localizada no igarapé Todos os Santos, afluente da margem direita do médio curso do rio Curuçá. Segundo o coordenador do CIVAJA, Clóvis Rufino Reis, que acompanhou o sobrevôo, essa pista possivelmente pertence a indivíduos ligados ao narcotráfico, que é bastante forte e bem organizado na região do Alto Solimões/Vale do Javari, sobretudo nas proximidades das fronteiras colombiana - brasileira - peruana.

Após a instalação do rádio em Cruzeiro do Sul/AC, na casa do índio Marúbo Sebastião que ali reside há muito anos, o técnico Antonio Edmilson seguiu viagem numa pequena aeronave para a cidade de Tarauacá/AC, onde realizou o concerto do rádio da Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ). Clóvis Rufino e o antropólogo Terri Valle de Aquino se deslocaram de carro para a aldeia Poyanáwa do Barão, no vizinho Município de Mâncio Lima/AC. Nos dois dias passados no Barão, o coordenador do CIVAJA teve oportunidade de discutir com as lideranças daquela comunidade, sobretudo com o cacique Mário Cordeiro de Lima, o projeto de auto demarcação que a Associação dos Poyanáwa havia encaminhado recentemente ao PPTAL e à Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai. De Cruzeiro do Sul, após a visita aos Poyanáwa, Clóvis Rufino Reis, ainda receoso por ter sobrevoado esta pista clandestina do igarapé Todos os Santos, retornou à Tabatinga no mesmo avião monomotor.

7 A Análise dos Documentos

Antes da viagem, ainda em Brasília, pesquisando no Setor de Documentação da Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) da Funai, a equipe tomou conhecimento de um conjunto de documentos, constante no Processo Funai BSB/1074/80, relativos ao já longo processo de regularização fundiária da TI Vale do Javari. Todos esses documentos, constituídos por diversos memorandos, ofícios, instruções técnicas executivas, informações, portarias e relatórios de antropólogos, indigenistas e sertanistas relativos aos estudos e reestudos de identificação/delimitação da TI Vale do Javari, foram reproduzidos em cópias xerox e entregue aos principais interessados, os índios do Javari e sua organização.

Foi elaborado inicialmente um breve resumo histórico das principais medidas administrativas adotadas pela Funai ao longo dos últimos 26 anos, bem como registradas as mobilizações protagonizadas pelo CIVAJA, a partir do início da década de 90, visando assistir efetivamente as populações indígenas do Vale do Javari e, sobretudo, fazer avançar o processo de regularização administrativa desta terra indígena. Essa listagem está reproduzida em anexo a esse relatório, nas referências bibliográficas.

Ao final da viagem, ao entregar esse conjunto de documentos aos coordenadores do CIVAJA, em sua sede em Atalaia do Norte/AM, o antropólogo Terri Valle de Aquino fez a seguinte declaração:

“Antes de sair de Brasília, tirei cópias xerox de todos esses documentos existentes no Setor de Documentação do Departamento de Assuntos Fundiários da Funai. Trata-se de um processo administrativo, com mais de 600 páginas, referente às populações indígenas e à TI Vale do Javari. Devolvo agora parte destes documentos pra vocês montarem a biblioteca do CIVAJA, pra vocês da coordenação e lideranças tradicionais tomarem conhecimento sobre o que a Funai e outras organizações governamentais e não governamentais já pensaram e escreveram sobre os povos indígenas dessa região e sobre a TI Vale do Javari. Nestes documentos vocês vão encontrar as duas primeiras propostas de identificação/delimitação da TI Vale do Javari. Vão também encontrar propostas de vigilância e fiscalização desta terra indígena. E ainda as ações sugeridas por sertanistas, antropólogos e indigenistas para esta que é a quarta terra indígena em extensão da Amazônia. Pois bem, Clóvis Inupá Marúbo, Manoel Barbosa Marúbo, Gaúcho Mayorúna, Tumin Matis e Edilson Kanamari, espero que vocês leiam todos esses documentos. Nesses documentos, vocês ainda vão encontrar muitos ofícios, memorandos, telex, informações técnicas, portarias e relatórios já escritos sobre as populações indígenas do Vale do Javari e sobre a terra de vocês. É importante criar tempo pra ler todos esses papéis. Eu mesmo vou ter que fazer isso quando voltar. Devolvê-los pra vocês, já amansa a leitura no meu espírito. E quando vocês criarem tempo pra leitura, prestem atenção sobre o que toda essa gente já escreveram sobre vocês e a TI Vale do Javari. Também têm documentos e abaixo assinados enviados à Funai pelos políticos locais e

representantes dos madeireiros da região do Alto Solimões/Vale do Javari, se posicionando contra a criação desta terra indígena. Sei que muitas lideranças e organizações indígenas reclamam muito da falta de acesso a informações sobre os seus povos e territórios. Sei que vocês reclamam, inclusive, de atitudes de alguns antropólogos que fazem seus estudos, teses, livros e projetos, sem nenhuma preocupação de devolvê-los às suas comunidades. Por isso, acho que a leitura desses documentos poderá ser útil para as lideranças indígenas do Vale do Javari. Quando terminar de fazer a minha leitura desses documentos, preciso também criar tempo pra isso, vou escrever um texto histórico sobre a atuação da Funai no Vale do Javari nesses últimos 26 anos, incluindo também as mobilizações do CIVAJA, na década de 90. Depois mando cópia desse texto pra vocês. E quando o antropólogo Wálter Coutinho terminar o relatório de reestudo da TI Vale do Javari, posso lhe pedir uma cópia pra mandar pra vocês. Esse relatório do Wálter, aliás, é o terceiro e último reestudo de identificação/delimitação da TI Vale do Javari. Já inteirou 17 anos de estudo e reestudo dessa terra indígena, no entanto, ela ainda não saiu da fase inicial do processo de regularização fundiária. Então, assim que o chefe do DID concluir esse importante trabalho, que está começando a redigir agora, peço também uma cópia pra vocês” . (Terri Valle de Aquino, 1997, i.p.)

Ao receber estes documentos, Clóvis Rufino Reis assim se expressou:

“Nós também temos direitos nesses documentos. Se eles falam sobre nossas populações e a TI Vale do Javari, então, todos esses documentos também nos pertence. Não adianta fazer nada escondido. Nós temos que trabalhar junto com a Funai também. Só assim podemos garantir a demarcação da nossa terra”. (Clóvis Reis, 1997, i.p.)

8 Os Depoimentos dos Atores Envolvidos no Processo

A elaboração desse relatório foi limitada pela falta de recursos e tempo necessários para um levantamento de campo muito abrangente. Portanto, foram realizadas algumas longas entrevistas visando obter uma série de informações dos principais atores locais, tais como o representante dos próprios índios, o coordenador do Grupo de Trabalho da FUNAI para a identificação da TI Javari, o coordenador da Pastoral Indigenista, principal entidade atuando na região em parceria com os índios, e os principais madeireiros. Por essa razão, as informações dessa segunda parte do relatório são ordenadas com base nas quatro principais fontes, e não por assunto.

Conversas importantes foram realizadas em Benjamim Constant e Atalaia do Norte, com o Padre Joseney Lira do Nascimento, coordenador da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, e com Clóvis Rufino Reis, índio Marúbo, coordenador geral do CIVAJA. Em Benjamim Constant, também na sede da Pastoral Indigenista do Alto Solimões, foi entrevistado o Senhor Vítor Magalhães, dono das duas maiores serrarias da região do Alto Solimões/Vale do Javari e pretense dono de vários seringais no rio Itui, dentro dos limites da TI Vale do Javari, bem como alguns madeireiros, ou melhor “toreiros”, que atuam há décadas no interior desta terra indígena. Conversar com estes personagens foi, sem dúvida, importante para entender os argumentos contrários a criação daquela terra indígena.

Em duas ocasiões, foi visitada também a sede do CIVAJA em Atalaia do Norte, onde foram entrevistados outros integrantes dessa organização indígena, como o secretário Manoel Barbosa Marúbo, o vice coordenador Gaúcho Mayorúna e o conselheiro Tumin Matis. Com Clóvis Rufino Reis, coordenador geral do CIVAJA, foram realizadas demoradas reuniões com as lideranças tradicionais Marúbo do rio Itui, bem como com os missionários da MNTB, que atuam naquele rio desde meados da década de 60. Com o Padre Joseney Lira foram realizadas visitas aos moradores das comunidades de Ladário, São Rafael e São Gabriel, situadas no baixo rio Itacoai, a jusante da base da Frente de Contato Vale do Javari, fora dos limites desta terra indígena.

O antropólogo Wálter Coutinho Jr, coordenador do terceiro e último grupo técnico da Funai que reestudou esta terra indígena em 1995/96, foi convidado a integrar a equipe da viagem de Amigos da Terra, após contatos preliminares com base nos quais ficou claro que essa viagem poderia subsidiá-lo com novos dados para concluir o seu relatório de reestudo de identificação e delimitação da TI Vale do Javari. Embora este convite tenha sido recusado às vésperas da viagem, por razões de tempo, foi realizada uma longa entrevista com esse antropólogo, que viabilizou o acesso a informações mais atualizadas e forneceu suas principais sugestões quanto à delimitação da terra indígena.

8.1 Terra, Saúde, Parcerias e Conflitos: A Visão dos Índios do Javari

A primeira importante entrevista foi realizada com Clóvis Rufino Reis, índio Marúbo de 31 anos, atual Coordenador Geral do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), gravada em meados de agosto de 1997 na cidade de Benjamin Constant/AM. O coordenador do CIVAJA iniciou seu depoimento ressaltando os primeiros encontros e assembléias indígenas, realizados a partir do início dos anos 90, que deram início ao surgimento do movimento indígena e de sua organização no Vale do Javari.

“Meu nome é Clóvis Rufino Reis, tenho 31 anos e faço parte das lideranças Marúbo da aldeia São Sebastião do rio Curuçá, afluente do rio Javari. Comecei a trabalhar em 1985 no movimento indígena desta região, no mesmo ano em que a Funai interditou a nossa terra indígena com 8.338.000 ha. Agora, como Coordenador Geral do CIVAJA, ainda continuo lutando por esta nossa terra, que até agora não foi nem identificada pela Funai. Estamos lutando pela demarcação da nossa terra desde outubro de 1991, quando aconteceu o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Vale do Javari, na cidade de Atalaia do Norte, organizado por lideranças jovens Marúbo, com apoio da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, da OPAN e do CIMI. Nesse Primeiro Encontro foi eleita uma comissão de lideranças para criar o CIVAJA, que foi coordenado pelo Darcy Comapa Marúbo de 1991 até 1995. Em junho de 1992, ainda na coordenação do Darcy, aconteceu a Primeira Assembléia dos Povos Indígenas do Vale do Javari. Em 1995, quando se realizou a Segunda Assembléia Indígena do Vale do Javari, na aldeia São Sebastião, no rio Curuçá, afluente do rio Javari, foi eleita uma nova direção do CIVAJA. Eu fui eleito Coordenador Geral do CIVAJA, o Gilson Mayorúna Vice Coordenador, o Manoel Barbosa Marúbo foi indicado secretário, o Jorge Oliveira Duarte, também índio Marúbo, foi escolhido como tesoureiro e o Edilson Kanamari e o Tumin Matís foram eleitos por todas as lideranças indígenas do Vale do Javari como Conselheiros da nossa organização. Em março de 1997, durante a realização da Terceira Assembléia Indígena do Vale do Javari, fui eleito novamente para a coordenação geral do CIVAJA no período de 1997 a 1999” (Reis, Clóvis: 1997, i.p.)

Antes de prosseguir a sua conversa, o Coordenador reeleito do CIVAJA fez questão de nos mostrar dois documentos. Do primeiro deles, referente à “Ata da Eleição e Posse da Nova Coordenação do Conselho Indígena do Vale do Javari – Gestão 1997 a 1999”, destacamos o seguinte trecho:

“No dia 13 de março de 1997, durante a III Assembléia do Conselho Indígena do Vale do Javari – CIVAJA – ocorreu a eleição e posse da nova Coordenação para o triênio de 1997 a 1999. O local desta assembléia foi na aldeia São Sebastião, rio Curuçá. Estiveram presentes entidades de apoio e de parceria: Medecins Sans Frontieres, Fundação Nacional de Saúde, PPTAL/GTZ-Projeto de Proteção das Florestas Indígenas, Fundação Nacional do Índio/Frente de Atração Vale do Javari, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões e lideranças indígenas (Kanamari, Kulina,

Mayorúna, Mátis e Marúbo), no total de 70 pessoas. O objetivo da assembléia foi para avaliar o trabalho do CIVAJA, pontos positivos e negativos, propor soluções para melhorar seu desempenho e funcionamento. Discutir assuntos e temas relacionados as necessidades das aldeias e do Vale do Javari. Os assuntos foram: Frente de Atração da Operação Javari e criação do Território do Alto Solimões. Os temas foram: saúde, educação, demarcação do Vale do Javari, comunicação e alternativas econômicas. Os problemas e propostas levantados pelos grupos étnicos que discutiram servirão para nova Coordenação elaborar o planejamento de trabalho e temas quando das visitas de articulação nas aldeias e nos trabalhos de parceria e integração com as entidades de apoio. Dando continuidade aos trabalhos foi discutida e sugerida a nova composição da Coordenação. Decidiu-se que a partir dessa assembléia cada etnia deverá ser representada na Coordenação, ou seja, um membro Kanamari, Kulina, Mátis, Marúbo e Maioruna para compor a Coordenação e seus respectivos Conselheiros. Mais o setor de secretaria e tesouraria concentrado só numa pessoa. Processou-se a indicação dos nomes, escolhidos os representantes fez a votação por aclamação, computou-se os nomes e foi aclamada a Coordenação. Os eleitos foram: Coordenador Geral – Clóvis Rufino Reis (38 votos) e Vice-Coordenador – Gilson Maiuruna (28 votos). Os Conselheiros indicados foram: Tumi Mátis, Adilson Dias Kanamari e o representante Kulina ficou de ser indicado após a assembléia pela comunidade Campinas. Os eleitos se comprometeram a desempenhar com responsabilidade sua função, dar continuidade aos projetos de parceria e integração com MSF e Pastoral Indigenista. Articular-se com organismos que respondem pela: saúde, educação, comunicação, demarcação, alternativas econômicas e organizações indígenas afins. Estar em contato com seus parentes nas comunidades indígenas, consultando e decidindo sobre assuntos de seus interesses e da organização. Sobre a representatividade Kulina ficou de ser encaminhado após a assembléia, completando assim a representatividade tão desejada pela Organização que nessa assembléia iniciou sua caminhada”

O segundo documento refere-se ao censo das populações indígenas do Vale do Javari, realizado pelo CIVAJA e Médicos Sem Fronteiras, em 1997, onde foram recenseados 2.100 índios contatados no Vale do Javari, dos quais 786 são Marúbo, 668 Mayorúna, 432 Kanamari, 166 Mátis e 48 Kulina. Desse total, 1.865 índios (ou 88,8%) ocupam a TI Vale do Javari, enquanto somente 235 índios (ou 11,2%) estão situados fora dos limites desta terra indígena (153 Mayorúna nas comunidades de Lameirão e São Raimundo, 34 Kanamari em Irari e 48 Kulina em Campinas, todas situadas na região do baixo rio Javari). Este censo por rios revela a existência de 841 índios no rio Javari, 645 no rio Itui, 307 no rio Curuçá e 306 no rio Itacoai. Neste censo demográfico não foi incluído integrantes de “grupos arredios, ou isolados”, situados atualmente nos rios Quixito, São José, Jandiatuba, Jutai, Arrojo, Maia e Korubo da confluência do rio Itui com o Itacoai. Incluindo estas últimas populações ainda isoladas, segundo estimativa do coordenador do CIVAJA, provavelmente haveria cerca de 3.800 índios em todo o Vale do Javari.

“Afora os índios isolados, ou arredios, como se diz, nós temos 2.100 índios contatados no Vale do Javari. Agora, calculadamente nós temos 3.800 índios, incluindo todos esses grupos ainda isolados. Só os Marúbo tão numa faixa de 800 e

poucos índios. Mayorúna tem quase 700 índios, quase 500 Kanamari e 200 Matís. E Kanamari nós temos 400 e tantos índios, e assim por diante” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Indagado a respeito das possíveis modificações sugeridas pelo coordenador do GT PP 174/95, em relação à delimitação propriamente dita da TI Vale do Javari, o coordenador do CIVAJA não concordou com a exclusão das cabeceiras do rio Javari, área formada pelos rios Jaquirana e os igarapés Batã e Hospital, dos limites desta terra indígena. Alegou ainda que as cabeceiras do Javari, além de constar nos limites da terra indígena interdita, constitui-se numa área de antiga ocupação histórica dos índios Mayorúna e Marúbo e já do consenso de todas as lideranças tradicionais do Vale do Javari.

Ao reivindicar a inclusão das cabeceiras do rio Javari no processo de identificação e delimitação desta terra indígena, o coordenador do CIVAJA reafirmou a necessidade de um sistema de proteção mais efetivo, por se tratar de uma das áreas de maior interesse do narcotráfico, que é bastante intenso na região do Alto Solimões/Vale do Javari. Assinalou ainda, que a outra parte vulnerável da terra indígena corresponde ao rio Jandiatuba, recentemente invadido por muitos garimpeiros. É o que podemos constatar, a seguir, em um outro trecho de seu depoimento:

“Essa parte das cabeceiras do Javari deve ser incluída na delimitação da nossa terra, como nós sempre falamos para os povos daqui do Javari. Nós lutamos para que essa terra seja demarcada contínua, tanto que, no mapa de interdição, está incluída essa parte da área. Não acho que o Wálter deva excluir essa parte das cabeceiras do rio Javari. Queremos essa área das cabeceiras do Javari incluída na nossa terra. Caso essa área seja excluída dos limites da TI Vale do Javari, os madeireiros, pescadores, caçadores e até mesmo pessoas ligadas ao narcotráfico poderão influenciar os índios Mayorúna, Kanamari e Kulina que vivem no rio Javari, já que eles vão passar por muitas aldeias indígenas, antes de chegarem nas cabeceiras do Javari. É importante garantir a proteção desta área e não permitir a entrada de pessoas estranhas ali dentro. O posto da Funai, que fica dentro do igarapé Lobo, não dar conta para vigiar o rio Javari. Nessa área do Jaquirana tá entrando muito madeireiro, caçador e pescador. Um posto de vigilância na foz do rio Batã é importante, mas perigoso, porque pode acontecer de haver um conflito muito sério com o narcotráfico. Assim também pode acontecer no rio Jandiatuba, com a invasão de garimpeiros, como já aconteceu por ali a pouco tempo atrás. Ali no alto Jaquirana, pode haver conflito e morte, inclusive de índios do rio Javari, devido a máfia do narcotráfico. Pelo conhecimento que nós temos do Vale do Javari, essa parte do rio Jandiatuba e essa parte das cabeceiras do Javari são as mais perigosas. Nós também sugerimos que deva ter um posto de vigilância na boca do rio Pardo com o rio Curuçá, porque nós temos esse PIA Curuçá desativado, mas nós estamos reativando esse antigo posto da Funai, junto com os Kulina e Marúbo, que tão começando a se mudar pra lá. A Funai colocou a placa aqui dentro, uma placa de interdição de área, então a invasão só respeita até aqui onde está essa placa. Esse chefe de Posto que tá nas cabeceiras do rio Curuçá, no igarapé Maronal, deveria estar aqui na boca do Pardo, fazendo proteção da terra indígena do Vale do Javari. Colocando, além do chefe de posto, um auxiliar de

enfermagem e toda a estrutura do posto indígena na boca do rio Pardo, porque a maioria da invasão é pela entrada dos rios” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Aliás, a principal preocupação manifestada pelo coordenador do CIVAJA refere-se à vigilância e fiscalização dos locais estratégicos da TI Vale do Javari, especialmente em sua fronteira norte, devido às pressões exercidas pelos donos de serrarias, madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores profissionais, bem como por parte de alguns integrantes do narcotráfico e de outros moradores de Atalaia do Norte, Benjamim Constant, Tabatinga e Leticia, principais cidades da região do Alto Solimões/Vale do Javari.

“A divisão dos postos da Funai, onde tem chefe de posto, por exemplo, tem chefe de posto no Maronal, mas deixando liberto toda a área do rio Curuçá desprotegida. O Posto São Luiz no rio Javari, divisão do Peru com o Brasil, por exemplo, não tem vigilância. Na nossa opinião toda fronteira desta terra indígena com a terra de não índios e até de peruanos, no caso do rio Javari, deveria ter um posto de vigilância da Funai” (Reis, Clóvis: 1997, i.p.)

As seguintes sugestões foram apresentadas pelo Coordenador do CIVAJA visando a instalação de postos de vigilância e fiscalização na TI Vale do Javari:

- a) dois postos de vigilância e fiscalização no rio Javari, um no **PI São Luiz**, no baixo Javari, e outro na foz do rio **Batã, no alto Jaquirana**;

“Em São Luiz, como a gente ver nesse mapa aqui, é uma área que, se não me engano, vai até o igarapé Irari, também não tem nenhuma proteção. Porque aqui em Irari entra um igarapé grande que vem pra cá, pra essas cabeceiras, que tá cheio de invasão. Essa outra parte aqui, das cabeceiras do rio Javari, formada pelos rios Jaquirana e os igarapés Batã e Hospital, é uma área muito perigosa nessa questão do narcotráfico. É uma área que fica distante, na última divisa com o Peru, que quase a gente não tem contato. Essa parte não pode ficar de fora de nossa terra, mas precisa de vigilância por parte da Funai, Ibama, Polícia Federal e até do Comando Militar do Alto Solimões, por causa justamente do narcotráfico e de invasões de madeireiros” (Clóvis Reis, 1997, i.p.)

- b) dois outros postos de vigilância no rio Curuçá, um na foz do rio **Pardo com o Curuçá** e outro no igarapé **Maronal**, afluente da margem esquerda das cabeceiras do Curuçá, onde já está atualmente instalado um Posto Indígena da Funai;

Aliás, o coordenador do CIVAJA recomendou a transferência dos Mayorúna de Lameirão para a foz do rio Pardo com o rio Curuçá. Desse modo, com a participação dos próprios Mayorúna de Lameirão, se garantiria uma proteção mais efetiva desta parte da terra indígena frequentemente ameaçada por pressões externas:

“Deveria ter vários índios morando aqui nessa beira do Curuçá, nas proximidades da foz do rio Pardo, para poder proteger a nossa terra. A nossa idéia é trazer esses

Mayorúna do Lameirão aqui pra foz do rio Pardo. É uma proteção da terra indígena que os índios Mayorúna poderiam fazer. Eles viriam pra cá, porque ali na boca do Pardo com o rio Curuçá é uma área tradicional dos Mayorúna. O nosso pensamento de hoje, do jeito que nós estamos vendo a situação, deveria garantir a boca do Pardo. Em vez da Funai fazer outra demarcação de terra em Lameirão, deve é ajudar na mudança dos Mayorúna de lá para a foz do rio Pardo. Os Mayorúna de São Raimundo, os Kanamari do Irari e os Kulina de Campinas, que também tã fora da TI Vale do Javari, deveriam se transferir pra dentro desta terra indígena, Não dá pra negociar outra terra indígena na região a não ser a TI Vale do Javari. Isso é preciso ficar bem claro pra Funai” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Objetivando uma efetiva proteção das fronteiras da TI Vale do Javari, com o estabelecimento de postos de vigilância e fiscalização em locais estratégicos desta terra indígena, o coordenador do CIVAJA recomendou redimensionamentos e mudanças nos seguintes postos indígenas já instalados pela Funai no Vale do Javari:

“Acho que em Maronal, onde tá agora a sede do PI da Funai, deveria ficar apenas o auxiliar de enfermagem e uns poucos trabalhadores braçais, mas a estrutura do posto deveria ficar na boca do rio Pardo, por causa da maior proteção do território. No Igarapé Lobo, nós já temos chefe de posto, mas é uma coisa muito errada da Funai colocar o chefe de posto no Lobo, deixando a aldeia 31, na margem do rio Javari, sem nenhuma estrutura, só com um auxiliar de enfermagem. Deveria ser o contrário, podendo ter um chefe de Posto na aldeia 31, na entrada, e colocar o auxiliar de enfermagem entre os Mayorúna do Igarapé Lobo. O PI São Luiz, no rio Javari, por exemplo, foi criado apenas no papel, mas não tem infra-estrutura que facilite a vigilância dessa parte da terra indígena” (Reis, Clóvis: 1997, i.p.)

c) um posto de vigilância na foz do **Itui com o rio Itacoai**, onde atualmente está instalada a base da Frente de Contato Vale do Javari;

“Esse posto de vigilância já tá garantido com a base da Frente de Contato da Funai, dirigida pelo sertanista Sydney Ferreira Possuelo. A gente sabe que essa base da frente de atração da Funai com os Korubos tá protegendo dois rios importantes, o Itui e o Itacoai. Depois que essa base da Funai foi instalada na boca do Itui com o Itacoai, acho que foi em 1995, não entrou mais madeireiros nem caçador nem pescador nessa parte da terra indígena. O pessoal da base da Funai, na foz do Itui, já tá cansado de tomar quantidade grande de carne de caça e de peixes salgados de pessoas ali das comunidades do baixo Itacoai, que teimam em continuar caçando e pescando dentro da terra indígena Vale do Javari. E isso desestimula novas invasões naquela parte central da nossa terra” (Clóvis Reis, 1997, i.p.)

d) outro posto de vigilância nas **cabeceiras do rio Jandiatuba**, pois esta parte da terra indígena está sujeita a muitas invasões, especialmente de garimpeiros;

“O primeiro posto de vigilância poderia ser no Jandiatuba, porque a maioria das invasões ocorre pelo Jandiatuba. Tem até o risco dos garimpeiros voltarem outra vez pra essa área. Então é uma área muito perigosa para o território indígena do Vale do Javari; nesta parte da TI Vale do Javari também tem índios arredios. Estamos tentando fazer uma demarcação contínua pra todo mundo; porque até agora nós só temos 5 povos que tem contato junto com a gente, que tão na luta. Não temos conhecimento nenhum dessa parte da nossa terra. Sabemos apenas que existem índios isolados. É lá onde vivem os Flecheiros, os Tsohom Djapá e outras tribos desconhecidas. Esse índios Tsohom falam um idioma da família lingüística Tukano. A gente não tem conhecimento desse povo, com eles nós não temos contato. No Jandiatuba, até o ano passado, muitos garimpeiros entraram na área e por certa vez a Polícia Federal vetou e eles não voltaram mais. Mas, existe nessa parte da terra indígena, pelo rio Jandiatuba, muitas invasões. Não tem ninguém, nenhum posto da Funai, pra defender essa parte da TI Vale do Javari.” (Reis, Clóvis: 1997, i.p.)

e) recomendou ainda a instalação de outro posto no rio **São Vicente**, uma vez que “essa parte da área tá cheia de invasores”;

f) por fim, propôs que outro posto de vigilância fosse instalado nas cabeceiras do rio **Itacoai**;

“Os índios Kanamari de Massapê, que vivem ali nas cabeceiras do rio Itacoai, deveria também ter um posto de vigilância da Funai, porque tá tendo entrada de brancos por ali” (Clóvis Reis, 1997, i.p.)

Já em relação à participação indígena no processo de demarcação da TI Vale do Javari, o Coordenador do CIVAJA fez a seguinte consideração:

“As lideranças tradicionais estão muito preocupados com os jovens, porque caso não haja demarcação, eles podem se envolver em outras coisas, inclusive com o narcotráfico. Com a demarcação de nossa terra, eles não vão se envolver com narcotráfico, porque eles vão preservar a nossa terra. Então, como acompanhar a demarcação, nós não sabemos, porque a esperança das lideranças indígenas daqui do Vale do Javari é que essa terra seja demarcada, conforme o mapa da interdição. Agora, existe uma opinião que a proteção, a vigilância e fiscalização, como se diz, deveria ser feita pelo pessoal da Funai. Agora, quanto a participar da demarcação, nenhuma liderança tem essa idéia clara de participar da demarcação da nossa terra, que ainda não foi nem identificada pela Funai. Mas, sim, de acompanhamento da demarcação. Muitos jovens querem acompanhar a demarcação de nossa terra pra eles terem um pouco de conhecimento do que eles vão fazer daqui pra frente. O que vão fazer com a nossa grande terra. Quais as alternativas econômicas viáveis para nossas populações se desenvolverem, preservando as nossas culturas e as nossas florestas. Nós, como organização, estamos reforçando a opinião deles de participar da demarcação de nossa terra. Várias lideranças tradicionais de nossas comunidades também querem participar desse trabalho de demarcação, desde que seja chamado pra participar. Então, conforme opinião deles, nós queremos acompanhar todo esse

trabalho de demarcação dos limites de nossa terra. Agora, como proteção, nós não temos como fazer, se não for junto com a Funai e com outros órgão do governo, como o IBAMA, o Comando Militar do Alto Solimões, a própria Polícia Federal. Pra segurar essa turma toda, formada por donos de serrarias, madeireiros, toureiros, garimpeiros, pescadores e caçadores profissionais, e não deixar eles invadirem essa imensa terra indígena do Vale do Javari mesmo, é preciso de muita autoridade” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Indagado a respeito da possível participação dos Marúbo, Kanamari e Mayorúna na demarcação física do limite sul da TI Vale do Javari, correspondente ao longo trecho constituído pelos divisores de águas das bacias dos rios Javari e Juruá, Clóvis Rufino Reis fez o seguinte comentário:

“Nesse caso, estamos discutindo entre nós mesmos pra ver como é que pode ser feita essa participação de nossas lideranças tradicionais e de nossa organização na demarcação de nossa terra. É preciso discutir esse assunto com todas as organizações que trabalham aqui na região do Vale do Javari, como a Funai e outros órgãos do governo federal e estadual, como também com todas as nossas lideranças tradicionais e com outras entidades que trabalham em parceria com o CIVAJA, como a COIAB, Médicos Sem Fronteiras, Pastoral Indigenista do Alto Solimões, Terra dos Homens, Amigos da Terra e outras organizações. Então, nesse caso, precisamos projetar isso, discutir com essas entidades essa nossa participação na demarcação da nossa terra. Nós estamos com essa idéia, mas nós não começamos, estamos em proposta, em discussão. Mas a nossa intenção é de acompanhar todo o processo de demarcação. A coordenação do CIVAJA está estudando a possibilidade disso. O que queremos é participar de todas as decisões que dizem respeito ao futuro de nossas populações e da nossa terra indígena” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

De acordo com as colocações do Coordenador do CIVAJA, a participação dos índios no processo de demarcação física dos limites sul da terra indígena é muito importante, porque eles conhecem muito bem as terras altas dos divisores de águas entre as bacias dos rios Javari e Juruá. Recomendando que os trabalhos específicos de abertura de picadas e de clareiras nos limites sul da terra indígena sejam realizados no período de *verão*, correspondente à estação seca no Vale do Javari, onde as chuvas são escassas:

“Toda essa parte sul da terra indígena tem que ser demarcada no *verão*. Começar a trabalhar no mês de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, até novembro. De novembro em diante começam a cair muitas chuvas fortes, dificultando muito os trabalhos de demarcação física dos divisores de águas do Vale do Javari com o Juruá, que tem que ser feito pelo lombo das terras dos divisores de águas” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Considerou ainda o rio Jandiatuba como a parte mais difícil para a participação dos índios e de sua organização no processo de demarcação física dos limites da TI Vale do Javari. Em seu depoimento, o coordenador do CIVAJA ainda ressaltou que sua organização trabalha diretamente

apenas com as comunidades indígenas Marúbo, Mayorúna, Kanamari, Matis e Kulina dos rios Javari, Jaquirana, Curuçá, Maronal, Itui, Itacoai e Jutai. Mas, por outro lado, desconhece e não dispõe de informações, antigas ou recentes, referentes ao rio Jandiatuba. É o que se destaca em outro trecho de seu depoimento:

“Bem, a demarcação que fica muito difícil pra nós é a área do rio Jandiatuba, porque nós trabalhamos diretamente em quatro rios do Vale do Javari. Tem o rio Javari e seus afluentes, que é o rio Curuçá, Jaquirana, Itui e Itacoai. E tem seus afluentes também que são grande, como o rio Novo de Cima, o Arrojo, o Pardo, o Amburús e outros. Então, nesse caso, pra nós só fica difícil acompanhar a demarcação dessa parte do rio Jandiatuba. Nessa parte do Jandiatuba só tem índios isolados. Nesse caso, como eu já falei, deveria ter um posto de vigilância e fiscalização da Funai nesse rio Jandiatuba, que é de acesso muito difícil. Desse rio Jandiatuba, nem o CIVAJA nem a Funai não tem notícia” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

A respeito da existência de uma pista clandestina em construção no igarapé Todos os Santos, afluente da margem direita do médio curso do rio Curuçá, Clóvis Reis afirmou que, em agosto de 97, quando retornava de uma visita às aldeias Marúbo do alto rio Curuçá e do igarapé Maronal, encontrou-se na aldeia São Sebastião, no médio curso do Curuçá, com um índio Kulina, conhecido como Peruano, que lhe fez a seguinte denúncia:

“A denúncia é de um índio Kulina, conhecido como Peruano, de que tão construindo uma pista clandestina no igarapé Todos os Santos, afluente do rio Curuçá. Neste igarapé Todos os Santos entraram muitos madeireiros em 1990, 91 e 92. Aí, por estes anos, soubemos que eles estavam entrando com picareta e carrinho de mão. E depois a Polícia Federal tava fazendo uma viagem, de primeiro sempre eles faziam essas viagens no rio Curuçá, então, eles sabendo que a Polícia Federal tava indo lá, aí esses madeireiros saíram dessa área e foram embora, mas deixaram a pista quase destocada (sic). Só que eles não fizeram o acabamento da pista. Aí teve essa perseguição e eles fugiram. Pois bem, agora no mês de agosto deste ano de 97, quando fiz uma viagem ao rio Curuçá e Maronal, sai daqui de Atalaia no dia 27 de julho e tô retornando agora, no meio de agosto. Pois bem, nessa minha viagem ouvi essa denúncia do índio Kulina Peruano. Ele tava no igarapé Todos os Santos com uma família Kulina, que tinha vindo da aldeia de Campinas, no rio Javari. E quando chegaram aqui nesse lugar, ele se encontrou com um homem chamado Erude, que é casado com uma índia Kulina. Esse Erude é um branco, mas tomou uma índia de um outro índio Kulina. Esse Erude é filho daqui mesmo de Benjamim Constant. Então, o que é que ele fez? Ele convidou esse índio Kulina pra fazer um trabalho lá dentro do igarapé Todos os Santos. E quando esse Peruano foi se apresentar lá nesse emprego, quando chegou lá dentro do igarapé Todos os Santos, disse que encontrou 12 homens trabalhando de machado e moto-serra. Aí chegou lá, esse Erude apresentou ele pro patrão de lá, dizendo que ele ia trabalhar lá e tal, que já tinha feito negócio com ele. Bem, aí o patrão disse que ia dar emprego pra ele, que ele escolhesse o trabalho que quisesse, que o salário era mil reais por mês. Então, ele falou que ia fazer esse trabalho lá. Só que depois teve outro, parece que um assessor dele, sei lá, uma coisa assim, que falou

pro patrão dele, que o Peruano não podia trabalhar lá, porque ele era índio. Não era possível de um Kulina trabalhar lá, porque ele era índio, então, podia contar tudo que tava acontecendo dentro da terra indígena. Então, era melhor matar ou fazer alguma coisa com ele. Sabendo disso, esse índio Kulina inventou vir pra beira do rio, dizendo que vinha visitar a mãe dele, que queria emprestar o motor 15 deles e o cara não deixou. No outro dia, o Peruano inventou que ia pescar e aproveitou pra fugir. Veio embora. Atravessou o rio Curuçá, subiu e atravessou o igarapé São Salvador, onde ele veio parar na casa do tio dele, João Branco, que é Kulina também. E de lá, ele pegou a canoa e fugiu pro igarapé São Salvador. Então, de lá do igarapé São Salvador e foi pra aldeia São Sebastião, onde me encontrei com ele. Ele, então, falou que 12 pessoas, 12 homens, entraram no mês de março desse ano no igarapé Todos os Santos pra terminar de fazer a limpeza da pista. Ele falou que a pista tá pronta e que lá dentro tem até motor de luz, moto-serra, pás, enxadas, essas coisas todas, pra terminar de construir a pista. Na conversa que tivemos, ele me informou que todo esse caso aconteceu com ele lá no Igarapé Todos os Santos, mas que o pessoal já tinha saído de lá.” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

A maior preocupação do Coordenador do CIVAJA é com a provável ligação desta pista clandestina do igarapé Todos os Santos com o narcotráfico, que tem fortes raízes na região do Alto Solimões/Vale do Javari. Esta região, há muitos anos, vem se constituindo em rota de passagem de cocaína, de dólares falsos e de muito contrabando, inclusive, de madeiras e armas.

Alguns dias depois desta conversa, em começo de setembro de 1997, a equipe de Amigos da Terra realizou um sobrevôo dessa pista clandestina no igarapé Todos os Santos, junto com Clóvis Reis e o piloto Denis Engelhardt de Asas do Socorro, onde foi constatada a veracidade da denúncia apresentada ao Coordenador do CIVAJA pelo índio Kulina Peruano. A pista em construção realmente existe e, segundo Clóvis Marúbo, não foi a primeira a ser descoberta, nos últimos anos, no Vale do Javari.

Em outro trecho de sua longa conversa, Clóvis Rufino Reis demonstrou sua inquietação com a possível interferência do narcotráfico na TI Vale do Javari e o conseqüente envolvimento dos índios. Preocupando-se, inclusive, com a existência de uma máfia que controla o tráfico de drogas na região e citando os nomes de possíveis envolvidos:

“Nós estamos preocupados, principalmente eu, eu entrei no rádio do CIVAJA na aldeia 31, uma comunidade Mayorúna, e um índio me falou que tinha dois Marúbo lá. Eu comuniquei pra eles, chamando atenção dos dois Marúbo que estavam subindo com um regatão chamado Vítor Braga. Eles iam pras cabeceiras do Jaquirana, onde a gente sabe que tem outra pista clandestina. Se ele vai com esse pessoal, sabemos que, com certeza, deve ter esse negócio de droga também. Esse Vítor Braga é ligado ao narcotráfico aqui na região. Nós estamos muito preocupado com esses dois índios Marúbo que foram pra lá, porque eles podem se envolver com isso e isso pode ser um perigo muito grande pra nós mesmos, ou então, o fim da vida desses nossos parentes que foram pra lá. Nós estamos com a preocupação muito grande e chamamos atenção das comunidades pra ver qual a posição delas e como poderia retirar esse pessoal de

lá. Mas a gente sabe que quem entra nessa situação, não tem mais condições de sair. E se sair, morre. Tudo isso é um perigo muito grande pra todas as nossas comunidades do Vale do Javari” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Outra parte importante de sua conversa, sem dúvida, refere-se à rede de 16 rádios implantada nas aldeias Marúbo, Mayorúna, Matis e Kanamari, graças ao projeto Rádio Amazônia de Amigos da Terra. Trata-se de um projeto amplo que, nos últimos cinco anos, já instalou mais de 100 rádios em várias terras indígenas e reservas extrativistas, bem como nas sedes de organizações indígenas e não-governamentais que assessoram, a partir das principais cidades da região, os movimentos sociais na Amazônia.

A avaliação de Rádio Amazônia, realizada pela Comissão da União Européia em 1997, assinalou que, nos últimos cinco anos, este projeto

“se tornou a maior rede de comunicação radiofônica não-governamental da América Latina, beneficiando uma população estimada em 35 mil índios, seringueiros, ribeirinhos e agricultores. Foram instalados cerca de 100 estações de radiofonia em terras indígenas e reservas extrativistas dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Mato Grosso, através de parcerias de Amigos da Terra com o Centro Magüta, a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), os Médicos Sem Fronteiras (MSF), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Instituto Sócioambiental (ISA), a Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ) e a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). A Comissão da União Européia foi a principal doadora nas várias etapas de implementação do Projeto Rádio Amazônia, a Ikea Foundation, Vara-Emissora de Rádio, da Holanda, e, mais recentemente a GTZ da Alemanha. O Projeto é reconhecido e legalizado pelo Ministério das Telecomunicações. No Acre foi a ASKARJ que propôs a Amigos da Terra a instalação de uma rede de rádios em seis aldeias. Aparelhos de radiofonia foram também instalados nas sedes da ASKARJ, em Tarauacá, e na CPI-Acre, em Rio Branco” (Hall, Anthony; Iglesias, Marcelo; Possuelo, Sydney: 1997)

Quanto a rede de rádios já instalada no Vale do Javari, graças a parceria estabelecida entre o CIVAJA e Amigos da Terra, Clóvis Rufino Reis fez a seguinte avaliação:

“Bem, foi uma luta que nós tivemos, fazendo contato com outras instituições e conseguimos entrar em contato com Amigos da Terra, pois nós vimos uma situação grave no Vale do Javari em relação à saúde, em primeiro lugar. Porque em todos esses postos que a Funai fez, entrou com os rádios nas comunidades, instalou em vários lugares, depois foi desestruturando e a Funai foi abandonando os postos estabelecidos junto às nossas comunidades. Então, nós criamos a nossa própria organização. E depois que nós criamos o CIVAJA, nós tivemos essa idéia dos rádios, que era uma coisa que nossas comunidades necessitavam, principalmente devido a saúde. Então, nós conseguimos os rádios e colocamos nas aldeias. Em 96, nós

conseguimos os primeiros 12 rádios, que foram instalados nas aldeias do Vale do Javari. E vimos que seria muito importante a gente salvar a vida dos índios, porque na época a coordenação era só de índios Marúbo. Porque a CIVAJA foi criada por um grupo de jovens Marúbo, para trabalharmos em prol da situação de cada povo. E foi muito importante salvar vida dos índios. Além de facilitar a comunicação entre todas as comunidades do Vale do Javari, vem evitando também a invasão de nossa terra. E assim conseguimos controlar uma parte dessas invasões e acabar com essa estória dos índios servir como mão de obra barata pra patrão, pra madeireiro, pra regatão, pra pescadores e caçadores. Então, foi válida a instalação dessa rede de rádio, porque agora sabemos o que acontece em todas as nossas comunidades. Isso é muito importante pra nós. Agora, em 97, instalamos mais cinco rádios com a intenção de lutar em conjunto pra demarcação da nossa terra. E foi muito importante a gente colocar esses rádios aonde não tinha, para que a gente pudesse se comunicar mais entre nós mesmos e fazer um trabalho conjunto. Quer dizer, todo mundo com uma só voz, todo mundo com o mesmo pensamento, pra conseguir uma demarcação contínua de todo o Vale do rio Javari. Então, essa foi a intenção de ampliar agora essa nossa rede de rádio em parceria com Amigos da Terra. E todas as comunidades tão entendendo como é que nós vamos fazer daqui pra frente. E pensar também no nosso futuro e em qual situação vai ficar. Então, é por isso que nós estamos agora ampliando os nossos rádios, com a intenção de acompanhar a demarcação de nossa terra. Porque nós temos muita esperança e o nosso sonho é garantir a demarcação e a vigilância da terra indígena do Vale do Javari” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Quanto às mensagens costumeiramente veiculadas por esta rede de rádios do CIVAJA, Clóvis Rufino Reis afirmou que são transmitidas informações das mais diversas. Além de se constituir num importante instrumento de comunicação das ações do Projeto de Saúde, em andamento no Vale do Javari, essa rede de rádios tem divulgado assuntos relativos à vigilância e fiscalização de determinados locais estratégicos da TI Vale do Javari:

“A nossa organização CIVAJA manda muitas informações para as nossas comunidades através desses rádios. Damos informações sobre as dificuldades e conflitos enfrentados por outras organizações indígenas, que também estão lutando pela demarcação de suas terras. Por exemplo, conflitos de índios com brancos, decretos do governo sobre a criação de terras indígenas e ainda outros assuntos. E das comunidades, recebemos todas as semanas os levantamentos de saúde, as doenças que tão ocorrendo nas comunidades. Damos orientação para os agentes de saúde tão trabalhando, controlando a saúde dos índios como, por exemplo, malária, hepatite e outras doenças. Então, isso é uma conversa que nós temos todas as segunda-feira. No Domingo, nós temos um programa que dura 2 horas. Neste programa, a gente discute os problemas que tão acontecendo nas comunidades, a gente também fala de prevenção, de como diminuir certas doenças e que cuidados tomar pra garantir a saúde de nossos parentes. É importante saber evitar as doenças. Esse programa é feito lá no CIVAJA e todos os rádios ficam ligados na mesma hora e frequência. Este programa acontece todos os domingos, das 7 às 10 horas da manhã. Aí também tem as informações que a gente recebe de outras organizações indígenas e que

repassamos pra nossas comunidades. E a experiência que a gente pega também, por exemplo, se nós participar de novos encontros e outras reuniões por aí, nós trazemos várias experiências. E as experiências que nós participamos, nós temos que repassar a todas as nossas comunidades através desse rede de rádios instalada em nossa terra. Também discutimos assuntos de invasão de nossas terras por madeireiros, caçadores e pescadores, principalmente nesta parte norte da terra indígena” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Após um ano de funcionamento dessa rede de rádios no Vale do Javari, apenas dois deles apresentaram defeitos, mas foram logo substituídos e consertados. A maior dificuldade encontrada, segundo as colocações do Coordenador do CIVAJA, foi justamente o do pagamento de taxas pelo uso de frequência radiofônica junto ao DENTEL, que são extremamente altas.

“Os rádios de Massapê, no alto rio Itacoai, e do Rio Novo, no rio Itui, pararam de transmitir e nós tivemos que trazer de volta esses rádios pra Atalaia do Norte. Nós substituímos um desses rádios por outro, que tava de reserva aqui na sede do CIVAJA. E mandamos consertar esses dois rádios. Tivemos dificuldade pra pagar a licença de todos esses rádios lá no DENTEL de Manaus. Agora, nesse ano de 97, tivemos que pagar R\$ 470,00 pelos 12 rádios que estão funcionando desde o ano passado. Só que nós pagamos com multa e deu R\$ 521,00. Isso é anual. O que nós estamos fazendo agora, é conversar com as comunidades, explicando que o CIVAJA é uma entidade sem fins lucrativos e, por isso, também depende das comunidades. Que cada comunidade também dê uma ajuda pra colaborar com a manutenção dos rádios. Só que agora, a gente ainda está em fase de conscientização. Precisou a gente arrecadar algum recurso com outra instituição para poder arcar com essas despesas. E a gente teve que se virar de qualquer maneira pra pagar essas despesas. Tivemos que arranjar recursos com a entidade Terra dos Homens. Desde a criação do CIVAJA, que essa entidade vem nos ajudando. Nós agradecemos a dedicação do indigenista Silvio Cavucens, que tem ajudado a nossa organização firmar parceria com a Terra dos Homens. Ele trabalhava na OPAN na época em que foi feita a Campanha do Javari. Até fez um livro sobre os povos indígenas do Javari, uma coisa assim. Um livrinho, que acho que deve ter por aqui. Aí de lá pra cá essa entidade Terra dos Homens tá financiando e nos tem ajudado até agora. O Sílvia tem uma ligação direta com a coordenação da Terra dos Homens. E assim com esse apoio, nós conseguimos pagar a taxa de todos os rádios, com multa e tudo” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

O coordenador do CIVAJA ainda fez as seguintes sugestões para melhorar a rede de rádios de sua organização, implantada no Vale do Javari nos anos de 1996/97:

“Agora, estamos pensando em incentivar as comunidades para que elas nos ajudem a pagar, porque essa taxa de rádio do Dentel vai aumentar. Nós estamos tentando ver se as comunidades poderiam arcar com o pagamento dessa taxa. A gente tá conversando duro com as comunidades para que elas possam entender. Porque se fala muito em autonomia dos povos indígenas, acho que é o momento da gente discutir

alternativas econômicas pras comunidades. E da nossa parte, nós estamos incentivando, tentando ajudar e estamos discutindo com as nossas comunidades, pra que elas possam trabalhar e não esperar. Porque a Funai colocou os índios numa situação que tudo depende da Funai. Então, sem a Funai os índios não são nada. A Funai colocando rádio, dando gasolina, combustol (sic), essas coisas. Então, acho que é o momento, diante da luta que a gente tá fazendo, da gente tá conscientizando pra que as comunidades tome iniciativa. Acho que vai ser válido, porque alguns já estão se mobilizando. E pra isso nós fizemos um projeto integrado junto com a Pastoral e o CIVAJA, da qual a própria entidade tá financiada pra dois anos. E nós tamos já com meio ano e ainda tem um ano e meio pra gente trabalhar em cima disso. Nós tamos tentando também comprar um barco, que vai ajudar também trazer a produção dos índios. Como vender? Como é que a gente pode fazer? E como é que a gente pode movimentar, por exemplo, se a Terra dos Homens só vai financiar esse ano, ou então, por mais dois anos, porque essas entidades só financiam projetos por tempo determinado. Eu espero que até lá a gente possa conscientizar mais pessoas. Falamos também com as lideranças das comunidades pra que elas possam nos ajudar. Por exemplo, se nos temos uma quantia x para aquele gasto, nós temos que gastar naquele objeto e aí, as vezes, a gente desvia pra poder ajudar um pouco, preencher a nossa situação, sabe como é que é, né? Então, é meio difícil pra nós. Nós pedimos até as comunidades que possa colaborar, principalmente na comida, no transporte, colaborando com farinha, com alguma coisa pra alimentação daquela pessoa que tá sendo convidado para prestar serviço aqui na cidade na coordenação do CIVAJA”

Clóvis Reis também se referiu aos rádios da Funai no Vale do Javari, muitos deles instalados posteriormente nas mesmas aldeias e locais onde o CIVAJA já havia implantado a sua rede de rádios:

“Tem rádio da Funai na aldeia Marúbo de São Sebastião, ali no médio Curuçá, junto com o rádio do CIVAJA. Tem rádio em Maronal, onde também tem rádio do CIVAJA instalado. Tem rádio nos Matis, na sede do Posto Indígena Itui, onde também tem outro rádio do CIVAJA, que é os Matis. A Funai tem rádio ainda instalado no rio Novo, também junto com o do CIVAJA. E em Vida Nova, cabeceira do rio Itui, não tem rádio da Funai, só tem o dos americanos da Missão Novas Tribos do Brasil e esse nosso agora que acabamos de instalar (agosto de 97). Tem ainda rádio da Funai no Posto Indígena Massapê, no alto Itacoai, onde também instalamos o rádio do CIVAJA. Nas aldeias Mayorúna do Igarapé Lobo e 31 tem outros dois rádios da Funai, junto com dois outros rádios instalados pelo CIVAJA também. Os rádios dos missionários americanos fica em Vida Nova, em Maronal e na cidade de Cruzeiro do Sul. Eles usam muitas frequências, falando até com os Estados Unidos dali de Vida Nova. Então, qual foi a intenção desse negócio aqui? Nós tivemos uma conversa com a Funai, pra gente fazer um convênio sobre as comunicações, porque a Funai não tinha nenhum rádio aqui na área. O que é que eles fizeram? Nós colocamos os rádios nas comunidades, pra gente trabalhar em conjunto com a Funai, mas a Funai disse: - Olha, eu tenho mais poder e vou fazer a minha parte, não ser dependente de organização nenhuma. Porque a intenção deles é de atrapalhar e até

acabar com a organização indígena. Sempre a Funai vem atrapalhando o movimento indígena do Vale do Javari. Então, eles colocaram uma frequência que entra em várias frequências, inclusive eles entram na nossa frequência para ouvir o que nós estamos falando, para depois eles desmentirem junto com as lideranças, procurando desarticular o nosso movimento e a nossa organização. Então, isso é uma coisa que tá acontecendo com esses rádios que tão aqui. Todos os rádios da Funai e da Missão são de várias frequências, os nossos rádios são de frequência fixa. E eles entram só pra sacanear mesmo. É uma coisa que eles não poderiam fazer, poderiam era nos ajudar. Nós queríamos que a Funai usasse os rádios dela também na nossa frequência” (Reis, Clóvis: 1997, i.p.)

Em outro trecho de seu depoimento, Clóvis Reis, reitera a contribuição dessa rede de rádios do CIVAJA para o bom andamento projeto de saúde, que há mais de dois anos vem sendo implementado pelos MSF no Vale do Javari:

“Os MSF também tem rádio que entra na nossa frequência e também na frequência da Funai. Por exemplo, tem uma pessoa passando mal numa comunidade, eles vão orientar o agente de saúde como fazer o tratamento. E caso não der certo, essa pessoa é removida. Então, esse é um trabalho que nós estamos fazendo com as comunidades, junto com os MSF, coordenado aqui pela Anna, uma enfermeira inglesa, que mora em Atalaia. Tá sendo válido esse trabalho. No nosso rádio nós falamos na nossa própria língua e em português também que é para as comunidades dos outros povos também nos entender. Agora no CIVAJA, nós temos representantes de várias etnias, que fala também em sua língua. Então, em cada uma das comunidades nós temos representantes e uma pessoa que dirige esse trabalho só para isso, quer dizer, aquele que reúne o pessoal pra discutir os nossos problemas. Não só a questão de informação e de saúde, mas também a demarcação de nossa terra, a informação de nossas idéias sobre novos projetos e quais a opinião deles em relação ao nosso planejamento e se isso tá de acordo com as comunidades. Porque nós procuramos fazer um trabalho de acordo com que as comunidades tão de acordo. Se deve aceitar ou não essas novas idéias, se precisa complementar mais alguma coisa dentro do nosso planejamento, o que deve ser incluído, complementado, se não for bom o planejamento, é tirado. Tudo isso ajuda articular os coordenadores de nossa organização com as lideranças tradicionais de nossas aldeias e malocas onde esses rádios já foram instalados” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Outro aspecto importante de sua conversa diz respeito às alternativas econômicas e de desenvolvimento para as populações indígenas do Vale do Javari. Uma vez garantida esta terra, através da demarcação física e do estabelecimento de postos de vigilância e fiscalização, permanece justamente essa questão do que fazer com esse imenso território, de forma a melhorar as condições de vida das populações indígenas e ao mesmo tempo preservar importantes recursos naturais de suas florestas.

Em seu depoimento abaixo, Clóvis enumera as diversas atividades econômicas, sobretudo a exploração predatória de madeiras, desenvolvidas pelas populações indígenas do Vale do Javari nas últimas décadas.

“Bem, antes, até os índios estava envolvido com extração de madeira. Começaram trocando madeira por mercadoria. Até mesmo a própria Funai fazia isso com os índios. O chefe de posto da Funai incentivava os índios tirar madeira e ele mesmo ajudava vender as toras de madeiras. Na aldeia do Lobo, a madeira tirada pelos Mayorúna, mas quem comercializava era o próprio chefe de posto, um tal de Arceu Borja. Dizem que ele enganava muito esses índios Mayorúna. Até hoje, os velhos Mayorúna do Lobo fala do roubo que ele fazia com a madeira deles. Então, aconteceu isso. E nesse caso os índios ficaram tirando madeira, couro de animais e tirando látex de seringa para ser vendido como borracha. A população indígena do Vale do Javari também trabalhou pra muito patrão branco e nunca foi pra frente. Nesse caso o pouco que eles trocavam por mercadoria foi suficiente pra eles. Então, ficaram nesse mal costume de depender do patrão. Sem procurar eles mesmo fazer e vender pra comprar os objetos que necessita. Até mesmo eu fui envolvido com madeira. Trabalhei 5 anos tirando madeira antes de começar a trabalhar no movimento. Tirei muita madeira de 86 até 91 e quase não ganhei nada. Só muita malária” (Clóvis Reis, 1997, i.p.)

O auge das atividades madeireiras na TI Vale do Javari ocorreu, segundo Clóvis Reis, entre os anos de 1978-92. Neste período, os índios foram muito explorados por madeireiros e donos de serrarias da região. Até os próprios chefes de postos da Funai, que intermediavam as relações de troca entre os índios e os donos de serrarias, tiravam proveitos pessoais dessas transações comerciais.

Além das atividades madeireiras, foram explorados outros importantes recursos naturais da TI Vale do Javari, como bem assinalou o coordenador do CIVAIA:

“Bem, aqui na região o que tá dando dinheiro ainda é a madeira, não pros pobres, porque pobre é explorado, é enganado. Hoje o pobre tá vivendo igual mendigo, uma pessoa que não tem condições na vida mesmo. Agora o que tá dando dinheiro pras empresas é a madeira. Eu trabalhei cinco anos num afluente do rio Arrojo, tirando madeira. Esse Arrojo é afluente do rio Curuçá. Então, a força da madeira, que foi tirado mesmo, foi de 88 pra 92. Aliás, nesse período de 88 pra 92 foi a época da maior força da madeira aqui no Vale do Javari. Foi tirado quase todas as árvores de samaúma, virola, andiroba e cedro. Saíram tudo aqui do Vale do Javari, principalmente dos rios Curuçá, Jaquirana, Itui e Itacoai. E tudo isso na área dos índios isolados, Muitos índios isolados foram mortos e onde se via eles, hoje não tem mais, porque eles fugiram pra outros lugares. E se sabe por aqui que muitas malocas de índios isolados foram atacadas por essas turmas de madeireiro, que fizeram correrias e um monte de coisa. Até que hoje, a prova tá e é tão grande que se encontra índios onde não tinha, como por exemplo na boca do Quixito com o Itaquai. Quer dizer, eles tão fugindo. Aqui dentro do Vale do Javari tava tudo cheio de

madeireiro. Até mesmo nas áreas onde esses índios se refugiava se encontrava madeireiro ali dentro. E os caçadores também. Só que nessas caçadas, caçava também os índios. Fazia correria e matava os índios que fosse encontrando no caminho. Sabemos de vários comentários aqui na cidade. Eles falam muito aqui dessa questão dos índios isolados. E os pescadores também atingiram quase todos os rios, quase todos os igarapés, pescando tracajás, tartarugas e todo tipo de peixe dos lagos. Eles colocavam redes, faziam batção, colocavam óleo diesel pra espantar os peixes, que ficavam espantados e no outro ano não entravam peixes. É o que tá acontecendo até agora no rio Curuçá, na aldeia de São Sebastião. Hoje nós temos tentando proteger 38 lagos daquela aldeia Marúbo. Então, hoje tá escassa a situação de caça e pesca dentro do Vale do Javari, principalmente nos lagos, que tá tudo batido. As pessoas que vem de fora não são pessoas de Atalaia do Norte e Benjamim Constant, a maioria é tudo de Tabatinga, financiado pelos colombianos. O que aconteceu? Hoje, nesse ano de 97, nós estamos vendo que tem pouco. Tem ainda vários pescadores, mas pescadores assim que não pega muito peixe, mas ainda existe várias invasões nos lagos. Não pára não. Não é empresa, mas tem barcos pequenos que ainda continua pescando. Se encontrasse um pescador, dois, isso não tava valendo quase nada. Mas baixa de 5, 10, 15 canoas, encostado cada um nos lagos com 10, 15 canoas pequenas dentro, isso é uma exploração que tá ferindo os lagos, mas que ainda continua. A situação tá escassa no Vale do Javari sobre pesca nos lagos. E pior que eles não tem respeitado nenhum dos moradores da beira dos lagos, porque os moradores que tão nas beiras dos lagos não têm o que comer, pois os pescadores vieram, pegaram e espantaram todos os peixes. Isso tem acontecido muito. A força da exploração do peixe, da caça e da madeira foi de 88 a 92. Hoje o Ibama não tem controle ainda da pesca comercial dentro dos lagos da TI do Vale do Javari. Ainda tem vários pescadores invadindo os nossos lagos. Agora, com a Frente de Contato dos Korubo na foz do rio Itui, os pescadores tem invadido mais os lagos do rio Curuçá e do rio Pardo. Na parte do rio Itaquai e Itui só não tá sendo invadido agora por causa da base da Frente de Contato da Funai, que tá lá desde o ano passado. Mas dentro do rio Curuçá e Pardo tá uma exploração direta, ainda continua no mesmo” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

O coordenador do CIVAJA chama ainda a atenção para a importante contribuição que a Frente de Contato Vale do Javari, situada estrategicamente na confluência dos rios Itui e Itacoai, tem dado para o efetivo controle destes dois rios, impedindo sobretudo o comércio ilegal de carne de caça oriunda desta parte central da TI Vale do Javari:

“Hoje mesmo fomos informado que o pessoal da Frente de Contato da Funai, na foz do rio Itui com o rio Itacoai, tomou uma grande quantidade de carne de caça de alguns moradores da comunidade de Ladário, ali no baixo rio Itacoai. Eles fizeram uma revolta contra o pessoal da Funai, que pediram uma força da Polícia Federal e do Ibama, que entraram lá pra dentro para reforçar segurança pro pessoal dessa Frente de Contato. Alguns moradores do Ladário ameaçaram matar o pessoal da Funai lá na boca do rio Itui. Até bem pouco tempo atrás eles faziam caçadas e pescarias livres ali nos lagos dos rios Itui e Itacoai. Hoje, eles não tem mais esse

acesso livre. Então, eles tão fazendo tudo. Também se fosse só o pessoal das comunidades dava pra controlar e conscientizar de outra maneira. Mas também tem político aqui de Atalaia do Norte, que visitam as comunidades e dizem: - Olha, aqui, vocês tem de fazer dessa maneira, pra criar fato pra isso e aquilo. Quer dizer, incentiva caçada e pescaria dentro da terra indígena. Incentiva mal as comunidades ribeirinhas. É por isso que está acontecendo isso” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Para o coordenador do CIVAJA, as atividades madeireiras ainda não foram totalmente paralisadas na TI Vale do Javari. Neste ano de 1997, os madeireiros ainda extraíram muitas madeiras brancas nos principais afluentes dos rios Curuçá e Quixito:

“Tá proibido o corte da madeira de lei, principalmente o cedro e o aguano (mogno).¹⁴ Mas esse ano ainda saíram muitas madeiras brancas, como a virola e a andiroba, essas madeiras pesadas, como eles chamam. Mas que no meio delas têm várias madeiras de lei também. Muita gente fala assim: - Nós vamos fazer uma balsa, nós vamos se juntar em 10 pessoas pra fazer as nossas casas, pra mandar serrar. Ai nesse meio eles vão trazer 100, 200 toras, alegando que essa madeira pertence a 10 pessoas, mas não é, é só de uma pessoa. Essa é uma trama que eles mesmos tão fazendo pra tirar madeira dentro da terra indígena. Nesse ano de 97, ainda saiu muita madeira do rio Quixito e do rio Curuçá. A maioria da madeira que saiu agora foi mesmo de dentro da terra indígena. No mês de março desse ano, nós tivemos uma outra denúncia de que entrou um grupo de caçadores aqui dentro do igarapé Maia, afluente do rio Curuçá. Então, nós sabemos que eles trouxeram vários cacetes dos Korubo de lá. Ninguém sabe se isso pode ser uma armação. E ninguém sabe direito o que eles estavam fazendo ali dentro do igarapé Maia, se estavam caçando ou tirando madeira. Esse igarapé vai longe e entra pessoal lá dentro e ninguém fica sabendo. Se eles encontraram esses índios Korubo, então, com certeza, deve ter acontecido alguma coisa, um conflito grave, sei lá, uma coisa assim. Nós pedimos, fizemos um documento pra Funai para que seja tomada providências, mas parece que a Funai não tomou nenhuma providência” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Clóvis Marúbo também citou empresários, donos de serrarias, madeireiros, políticos locais e ainda representantes de organizações municipais como os maiores opositores da demarcação da TI Vale do Javari. Referiu-se ao bispo da Diocese do Alto Solimões, Dom Lucimar Magalhães, irmão de um dos maiores donos de serraria de Benjamim Constant e coordenador do SOLIFORUM, como um dos mais intransigentes opositores do processo de regularização fundiária de sua terra indígena:

“As instituições municipais não são favoráveis à demarcação dessa terra. Primeiro, porque muitos empresários e políticos da região possuem documentos de muitos seringais e glebas de terras aqui dentro do Vale do Javari. Existe muito isso. Em cada

¹⁴ O Coordenador do CIVAJA também confunde as normas do decreto 1963/96 (moratória de dois anos na aprovação de novos planos de manejo incluindo mogno ou virola) com uma proibição da exploração. Conforme citado anteriormente, a retirada de madeira na região está proibida independentemente desse decreto, tanto por tratar-se de área indígena quanto pela ausência de planos de manejo ou outros instrumentos de autorização legal.

rio existe isso. Então, na parte política fica muito difícil ter esse apoio pra demarcação da nossa terra. A maioria desses empresários que tem seringais e lotes de terra dentro da terra indígena, são políticos. Eles já contestaram, continuam contestando e vão continuar fazendo isso, dizendo que a área tá muito grande, que aqui dentro eles precisam caçar para comer, pescar para comer, fazer essas coisas pra garantir a sobrevivência de seus filhos. Eles não tem interesse de proteção da área indígena. Eles querem explorar. Por que? Porque todas as coisas eles acham que tem que fazer com mais facilidade pra ganhar dinheiro mais rápido. Por isso eles contestam essa área. Então, apoio política na área municipal nunca nós vamos ter. Quem tem dado apoio até agora para a questão dos povos indígenas do Vale do Javari é a Pastoral Indigenista. Nem a própria Diocese do Alto Solimões é a favor da demarcação. E como é que os empresários e político locais vão apoiar? A mesma coisa. Quando se fala que a área de fronteira não seja demarcada, o Exército mesmo fala nisso, que a área de fronteira não pode ser demarcada, porque precisa ter uma proteção do próprio Exército. Então, é uma coisa que tá sendo difícil. Então, no caso da demarcação poderia ter acompanhamento do Exército. O Exército poderia fazer isso, junto com a Polícia Federal, um acompanhamento de proteção aos índios e a demarcação também. Porque aqui dentro, quando houver a demarcação dessa área, vai ter muitos conflitos. De qualquer maneira vai acontecer. Muita gente vai contestar, muita gente vai ser contra. Pessoas que tão fazendo a demarcação, não pode sair na cidade de Benjamim Constant, nem Atalaia, nem Tabatinga, porque eles são contra essa demarcação. Mais é uma tentativa que nós, da organização indígena, estamos pressionando, procurando outras instituições que possa dar apoio e também possa pressionar o governo federal demarcar de qualquer maneira a nossa terra. Isso é uma coisa que nós temos esperança. Só que a situação do Exército, das empresas, dos políticos municipais não serão a favor. Sempre eles vão contestar, sempre eles serão contra. Agora, o que nós fazemos? Se há uma demarcação disso aqui, nós não podemos também ficar calado, por exemplo, nós estamos tendo um pouco de espaço no Município, o próprio Prefeito também dá um espaço pra gente falar alguma coisa e a gente tá colocando alguma coisa pra ver se tenta conscientizar a população. Porque aqui, os dois municípios sempre fazem passeatas, quando se faz um movimento pela demarcação da terra indígena do Vale do Javari. Quando a gente começa a reforçar o nosso movimento, eles fazem a passeata contra o que nós estamos querendo fazer no Vale do Javari. Então, os empresários e os políticos, todos eles, são contra essa demarcação. Até o bispo dessa região do Alto Solimões, Dom Lucimar Magalhães, também é contra. Ele é irmão do maior empresário de madeira daqui do Alto Solimões, que é o Vítor Magalhães, dono de uma serraria elétrica aqui em Benjamim Constant. Dom Lucimar Magalhães, ele mesmo já fez entrevista no jornal A Crítica de Manaus, afirmando que ele é contra a criação da terra indígena do Vale do Javari. Ele organiza o Fórum do Alto Solimões, que se chama SOLIFORUM, e que acontece duas vezes por ano, quando ele chama os políticos mais fortes pra trazer pra cá pra discursar em cima dos problemas, em cima da situação dos índios, da demarcação, para que a demarcação não saia. Quando se começa a falar em demarcação, eles fazem esse SOLIFORUM e começam a derrubar. Esse SOLIFORUM é o Fórum do Alto Solimões, que acontece pelo menos

duas vezes por ano. É organizado pelo bispo do Alto Solimões. Eles falam do terceiro ciclo, alternativas econômicas, aí tocam na terra dos índios. Aí trazem o colega deles que é o Euler Ribeiro e o Átila Lins, deputados federais do Amazonas, que é contra os povos indígenas e a demarcação da TI do Vale do Javari, porque eles querem criar um novo território nessa região do Alto Solimões/Javari. Querem criar o território do Alto Solimões. Então, ele contesta a demarcação dessa terra indígena. Então, desses tipos nós não temos garantia, mas a nossa esperança e a nossa luta é por isso. Na construção da Casa do Índio de Atalaia do Norte, nós empregamos várias pessoas, mais do que eles na construção e pagamos as melhores diárias, junto com o FNS. Chamando atenção que nós estamos fazendo o bem e que nós precisamos preservar essa área nessa situação. E que nós temos que criar novas alternativas econômicas para a nossa região. Inclusive, eu sou o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Atalaia do Norte, eu faço parte e coloco a minha opinião dentro disso aí, que nós temos que criar alternativas que não explore tanto a fauna e flora. Então, é uma coisa que nós estamos conscientizado e espero que nossos próprios companheiros também nos ajuda” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Considerou ainda a Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões como uma das poucas organizações não-governamentais que luta, ao lado do CIVAJA, pela demarcação da TI Vale do Javari. Disse ainda que por conta deste apoio, seu coordenador em Benjamim Constant, o Padre Joseney Lira do Nascimento, vem sofrendo muitas perseguições, inclusive ameaças de morte, por parte dos madeireiros e políticos dos municípios de Benjamim Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga:

“A única organização que tem ajudado nós aqui é a Pastoral Indigenista do Alto Solimões. E assim mesmo a Pastoral é uma entidade que se liga à Diocese do Alto Solimões, que é contra a demarcação da nossa terra. Ele amostra o caminho, traz todas as informações, mas a situação aqui é de perseguição ao Padre Joseney Lira do Nascimento, coordenador da Pastoral Indigenista. Ele é uma pessoa cassada por aqui. Pedem a cabeça dele pro bispo. Ameaçam mandar matar ele. E ele precisa, as vezes, fugir pra Manaus, passar um tempo por lá pra escapar das ameaças. Tudo isso vem acontecendo, porque a população aqui tem uma revolta. Quando os madeireiros e os políticos fazem passeatas aqui em Benjamim Constant, procuram ele e colocam numa faixa o que querem dizer. Nunca eles dizem a favor, eles são contra a Pastoral, contra a nossa organização CIVAJA, querem até tocar fogo nessa casa da Pastoral, aqui em Benjamim Constant, e no escritório do CIVAJA, lá em Atalaia do Norte. Fazem contestação nas praças, protestando contra a criação da terra indígena do Vale do Javari”

Enfim, em relação ao processo de identificação, o coordenador do CIVAJA sugere que a delimitação dos limites da TI Vale do Javari não seja realizada apenas pelo antropólogo Wálter Coutinho Jr, coordenador dos dois últimos grupos técnicos da Funai. Recomenda ainda que o referido antropólogo discuta a delimitação propriamente dita da TI Vale do Javari com as

lideranças indígenas e a própria coordenação do CIVAJA, antes mesmo de encaminhar o seu relatório de reestudo à Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai:

“Esse último estudo de identificação de nossa terra devia ser feito em conjunto com todas as nossas lideranças tradicionais e todos os coordenadores de nossa organização indígena. Não pode ser decidido e planejado apenas pelo antropólogo Walter Coutinho, coordenador do grupo técnico da Funai, sem a opinião das nossas lideranças e dos representantes do CIVAJA. Se o Wálter tem alguma dúvida dos limites da nossa terra indígena já interdita pela Funai, ele deveria chamar todo mundo pra discutir esse assunto. Essa proposta também poderia ser discutida dentro de uma assembléia indígena do Vale do Javari. Por exemplo, no ano 2000, vai ter uma grande assembléia dos povos indígenas do Vale do Javari. Se não sair a demarcação até lá, eu acho que é muito importante discutir junto com as comunidades e entidades como é que vai ficar essa situação da nossa terra. Na opinião que nós colocamos aqui no mapa, conforme a nossa conversa aqui, está sendo como? Nós estamos aqui com a idéia que tamos pegando das lideranças. Essa é a minha opinião, como coordenador do CIVAJA, sobre a identificação desta terra indígena do Vale do Javari. Então, seria mais importante discutir em cima da mesa, junto com todas as lideranças, que tão muito interessado. Isso é uma coisa muito importante” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Quanto ao Projeto de Saúde que vem sendo implementado nas comunidades indígenas do Vale do Javari, o coordenador do CIVAJA ressaltou a importância da parceria estabelecida com a entidade Médicos Sem Fronteiras (MSF), que trabalha apenas com questões emergenciais e pontuais de saúde. Acrescentou que no Vale do Javari, onde vem atuando há mais de dois anos, o MSF vem desenvolvendo importantes trabalhos, tais como: cursos de formação de microscopistas indígenas, com a finalidade de diagnosticar e tratar casos de malária nas próprias aldeias; cursos de capacitação de agentes de saúde indígenas; e a construção da Casa do Índio, um conjunto de casas no estilo maloca indígena, em Atalaia do Norte/AM.

Em outro trecho de seu longo depoimento, Clóvis Rufino Reis faz um interessante relato das negociações estabelecidas com o MSF, visando a implementação deste Projeto de Saúde:

“O MSF chegou aqui, pela primeira vez, na época da cólera na região do Alto Solimões. Aí depois eles voltaram. Só que tava dando muita malária no Vale do Javari e fizemos um projeto, na época era o Darci Comapa, que coordenava o CIVAJA. Eu trabalhava lá em Manaus na coordenação da COIAB. Aí o Darci fez um projeto de saúde, com apoio da COIAB, chamando atenção para a grave situação de malária no Vale do Javari. Nessa época eu também trabalhava na COIAB, de forma que conseguimos trazer eles pra cá. E quando o Darci saiu, eles ficaram, mas ainda sem um planejamento de trabalho mais a longo prazo. E nós começamos esse projeto de saúde na área, organizando logo treinamentos de microscopista entre os agentes de saúde escolhidos pelas nossas próprias comunidades. Através dos MSF, conseguimos 6 microscópios com eles, eles fizeram curso de dois meses pra ficar com os microscópios nas aldeias. Depois conseguimos pequenos motores de rabetas para os

agentes de saúde cuidar das comunidades, viajar pelas aldeias pra colher lâminas, essas coisas. Logo no começo, este projeto diminuiu muito o índice de malária, que são de dois tipos, vivax e falciperum, que tava matando muita gente no Vale do Javari. De 1993 até o ano de 1995 morreram 111 índios, a maioria crianças e velhos. Então, agora a gente ver que a malária diminuiu muito no Vale do Javari. E valeu a pena essa parceria importante que temos até hoje com os Médicos Sem Fronteiras. Eles só podiam ficar 8 meses, porque os Médicos Sem Fronteiras é entidade que só trabalha até no máximo 8 meses num mesmo local. Faz só o começo e depois vai embora, deixa pro governo fazer também a sua parte, né? Então, o meu esforço foi muito grande e tive sorte também de convencer seus coordenadores. Mandeí várias cartas, conversei com os coordenadores que vieram até por aqui. E, com muito esforço, conseguimos que eles permanecessem durante os dois anos que eu vou ficar na direção do CIVAJA. Porque na última Assembléia Indígena do Vale do Javari, realizada esse ano na aldeia São Sebastião, me elegeram novamente e discutiram que eu tinha que ficar mais três anos na coordenação geral do CIVAJA, mas eu mesmo pedi pra ficar só mais dois anos. Conforme fizesse o meu trabalho, com a avaliação das populações indígenas, poderia continuar mais um ano. Como coordenador geral da CIVAJA, eu tô com dois anos e meio agora. Eu tenho ainda mais dois anos e meio pela frente” (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

E ainda “Os MSF já estiveram dois anos comigo, eles iam voltar, mas eu me esforcei muito e nós conseguimos que eles continuassem no Vale do Javari, organizando os cursos para os agentes de saúde indígenas. E fizemos alguns treinamentos, acompanhamos todo o trabalho nas aldeias e na cidade de Atalaia e avaliamos juntos. E tudo deu certo. Eles vão ficar mais um ano por aqui. Este ano, quando terminar a casa do índio e o escritório do CIVAJA, vai acabar o projeto. Mas, além disso, a gente tá se esforçando, nós estamos tentando fazer contatos junto com eles, pra ver se vem uma outra entidade, que possa dar continuidade pra esse projeto de saúde por mais dois, ou três anos. Eu espero que isso vá acontecer, porque eu me esforço muito, eu tenho de me virar de qualquer maneira (Clóvis Reis: 1997, i.p.)

Ao concluir o seu extenso depoimento, Clóvis Reis recomendou que quaisquer assuntos relacionados ao destino da TI Vale do Javari e de suas populações tradicionais sejam comunicados imediatamente à coordenação do CIVAJA.

8.2 Rumor à Identificação: a Perspectiva do Coordenador do Grupo de Trabalho da FUNAI

Uma longa entrevista foi realizada, em Brasília, com o antropólogo Wálter Coutinho Jr, Chefe do Departamento de Identificação e Delimitação (DID) da Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) da Funai e coordenador de dois grupos técnicos criados por determinações das Portarias 174/95 e 158/96, com a finalidade de reestudar os processos de identificação e delimitação das terras indígenas Lameirão e Vale do Javari.

O coordenador desses GTs ressaltou que, desde o início da década de 80, a Funai realizou três estudos de identificação/delimitação da TI Vale do Javari. No entanto, até fins de 1997, esta terra indígena não havia passado sequer pela primeira fase do seu processo de regularização fundiária, a de identificação e delimitação. Decorridos os últimos 17 anos, as únicas medidas administrativas válidas até hoje são justamente duas portarias da Funai – a de Interdição, em 1985, e a de Restrição de Uso a Não Índios, em 1996, destinando a TI Vale do Javari ao usufruto exclusivo de 12 povos indígenas, em diferentes situações de contato interétnico, estimados em cerca de 3.500 índios. Em relação a essas duas portarias da Funai, Wálter Coutinho fez o seguinte comentário:

“A interdição clássica, vamos dizer assim, durou de 1985 até 1996. No ano passado, por solicitação do Departamento de Índios Isolados, essa Portaria de Interdição foi substituída pela Portaria de Restrição de Uso a Não Índios, que é a forma juridicamente compatível para essa figura da interdição, ou seja, restringir o acesso de não-índios dentro dessa terra indígena. Apesar da troca de uma Portaria de Interdição por uma Portaria de Restrição de Uso, não consta que tenha havido qualquer aumento na presença de não índios dentro da TI Vale do Javari. De certa forma, tá sendo controlado o acesso de não índios naquela terra indígena” (Coutinho Jr.: 1997, i.p.)

Walter Coutinho declarou também que, sob sua coordenação, os dois últimos grupos técnicos da Funai realizaram viagens à TI Vale do Javari em 1995, com duração de 90 dias, e em 1996, numa viagem de 37 dias exclusivamente dedicada ao rio Jutai. Neste período de 127 dias, pouco mais de quatro meses, percorreram todas as aldeias e malocas das populações indígenas, já conhecidas, ou em contato, do Vale do Javari. Estas viagens foram realizadas no final do inverno, quando os rios estão cheios, já que o acesso fluvial é de fundamental importância para os deslocamentos nos principais rios do Vale do Javari.

Embora os deslocamentos dos integrantes desse terceiro e último grupo técnico da Funai tenham acontecido basicamente por via fluvial, alguns trechos foram percorridos a pé. Foi realizada uma caminhada de quatro dias, realizada entre as aldeias Marúbo do igarapé Maronal, afluente da margem direita das cabeceiras do rio Curuçá, até Nova Vida, no alto rio Itui. Outro dia de caminhada foi percorrido das cabeceiras do rio Jutai até a cidade de Eirunepé, situada no

médio curso do rio Juruá, no sudoeste do Estado do Amazonas. O Jandiatuba foi o único rio não percorrido pelos integrantes do GT PP 174/95:

“O único rio que a gente não navegou foi o Jandiatuba, por total ausência de índios em contato e falta de qualquer apoio logístico. Nessa área também não havia nenhum invasor, nenhum ocupante não-índio. Só existiam índios isolados nessa região do Jandiatuba, pelo menos dentro da TI do Vale do Javari” (Coutinho Jr: 1997, i.p)

Com base na dualidade “índios contatados/índios isolados”, Walter Coutinho sugere que o panorama étnico do Vale Javari, na atualidade, é constituído por 12 a 13 povos indígenas, sendo seis a sete “grupos isolados, ou arredios”, e seis outros “grupos contatados”. A diversidade dessas populações indígenas, convivendo em diferentes situações de contato interétnico, constituem a principal característica desta terra indígena, tida como a quarta terra indígena em extensão na Amazônia Legal.

“Eu acredito que a área Yanomami seja a maior terra indígena em extensão na Amazônia. As terras indígenas do alto rio Negro, também em conjunto, constituem a segunda em extensão. As terras Kayapó, também em seu conjunto formam a terceira. E o Vale do Javari, sem dúvida, é a quarta terra indígena em superfície na Amazônia Legal” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Suas principais informações sobre os “grupos isolados” foram obtidas nas conversas que manteve com sertanistas da Funai e moradores regionais, que há muitos anos ocupam os principais rios incidentes nos limites desta terra indígena. Com base nessas informações, identificou os seguintes grupos, existente atualmente na TI Vale do Javari, uma das áreas da Amazônia com maior quantidade de “grupos isolados”:

a) grupo isolado do **rio Jandiatuba** (encontrado no médio curso do Jandiatuba até às suas cabeceiras);

b) grupo isolado do **rio Quixito**, provavelmente do mesmo tronco lingüístico Katukina, de onde provém a língua falada pelos Kanamari (vivem entre o igarapé Inferno, o igarapé Jutaízinho e o igarapé Lobo);

c) grupo isolado do igarapé São José, mais conhecido como **Flecheiro** (localizado entre o igarapé Paciência e o igarapé Alerta, afluentes do rio Jandiatuba; provavelmente, o mesmo grupo que frequenta também o igarapé São José, afluente do Itacoai; esses são conhecidos como Flecheiros, pois usam flechas ao invés de cacetes; “a Petrobrás, inclusive, teve que suspender a prospecção a leste do Itacoai, por causa desses Flecheiros do igarapé Alerta”);

d) grupo isolado das **cabeceiras do rio Jutai**;

e) grupo denominado **Tsohom Djapá**, ou Tukano, da região compreendida entre os rios Curuena, Jandiatuba e afluentes do Jutai;

f) grupo **Korubo** da confluência do rio Itui com o rio Itacoai (“aparentemente devido a invasão de madeireiros no território próximo à confluência do Itui/Itacoai, os Korubo estariam passando para o lado ocidental do Itui, localizando-se entre os rios Itui e Quixito”);

g) grupo **Mayá** (“grupo isolado já contatado pelo sertanista Sydney Possuelo no rio Quixito, mas que, hoje em dia, parece freqüentar muito mais a região do rio Negro, afluente do rio Itui”);

Walter Coutinho Jr. ainda se refere a outro possível grupo arredio nas proximidades do rio Jandiatuba, onde afirmou ter visto uma fotografia aérea tirada pelo piloto de Asas do Socorro, Denis Engelhardt, nas proximidades do limite nordeste da TI Vale do Javari.:

“Vi a foto de uma maloca muito comprida, tirada pelo piloto de Asas do Socorro. Me chamou atenção na foto que ele me mostrou que essa maloca é muito comprida, ou seja, não é uma maloca, por exemplo, dos Matís. Realmente, é uma maloca diferente. Também muito diferente das malocas dos Marúbo e Mayorúna”.

Em fins de agosto/97, durante o deslocamento de Tabatinga para Vida Nova, no alto rio Itui, a equipe de Amigos da Terra sobrevoou essa área do Jandiatuba com o mesmo piloto de Asas do Socorro, mas só foi localizada uma grande capoeira no mesmo local aonde, quatro anos atrás, ele havia localizado essa “maloca muito comprida”.

O antropólogo Wálter Coutinho Jr justamente iniciou a sua conversa destacando o panorama étnico das populações indígenas do vale do Javari:

“O maior grupo evidentemente é o Marúbo, que habita essa região dos altos rios Curuçá e Itui. Do igarapé Maronal, algumas famílias desceram para a região do médio Curuçá, nas proximidades do antigo PIA Curuçá. Hoje em dia são encontrados malocas Marúbo também nas proximidades da foz do rio Arrojo, situado na margem direita do médio curso do rio Curuçá. Também existem malocas Marúbo no médio curso do rio Itui, atraídos por outro posto de atração da Funai, o PIA Itui, que realizou a atração dos Matís no período de 1976/79. E os Marúbo que tinham migrado aqui para o Itui, em Vida Nova, na base da Missão Vida Nova, aí depois algumas famílias migraram mais para baixo aqui no Itui, em parte em função dos Matís, mas depois eles formaram uma aldeia nova próximo a foz do rio Novo de Cima, abaixo da aldeia dos Matís. Já os Mayorúna, ou Matsés, habitam o igarapé Lobo e o Posto Matsés da antiga aldeia 31, na região do rio Jaquirana. E fora da proposta da TI Vale do Javari, mas na mesma região, a aldeia Lameirão. O Lameirão por diversas razões, inclusive de ordem histórica de formação da aldeia, criada por influência da própria Funai, merece um tratamento diferente. Não há muita vantagem em incluir o Lameirão na proposta da TI Vale do Javari. Não misturar as duas coisas, pois elas são diferentes. Além das aldeias Lobo e 31, os Mayorúna, hoje em dia, são também encontrados nas proximidades da guarnição militar de Palmeiras do Javari, no lugar chamado Cruzeirinho, onde residem algumas famílias Mayorúna do lado brasileiro. Ali nessa região fronteira do rio Javari tem outras localidades Mayorúna, como aqui perto da guarnição militar peruana de Angamos. E a maloca do Caxixo,

do outro lado do Javari, próximo a boca do igarapé Lopes. Tem também aldeias Mayorúna no igarapé Tchoba, do lado peruano. O Tchoba é o principal local de concentração dos Matsés no Peru. Os Matsés são em maior número no Peru, mas mantêm ainda hoje relações intensas com os Matsés que vivem no lado do Brasil. Os Kanamari, por sua vez, habitam a aldeia Queimado no alto rio Jutai, o Posto Massapé no alto Itacoai, o Posto São Luiz, na beira do rio Javari e a aldeia Irari, também na beira do Javari. Aqui, próximo a foz do igarapé do Maia, afluente do Curuçá, também, ultimamente, tem uma família próxima a foz do rio Pardo. Os Matís formam um pequeno grupo de cento e poucas pessoas, vivendo atualmente na região do médio curso do rio Itui. Dado as proximidades de aldeias Marúbo, boa parte da população Matís, hoje, se expressa, consegue se comunicar, na língua dos Marúbo. A gente também registra a presença dos Kulina de fala Pano, cuja autodenominação também parece ser Matsés, assim também como a autodenominação Matís também é Matsés. Os Kulina Pano, talvez, desses grupos em contato, seja o que mais suscite uma preocupação no sentido da desagregação mesma do grupo enquanto grupo. Existem atualmente muitos casamentos fora do próprio grupo, casamento com Marúbo, casamento com cearenses e eles mesmos Kulina vão desaparecendo. Kulina puro hoje é difícil de encontrar. Os Kulina Pano são originários dessa região do médio Curuçá, nas proximidades dos igarapés São Salvador e Todos os Santos, afluentes da margem direita do médio curso do rio Curuçá. Hoje, algumas famílias Kulina Pano são também encontradas fora dos limites de interdição da TI Vale do Javari, tanto no baixo igarapé São Salvador e na aldeia Lameirão dos Matsés, quanto na aldeia Campinas, na região do baixo curso do rio Javari. Tem ainda algumas mulheres Kulina casadas com Marúbo, na aldeia Vida Nova, no alto rio Itui. Tem outras mulheres Kulina que foram raptadas pelos Mayorúna antes do contato, que ainda permanecem lá na aldeia 31. Além desses grupos, a gente encontra também diversas famílias Kulina Arawá, os mesmos Kulina da região do Juruá, no rio Itacoai. Hoje basicamente, eles estão ocupando um igarapézinho chamado São João, um pouco abaixo do igarapé Marúbo. Ali um pouco abaixo de Atalaia do Norte também tem algumas famílias Kulina Arawá” (Coutinho Jr.: 1997, i.p.)

Em relação à delimitação propriamente dita, o coordenador do GT PP 174/95 vai propor, em seu relatório de reestudo da TI Vale do Javari, algumas modificações nos limites da área interdita em 85, com 8.338.000 ha. A primeira mudança, na parte noroeste da terra indígena, corresponde a margem esquerda do rio Curuçá, abaixo da foz do rio Pardo, pois “nenhum grupo reivindicou essa parte da margem esquerda do Curuçá, abaixo da foz do rio Pardo até a confluência do Curuçá com o Javari e também porque ali não há presença indígena, nem mesmo de grupos isolados”.

Pretende ainda excluir a área das cabeceiras do rio Javari, compreendida pelo rio Jaquirana, o igarapé Batã e o afluente deste último, o igarapé Hospital. Embora considerando que essa parte da TI Vale do Javari seja uma área de presença indígena historicamente comprovada e supostamente habitada por “grupos isolados”, pretende excluí-la da nova proposta de delimitação, pois “atualmente não há presença indígena comprovada”.

Apesar da exclusão dessas duas áreas da TI Vale do Javari, vai propor que elas permaneçam interditadas, até que o Departamento de Índios Isolados da Funai constate, ou não, a existência de grupos isolados:

“O que a gente vai propor para essas duas áreas vai ser a permanência da interdição até que se comprove, ou não, a presença de índios isolados. Essas duas áreas seriam excluídas da TI Vale do Javari até que o Departamento de Índios Isolados da Funai tenha possibilidade de fazer as suas expedições para verificar se há, ou não, índios isolados. Em havendo, solicitar também a demarcação dessas duas partes da terra indígena. Seriam áreas contíguas e independentes, mas, posteriormente, a Funai poderá solicitar sua anexação à TI Vale do Javari, já demarcada” (Coutinho Jr.: 1997, i.p.)

As sugestões apresentadas pelo antropólogo Walter Coutinho Jr, sobretudo no que se refere à exclusão das cabeceiras do rio Javari, foram muito criticadas pelas coordenações do CIVAJA e da Pastoral Indigenista do Alto Solimões. O referido antropólogo, segundo sua declaração abaixo, também vai propor modificações na parte nordeste da TI Vale do Javari. Pretende sugerir “*limites naturais*” para a parte constituída, segundo memorial descrito das portarias de interdição de 1985/96, por “*uma linha seca entre o divisor de águas dos rios Jutai e Jutaizinho*”. Acrescentará ainda a impossibilidade de modificações nos limites sul da terra indígena, constituída pelo longo divisor de águas entre as bacias dos rios Javari e Juruá.

“Em relação às linhas secas, eu gostaria também de falar. Na parte nordeste da TI Vale do Javari, os limites desta terra indígena passam por uma linha seca entre o divisor de águas do Jutai com o Jutaizinho. A alternativa é uma proposta de limites naturais nessa parte nordeste da terra indígena, até mesmo por questão de segurança e de fiscalização da área indígena. Inclusive, porque essa é uma área de ocupação efetiva dos Kanamari do rio Jutai. Além disso, toda essa região ao sul da terra indígena, ou seja, todo o limite da bacia do Javari e o rio Juruá, não há outra alternativa, senão esse divisor de águas” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Os limites ao sul da terra indígena, de certa forma, também constituem “limites naturais”, embora não sejam assim tão visíveis como os rios e os igarapés. Os índios Marúbo, Mayorúna e Kanamari, por exemplo, que moram nas cabeceiras dos rios Javari, Curuçá, Itui, Itacoai e Jutai, conhecem muito bem esses “divisores de águas” que separam as bacias dos rios Javari e Juruá. E poderão contribuir efetivamente para o processo de demarcação física dos limites sul da terra indígena. Nesse sentido, o referido antropólogo acrescenta que

“talvez haja a possibilidade de diminuir a largura das picadas desses divisores de águas, em vez de 6 metros, por exemplo, poderia ser pela metade ou um pouco menos. Se bem que a recomendação do DAF é a de que, a melhor mesmo, é a picada tradicional de 6 metros de largura. Não há outros acidentes naturais que a gente possa tomar como garantia, indicador de limites” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Além das modificações sugeridas acima, Coutinho afirma ainda que os estudos implementados pelos dois últimos grupos técnicos da Funai, que ele coordenou, não inovaram muito em relação aos resultados anteriores apresentados pelos grupos de trabalho de 1980 e 1985. Ressaltando ainda que, mais do que inovação, vê continuidade com os estudos anteriores, sobretudo no que diz respeito a extensão contínua desta terra indígena, tal como proposta na Portaria de Interdição de 1985. Neste sentido, vejamos, a seguir, a continuidade de seu depoimento:

“Olha, sendo bastante sincero, o que eu mais percebo é antes continuidade do que inovação, ou seja, todas as idéias que a Funai já tem desde 1980, quando se começou a pensar uma proposta de regularização do Parque Indígena Vale do Javari. Tirando essa questão, vamos dizer assim, da precisão no ato de delimitar a terra indígena, de você ser preciso, de ter índio aqui e ali não ter, em alguma parte específica, nisso houve inovação. Afora isso, eu vejo continuidade no nosso trabalho com a proposta de limites da terra estabelecida pela Portaria de Interdição. É preciso possivelmente fazer um sobrevôo para fechar essa questão dos limites correspondentes ao rio Jandiatuba. Basicamente o nosso trabalho é uma continuidade dos grupos de trabalhos anteriores, ou seja, tratar a TI Vale do Javari como uma área contínua e extensa, preservando quase todo esse espaço territorial, seja pela riqueza que ele possui em termos de diversidade de grupos, seja pelas diferentes situações de contato interétnico, que vai de vários grupos isolados, na fase bem inicial ainda de contato, às populações que vivem há mais de cem anos de contato com segmentos da sociedade nacional” (Coutinho Jr.: 1997, i.p.)

Quanto à participação indígena no processo demarcatório de uma terra indígena tão grande como a do Vale do Javari, ressaltou que esta não deve acontecer de forma uniforme, pois os grupos que vivem numa parte da terra não conhecem as outras e vice-versa. Propõe, então, que essa participação se dê de forma setORIZADA, ou seja, os Mayorúna podem participar da demarcação da terra referente ao rio Javari, enquanto os Marúbo e Kanamari poderiam participar da demarcação dos limites sul da terra indígena, correspondentes aos divisores de águas dos rios Curuçá, Itui, Itacoai e Jutáí com as do rio Juruá. E assim por diante. Enfim, que os índios não participem meramente como peões na demarcação de sua terra, mas que fiscalizem os trabalhos que serão feitos pela Funai em parceria com a(s) empresa(s) contratada(s).

“Para que isso ocorra, basta não considerar a demarcação apenas como uma obra de engenharia ordinária, vamos dizer assim. É uma obra de engenharia, mas que tem a sua especificidade. Ou seja, antes de iniciar a obra, seria conveniente que houvesse assim um bom entendimento das populações beneficiadas dessa área. O que eu quero dizer é o seguinte: para que os índios participem efetivamente do processo, basta que a gente deixe, ou seja, quando chegar na hora de demarcar essa terra, abrir essa perspectiva de diálogo com as comunidades indígenas. Então, conversar, dizer, olha a Funai tá querendo demarcar a terra de vocês, vai abrir as picadas, vocês querem acompanhar?, em que momento? Quer dizer, deixar também que a própria comunidade indígena tenha o seu próprio tipo de envolvimento. Porque os Marúbo, com certeza, tem um contingente demográfico e um interesse político em acompanhar

essa demarcação. Tem outros grupos que não tem nem um contingente demográfico razoável e, talvez, vamos dizer assim, nem a compreensão do processo histórico e político que está sendo vivenciado ali, como é o caso dos Kulina Pano do Vale do Javari. Esses índios precisam recompor a base social de sua população, mais do que a sua base territorial” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Já em relação às estratégias de vigilância e fiscalização na fronteira norte, tida como a parte mais vulnerável da TI Vale do Javari, como o acesso é exclusivamente fluvial, propôs a criação de postos de vigilância nos pontos em que os rios penetram nesta terra indígena. Neste sentido, sugeriu ainda que estes postos de vigilância e fiscalização, que em alguns casos poderiam contar com a participação indígena, deveriam estar localizados nos seguintes locais. Primeiramente, na foz do Curuçá com o rio Javari, ou na foz do Pardo com o rio Curuçá. Um segundo posto poderia estar situado no rio Quixito, na parte onde esta terra indígena se inicia. Um terceiro posto de vigilância deveria ser instalado no rio Jandiatuba. E um quarto posto poderia ser estabelecido no rio Jutai, também na parte onde esta terra indígena se inicia.

“Com as instalações destes postos de vigilância e fiscalização se fecharia a fronteira norte da terra indígena, justamente a parte mais vulnerável da TI Vale do Javari. É um controle da terra indígena via fluvial, ou seja, com cinco a seis postos instalados nesses rios, se poderia controlar toda a fronteira norte desta terra indígena. Esses postos de vigilância e fiscalização controlados pela Funai, ou pelos próprios índios, dependendo do local e das condições, garantem a proteção efetiva de toda esta parte norte da terra indígena” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Sobre a vigilância e fiscalização dos limites sul da terra indígena, que até hoje tem sido pouco pressionados, o referido antropólogo faz a seguinte constatação:

“A pressão sobre a terra indígena provinda do sul ainda continua sendo baixa, em comparação com as que vêm do norte. Mas, nada indica que, para o futuro, isso vá continuar. Não se pode prever se daqui a 20, 30 anos, o Vale do Juruá e alguns de seus afluentes, como o Ipixuna, terão o mesmo tipo de ocupação territorial, baseada nos seringais nativos. Enfim, a questão da fiscalização nessa extensa linha seca, ao sul, que passa pelos divisores de águas dos rios Javari e Juruá, quer dizer, a fiscalização dessa área ainda é um enigma; no momento, tá tranqüila ainda” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

De fato, a ocupação do Vale do Juruá ainda está baseada no antigo extrativismo da borracha. Dada a atual situação de crise provocada pelos baixos preços da borracha, sobretudo a partir de meados da década de 80, atualmente quase todos os seringueiros se tornaram ribeirinhos, abandonando suas “colocações de centro” para se concentrarem nas margens do rio Juruá.

Outro aspecto importante do reestudo desta terra indígena, segundo afirmações de seu coordenador, diz respeito aos levantamentos fundiários realizados, em 1995/96, junto a todos ocupantes não-índios estabelecidos na TI Vale do Javari:

“Completamos todo o levantamento fundiário dos ocupantes não indígenas da TI Vale do Javari. Também fizemos levantamento cartorial. A gente mesmo fez esses levantamentos nos Cartórios de Registro de Imóveis de Benjamim Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga. Em 1995, havia apenas 100 famílias de ocupantes nesta imensa terra indígena. Mas no auge das atividades madeireiras na região do Vale do Javari, já houve mais de 3.500 ocupantes não índios dentro dos limites desta terra indígena. A extração de madeira é uma atividade itinerante e seus integrantes não se fixam permanentemente na floresta, como é o caso das atividades extrativas realizadas pelos seringueiros” (Coutinho Jr: 1997, i.p.).

O Coordenador do GT considerou que existe uma cultura radiofônica entre os índios, acrescentando ainda que os rádios são importantes não apenas para vigilância e fiscalização deste imenso território, mas, sobretudo, para o crescimento e organização do movimento indígena regional. Em sua opinião, dispor de uma rede de rádio controlada pelos próprios índios constitui um importante fator de crescimento político das populações indígenas do Vale do Javari.

“Os índios do Vale do Javari gostam muito de ouvir os rádios. No Posto Indígena Mayorúna do Igarapé Lobo, que eu conheço mais, o horário do rádio, pela manhã e pela tarde, é o grande evento da aldeia. É o único momento do dia em que os índios Matsés saem de suas residências e têm oportunidade de interação social, especialmente com os funcionários da Funai. Então, de fato, o rádio se transformou, na verdade, num polarizador de relações sociais dentro da aldeia mesmo. Nas outras aldeias que eu conheci também vi o mesmo interesse pela comunicação através do rádio. O Vale do Javari é realmente uma das regiões mais remotas, em que as dificuldades de comunicação e locomoção são realmente enormes. Se puder instrumentalizar pelo menos a comunicação através do rádio, você tem oportunidade de primeiramente estimular o conhecimento entre esses diversos povos em contato, ou seja, propiciar a troca de informações, a troca de experiências, que é uma coisa assim fundamental, não somente para a proteção, fiscalização e vigilância do território, mas também para o próprio crescimento dessas populações. Mas, enfim, eu acho que os rádios, além de possibilitar a comunicação e a troca de informações entre os próprios índios, nessa questão da vigilância territorial, eles são, de fato, fundamentais. Essa troca de comunicação, de experiência, isso é muito importante para a organização dos povos que estão ali dentro dessa terra. Ter a oportunidade de, por exemplo, os Kanamari falar com os Matis, trocar idéias depois com os Marúbo, que tão falando com os Mayorúna, isso vai, realmente, ao longo do tempo, criando uma unidade maior; a possibilidade de transcender a essas fronteiras étnicas e criar realmente uma maior unidade entre estes distintos povos indígenas do Vale do Javari.” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

De fato, a principal diferença entre os rádios da Funai ou da Missão e os do projeto Rádio Amazônia é de que, nos primeiros, os índios constituem platéias e no segundo, eles são os próprios atores. Antes da instalação de sua rede de rádios, os índios pediam favores aos chefes de

postos da Funai, ou aos missionários da MNTB, que raramente os deixavam se comunicar entre si e em seus próprios idiomas.

Para encerrar esta conversa com o coordenador do GT PP 174/95, nada mais importante do que realçar a notícia que ele nos apresenta a respeito do trabalho de elaboração do relatório final de reestudo da TI Vale do Javari, sob sua responsabilidade. É o que se pode destacar em sua declaração abaixo:

“Esse trabalho de reestudo da TI Vale do Javari começou a dois anos atrás, em 1995. A gente foi lá e ficou três meses viajando. Aí voltamos em 1996, passando mais de um mês só no rio Jutai. Enfim, antes de finalizar esse relatório de reestudo seria importante fazer um sobrevôo na região do rio Jandiatuba. Antes de fazer esse sobrevôo, a gente vai ter dificuldade de delimitar corretamente essa parte referente ao limite nordeste desta terra indígena. Então, seria interessante que a gente fizesse pelo menos mais uma viagem. Eu me convenci disso depois de conversar com essas pessoas. Mas, em princípio, o interesse do PPTAL, especialmente da cooperação técnica do PPTAL, é de que a gente tenha esse relatório pronto o mais cedo possível. Existe, inclusive, o compromisso com as pessoas do PPTAL, inclusive, com a missão de acompanhamento do Banco Mundial, de entregar esse relatório agora, nesse mês de agosto. Eu havia assumido esse compromisso e não pude cumprir. Realmente, não pude cumprir, porque tanto as atividades do departamento, quanto essa questão mesmo de obtenção de alguns novos dados, quer dizer, indicam que seja preciso, pelo menos, mais um retorno. O que daria também a possibilidade de participação do pessoal do departamento de índios isolados, que até o momento, por exemplo, não participou da definição desses territórios e de seus limites. Então, é importante que a gente participe. Mas, em todo caso, eu tomo como parâmetro o seguinte, ou seja, apresentar o relatório ainda esse ano de 97, para que a gente tenha condições assim, pelo menos, para se programar para uma eventual demarcação da área em 98. Seria mais ou menos essa a perspectiva que eu teria assim de trabalho em relação a esse relatório de reestudo da TI Vale do Javari” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

No caso específico do reestudo desta terra indígena, contudo, o coordenador do GT PP 174/95 já dispõe de informações suficientes e necessárias para finalmente concluir com êxito esse tão importante trabalho. Dada sua experiência anterior no Vale do Javari, onde realizou diversas pesquisas de campo, o seu relatório poderá, inclusive, servir de referência para outros estudos de identificação e delimitação de terras indígenas na Amazônia.

Por fim, uma de suas últimas observações refere-se às forças locais contrárias ao processo de regularização fundiária e administrativa da TI Vale do Javari. Ele ressaltou, inclusive, a existência de documentos e abaixo assinados já encaminhados à Funai e ao Ministério da Justiça por todos os Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores da região do Alto Solimões/Vale do Javari, bem como por deputados estaduais e federais e, ainda, por setores da sociedade civil organizada.

“Olha, aqueles que se oporiam, ou se opõem, a demarcação da TI Vale do Javari, realmente têm interesses econômicos fortes, mas não é algo que vai, por exemplo, abalar a economia do Estado do Amazonas. Vai abalar possivelmente a sustentação econômica de grupos regionais, quer dizer, dessa região aqui de fronteira. E as pessoas, esses empresários regionais, eles vão ter que começar a pensar numa margem de lucro menor. Além disso, eles têm que pensar também em modos diferenciados de exploração madeireira, ou seja, o que tem que ser pensado para essa região é o desenvolvimento sustentado mesmo para os regionais. Os empresários têm que pensar a exploração madeireira como manejo, manejo florestal. Ou seja, pensarem a exploração madeireira de forma sustentada. Plantando também. O que eu vejo como alternativa econômica para a região se trata disso, ou seja, não há nenhum problema em continuar com a exploração madeireira, contanto que seja fora do território indígena e de uma maneira ecologicamente satisfatória. Mas, evidentemente, a forma como é realizada hoje a safra madeireira e os grupos que são responsáveis pela forma como ela vem sendo praticada, não podem continuar” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Ainda é importante considerar uma outra observação do coordenador do GT PP 174/95 sobre as atividades madeireiras implementadas, nos últimos anos, na TI Vale do Javari:

“A principal madeira de lei explorada no Vale do Javari é cedro. O mogno, que também é chamado de aguano na região, está quase extinto. Mais recentemente exploram muito essas madeiras brancas. Eu vi muitas toras de samaúma derrubadas na beira dos rios, quando coordenei grupos técnicos da Funai em 95 e 96. Tinha uma fábrica de compensado ali do outro lado de Benjamim Constant, na ilha peruana, que explorava muita samaúma. É importante pensar uma forma distinta de exploração madeireira no Vale do Javari. Embora muita gente diga que a economia do município vai acabar com a criação desta terra indígena, eu tenho certeza que não acaba. Não vai ser a demarcação e o possível início de fiscalização efetiva do território indígena do Vale do Javari, que vai provocar, vamos dizer assim, uma migração em massa de brasileiros para o Peru e Colômbia. Isto não vai ocorrer. Quer dizer, se existem terras Ticuna demarcadas recentemente no Alto Solimões e essa migração não ocorreu, então, é isso mesmo que vai acontecer com a demarcação da TI Vale do Javari” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

Ao finalizar sua extensa conversa, o antropólogo Wálter Coutinho Jr. ainda enviou a seguinte mensagem para os líderes indígenas do Vale do Javari:

“Gostaria de dizer para eles que cobrem mais os seus direitos e não se deixem enganar, como muitas vezes são enganados. Que passem a lutar com mais garra e veemência pelos seus direitos, porque são populações indígenas que, pelo fato de não terem uma postura de reivindicação, de serem muitas vezes ingênuos, não têm ainda, vamos dizer, esse ranço que outros povos indígenas de contato prolongado com a sociedade brasileira têm. Os povos do Javari ainda são realmente ingênuos, se deixam enganar com facilidade enorme. Os povos do Javari, de modo geral, os Matis,

Mayorúna, Marúbo e outros, que, muitas vezes, aceitam que a própria Funai local os explore de uma forma acintosa, quer dizer, basta a exploração que os índios sofrem dos regatões, dos madeireiros e de outros. Para os povos indígenas dessa região, se eu tivesse que dizer alguma coisa pra eles, seria que eles percam a ingenuidade, mas a ternura jamais. Realmente, acordarem para um novo tempo dos direitos, que eles possam ter uma perspectiva de relacionamento com a Funai local e a sociedade envolvente muito melhor e que o trabalho deles, o suor deles, ao fazer um paneiro de farinha, não seja explorada de forma vil e inescrupulosa. Tô falando do paneiro de farinha, mas pode ser de toras de madeira também. Briguem por esses direitos. Se possível for, venham cobrar do coordenador do GT que faça logo esse relatório de identificação e delimitação da terra indígena do Vale do Javari. Acho que de imediato é isso, ou seja, acordem para os direitos que vocês têm. Batalhem por esses direitos, para que eles sejam respeitados. Para que o trabalho de vocês sejam respeitado. E, por futuro, preparem-se para cuidar tanto das famílias de vocês quanto do território. Esse território que a Funai hoje tá tentando propor que seja demarcado, é um território, de fato, para o futuro. É uma riqueza enorme. Uma terra desse tamanho, um área desse tamanho, não é simplesmente porque a Funai é boazinha, ou coisa parecida. É um território que eles têm direito por ocupação histórica e por uma ocupação presente, entendeu? E que deve ser pensado também para o futuro, ou seja, que o filho do filho do filho dele possa viver ali, continuar fazer a sua roça, continuar saindo para caçar, matar uns porquinhos, matar algumas antas, né? Enfim, que eles possam pensar aquilo como um lugar em que as gerações futuras possam sair e encontrar o cipózinho para fazer o chá, né?, ou os Matis sair e encontrar o veneno para sua zarabatana. Que pensem esse território aí, que a gente tá propondo demarcar, como algo que eles podem viver, aproveitar as riquezas que têm de forma controlada. Podem vender madeira, mas não podem devastar. Se quiserem vender madeira, podem vender se for quantidade pouco. Quer dizer, que pensem para o futuro. Que pensem também na qualidade de caça deles, na qualidade de vida deles. Esse território, é um território, em princípio, capaz de assegurar uma qualidade de vida que eles têm hoje, uma região rica, muito rica, entendeu?, rica em caça, rica em peixe, rica em tracajá e em tartaruga, rica em frutas e vinhos, tem muito patauá, buriti, muito açaí etc. Que eles pensem esse território para o futuro, que isso possa continuar, que os filhos deles possam sair e tomar também o seu vinho de patauá, seu vinho de buriti e açaí, que possam acompanhar isso aí com essa alegria, que eles possam voltar de uma caçada cheios de queixadas, aquela alegria de tá ali vivendo do jeito que eles gostam” (Coutinho Jr: 1997, i.p.)

8.3 Demarcação, Vigilância, Madeira e Pesca: a Experiência do Coordenador da Pastoral Indigenista

Outra importante entrevista foi realizada com o Padre Joseney Lira do Nascimento, coordenador da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões. Foi gravada em 14 de agosto de 1997, na própria sede da Pastoral Indigenista, em Benjamim Constant.

A Pastoral Indigenista foi definida, por seu coordenador, como uma entidade religiosa ligada à Diocese do Alto Solimões, que tem contribuído efetivamente para organizar o movimento indígena do Vale do Javari. Desde 1995, a Pastoral Indigenista vem desenvolvendo, em parceria com o CIVAJA, um interessante projeto de articulação política entre as lideranças tradicionais do Vale do Javari. Este projeto, apoiado e financiado pela entidade Terra dos Homens, visa os seguintes objetivos:

- a) incentivar as atividades produtivas nas comunidades, visando a auto sustentação dos povos indígenas do Vale do Javari;
- b) iniciar a educação bilingüe em algumas comunidades indígenas do Vale do Javari;
- c) montar uma equipe médica volante para o Vale do Javari, com a contratação de um médico;
- d) através de parcerias com outras entidades não-governamentais, dar apoio para os projetos que beneficiam as comunidades indígenas do Vale do Javari;
- e) e, sobretudo, defender a questão da demarcação da TI Vale do Javari;

Uma das primeiras observações apresentada pelo coordenador desta Pastoral Indigenista diz respeito justamente às possíveis modificações sugeridas pelo antropólogo Wálter Coutinho Jr. em relação ao processo de identificação/delimitação desta terra indígena. Em sua opinião, essa discussão é importante justamente por dirimir algumas dúvidas, que foram levantadas pelo coordenador do terceiro grupo técnico da Funai, que realizou o reestudo da TI Vale do Javari em 1995/96. Nesse sentido, o Padre Joseney Lira do Nascimento recomendou que a área das cabeceiras do rio Javari, constituída pelos rios Jaquirana e seus afluentes Batã e Hospital, não fique fora dos limites da TI Vale do Javari, tal como consta nas Portarias de Interdição de 1985 e de Restrição de Uso de 1996:

“Começando aqui pelo rio Jaquirana, eu acho de fundamental importância incluir essa área dentro da TI Vale do Javari, em primeiro lugar por ser uma área referente às nascentes do rio Javari. Tem três rios formadores do Javari, que é o Jaquirana, o seu afluente Hospital e o afluente deste, o igarapé Batã. Então, a gente sabe também que isso aqui, no passado, foi habitado pelos Mayorúna e Marúbo, foi terra de ocupação histórica e de perambulação destes povos indígenas. Fica um negócio assim meio incoerente deixar essa área das cabeceiras do Javari liberada, fora dos limites da TI

Vale do Javari. Porque os madeireiros, pra ter acesso ao Jaquirana e seus afluentes Batã e Hospital, vão ter que passar por quase todas as aldeias Mayorúna e algumas aldeias Kanamari e Kulina do rio Javari. Então, fica difícil o controle, a vigilância e fiscalização desta terra indígena. Então, eu acho fundamental que essa área das cabeceiras do Javari permaneça dentro da TI Vale do Javari, conforme consta na Portaria de Interdição da Funai de 85 e, ainda, na Portaria de Restrição de Uso a Não Índios, de 1996. Não adianta ficar inventando modas. Essa área das cabeceiras do Javari é de grande importância ambiental e estratégica para garantir a vigilância e fiscalização dos limites sul da terra indígena. Espero sinceramente que o antropólogo Wálter Coutinho Jr. não exclua as cabeceiras do Javari desta terra indígena” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.).

Já em relação aos limites desta terra indígena referente ao rio Curuçá, concorda com a sugestão apresentada pelo antropólogo Wálter Coutinho, coordenador dos dois últimos grupos técnicos da Funai, que reestudou a TI Vale do Javari em 1995/96. Tal como o citado antropólogo da Funai, considera importante que se faça um sobrevôo na área dos divisores de águas dos rios Javari e Curuçá, visando ali se constatar, ou não, a existência de índios “arredios”. É o que se depreende em outro trecho de seu depoimento abaixo:

“No período de nove anos que tenho viajado pelos rios Javari e Curuçá, nunca realmente encontrei vestígio nenhum de grupos isolados nas margens do Curuçá. Agora o Silvio Cavucens, quando esteve fazendo o segundo estudo de identificação dessa terra indígena, em 1985, levantou a hipótese de que poderia existir alguns vestígios de área de caça também de isolados, parece que dos Matsés. Então, essa área aqui do baixo rio Curuçá precisaria de um reestudo, de um sobrevôo, para ver se realmente deve ser incluída ou não na TI Vale do Javari” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

Quanto ao rio Jandiatuba, também concorda com a proposta sugerida pelo antropólogo Wálter Coutinho Jr, sobretudo por ele defender uma nova proposta de limites naturais para esta parte da terra indígena, como também pela facilidade de uma maior vigilância territorial. O Padre Joseney Lira também considerou que os limites propostos para essa parte do território indígena como os mais adequados.

“Quanto a essa área do rio Jandiatuba, eu sou favorável a essa proposta aqui do Wálter Coutinho, que sugere limites naturais e não uma linha seca, como está aqui no mapa de interdição de 85. É boa essa idéia dos limites da terra indígena passar pelos igarapés Jutaízinho e São Leopoldo. Por esta proposta do Wálter fica muito mais fácil demarcar os limites desta parte da terra indígena, pois são limites naturais. E também fica mais fácil pra fazer a vigilância desta parte da terra indígena. Porque aqui mesmo, na confluência desses dois igarapés, se poderia, talvez, colocar uma placa de interdição, de demarcação, e quem sabe um futuro posto de vigilância da FUNAI” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.).

Visando garantir uma maior proteção territorial, o coordenador da Pastoral Indigenista do Alto Solimões propõe o estabelecimento de postos de *vigilância e fiscalização* nos seguintes limites da TI Vale do Javari:

- a) no rio **Quixito**, na parte onde a terra indígena se inicia;
- b) na confluência do **Itui com o Itacoai** (“esse posto praticamente já existe a partir da base da Frente de Contato Vale do Javari, só precisa fortalecer um pouco mais”);
- c) na aldeia **Mayorúna 31**, ou no rio Ituxi, que fica na margem direita do alto rio Javari, próximo ao Batalhão do Exército de Palmeiras dos Índios;
- d) na foz do rio **Curuçá** com o rio Javari, ou na foz do rio **Pardo** com o Curuçá;
- e) e, por fim, o estabelecimento de outro posto na confluência do igarapé Jutaízinho com o rio **Jandiatuba**;

“Se pudesse garantir pelo menos um posto vigilância na confluência do rio Itui com o rio Itacoai, outro na confluência do Curuçá com o Javari, outro no Jaquirana e outro no rio Jandiatuba, na foz do igarapé Jutaízinho, seria uma coisa muito importante para garantir o controle efetivo desta terra indígena pelos próprios índios” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

O coordenador da Pastoral Indigenista do Alto Solimões também considerou que estes postos deveriam ser gradativamente controlados pelos próprios índios, uma vez que a FUNAI, segundo sua opinião, está extremamente enfraquecida e desestruturada enquanto instituição governamental, de modo a garantir uma estratégia permanente de controle efetivo da TI Vale do Javari:

“Em função da desestruturação da FUNAI, dessa crise toda que passa o governo agora, e também pelo fato de enxugamento da máquina administrativa governamental, acho que vai ser difícil a Funai manter uma estrutura permanente e duradoura de vigilância e fiscalização desta terra indígena. Porque esse pessoal que vai ser alocado para esses postos de vigilância, se isso vier realmente acontecer, quando for aposentado ninguém mais vai tomar o seu lugar. Então, eu acho que caberia mesmo ao próprio movimento indígena e aos povos indígenas, aí justamente apoiados, talvez pelo programa de apoio aí do PPTAL, de criar condições de infraestrutura nestes postos de vigilância, de modo a favorecer, digamos assim, a fixação de alguns grupos indígenas nestas áreas consideradas estratégicas para a defesa e garantia da terra indígena. Trata-se, portanto, de uma terra indígena importante tanto do ponto de vista ecológico e ambiental, dado a sua grande extensão territorial, com aproximadamente 8.338.000 ha, constituída de áreas contínuas de floresta, quanto para preservação da diversidade étnica e cultural de 12 povos indígenas, que se encontram, hoje em dia, em diferentes momentos de contato com segmentos da sociedade regional. É claro que precisaria de uma decisão coletiva de todas as

lideranças tradicionais do Vale do Javari e dos coordenadores do CIVAJA. Primeiro é preciso discutir com todos eles essa idéia deles participarem das estratégias de controle territorial, de vigilância e fiscalização da TI Vale do Javari. Essa discussão é importante para que haja esse entendimento entre os índios, para que eles também possam tomar consciência da importância de se fixarem nessas áreas estratégicas de seu território. Se os índios não controlarem a sua terra, não vai ser a Funai que vai cuidar dela não. É claro que, nessa fase inicial de vigilância e fiscalização territorial, precisa não só do apoio da Funai, mas principalmente de outros órgãos governamentais, como o Ibama, a Polícia Federal e até mesmo o Exército, através do Batalhão de Fronteira do Alto Solimões” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

Tal como o coordenador do CIVAJA, o Padre Joseney Lira também considerou o rio Jandiatuba como uma das áreas mais vulnerável da TI Vale do Javari. Ressaltando ainda que, por este rio, tem havido muitas invasões de garimpeiros, madeireiros, caçadores e pescadores profissionais. Esses invasores vêm depredando importante recursos ambientais nos limites nordeste da TI Vale do Javari. Neste sentido, fez as seguintes considerações:

“Realmente essa parte do rio Jandiatuba é muito frágil. Até podemos observar que houve, desde o ano passado, um fluxo muito grande de garimpeiros para este rio. Em 1996, existiam mais de 2.000 garimpeiros dentro do Jandiatuba. Eles começaram a chegar a partir de 1994, mas o auge mesmo das atividades de garimpo foi em 96. Tiraram muito ouro nesse rio. Dizem que é até um ouro de boa qualidade. Esse fluxo de garimpeiros movimentou a cidade de São Paulo de Olivença. Já pensou, rapaz, mais de 2 mil pessoas removendo o leito deste rio! Então, isso aí, eu acho, causou um desastre ecológico muito grande. Só o mercúrio, que deixou no leito do rio, contaminou suas águas e também seus peixes. Acho que chegou até a afugentar as caças das matas das proximidades deste rio. Também tem madeireiro atuando nessa área do Jandiatuba e em alguns de seus afluentes, situados dentro da terra indígena. Esses madeireiros chegaram, inclusive, a contatar índios arredios, que estão localizados nas proximidades das margens do rio Jandiatuba, dentro também desta terra indígena. Os índios isolados, ou arredios, do rio Jandiatuba, quando viram os madeireiros chegar em seu território tradicional, subiram mais pra cima, pras suas cabeceiras. Nessa parte do rio Jandiatuba também não tem nenhuma aldeia de povo indígena contatado. Então, realmente, é uma área vulnerável porque pode ser que aconteça qualquer coisa lá e ninguém por aqui fica sabendo direito o que tá acontecendo. É uma área que precisa ser investigada melhor e, sobretudo, precisa de uma maior proteção territorial. É importante que a Funai, neste caso do rio Jandiatuba, estabeleça um posto de vigilância” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

O Padre Joseney Nascimento ainda considera pouco democráticas e muito hierarquizadas as relações estabelecidas pela Funai local com as lideranças indígenas tradicionais do Vale do Javari, bem como com os coordenadores do CIVAJA. Reafirmou a necessidade da Funai local adotar uma atitude de colaboração com os índios e sua organização, de fazer o movimento indígena crescer e de assumir suas responsabilidades, especialmente nesse novo tempo dos direitos de conquista territorial e autodeterminação. Para ele, com raras exceções, os servidores

da Funai de Atalaia do Norte assumem posturas corporativistas e burocratizadas em relação aos índios do Vale do Javari. Por conta disso as lideranças indígenas do Vale do Javari, juntamente com os coordenadores do CIVAJA, já chegaram a ocupar por duas vezes a sede da AER de Atalaia do Norte, forçando a administração central da Funai, em Brasília, a exonerar dois de seus administradores regionais.

Essa rebeldia dos índios, segundo Padre Joseney, de certa forma vem ajudando a provocar uma pequena mudança de mentalidade nos funcionários da Administração Executivo Regional (AER) da Funai de Atalaia do Norte/AM.

Por outro lado, considerou importante a participação do órgão indigenista oficial, sobretudo em relação ao processo de identificação e delimitação da TI Vale do Javari. Recomenda também que a Funai, o Ibama, a Polícia Federal e o Exército atuem conjuntamente, ajudando a garantir, pelo menos inicialmente, a vigilância e a fiscalização do território, bem como a promover o desenvolvimento sustentado e a preservação ambiental e sócio-cultural dos diversos grupos étnicos do Vale do Javari. Ressalta ainda que essas instituições do Estado deveriam se adequar aos novos tempos históricos vivenciados pelas populações indígenas do Vale do Javari a partir da criação desta terra indígena. De fato, pelo menos neste momento inicial, é importante que as instituições do Estado estejam presentes e atuantes, tendo em vista os grandes interesses econômicos que estão em jogo nesta região do Alto Solimões/Vale do Javari.

Em sua opinião, alguns órgãos do governo federal deveriam trabalhar em estreita colaboração com as organizações indígenas e entidades indigenistas locais. Só assim se poderia garantir o controle efetivo desta extensa terra indígena pelos próprios índios. Observou ainda que o CIVAJA está se fortalecendo no Vale do Javari, especialmente em função das parcerias que vem estabelecendo com organizações como Médicos Sem Fronteiras, Terras dos Homens e o Programa Amazônia de Amigos da Terra.

“A FUNAI realmente tem que se adequar a esse novo momento histórico vivenciado pelas populações indígenas do Vale do Javari. E pelo que eu pude observar nesses últimos nove anos, a gente também ver a necessidade de mudança de mentalidade dos funcionários da FUNAI. Tem gente na Funai que se adapta bem a essa nova visão dos índios, faz um trabalho bom. Tem outro pessoal da Funai que realmente os índios têm que colocar pra fora, como já aconteceu deles tirarem dois administradores da Funai de Atalaia do Norte e até alguns chefes de posto, que estavam trabalhando em suas aldeias. O importante é que o CIVAJA está fazendo parcerias importantes, tentando resolver o problema de saúde das populações indígenas do Vale do Javari com apoio da entidade Médicos Sem Fronteiras. Tentando resolver o problema da dispersão das aldeias indígenas no Vale do Javari com o estabelecimento de uma rede de 16 rádios em parceria com Amigos da Terra. Tentando ainda se fortalecer e articular o movimento indígena em todo o Vale do Javari com ajuda da entidade suíça Terras dos Homens. Antes os índios viviam reivindicando atendimento de saúde decente em suas comunidades, hoje eles próprios estão ajudando a resolver este problema. Anteriormente viviam solicitando à Funai a instalações de radiofonia em suas aldeias, hoje estão controlando uma rede de 16

rádios espalhados estrategicamente em quase todas as principais aldeias do Vale do Javari. E assim por diante” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

Quanto a demarcação física da TI Vale do Javari, o coordenador da Pastoral Indigenista do Alto Solimões não só acha viável a participação indígena e de sua entidade neste processo, como também sugere uma ampla discussão envolvendo todas as organizações oficiais e não-governamentais que atuam no Vale do Javari, de forma a viabilizar este importante trabalho. Ressalta especialmente a participação dos índios Marúbo, Mayorúna e Kanamari na demarcação física dos limites sul da terra indígena, constituídos por uma extensa linha seca entre os divisores de águas das bacias dos rios Javari e Juruá.

Outras questões, explicitadas em seu longo depoimento abaixo, dizem respeito ao processo de demarcação física da TI Vale do Javari, com a participação dos próprios índios, bem como às atividades econômicas, que poderão ser implementadas nesta terra indígena, de modo a desenvolver as suas comunidades, mas preservando importantes recursos ambientais de suas florestas.

“De 1980 até hoje, fazem exatamente 17 anos que a Funai iniciou o processo de regularização da TI Vale do Javari, mas até agora não passou de sua fase inicial, que é a da identificação e delimitação. Agora é o terceiro grupo técnico da Funai, que reestudou esta terra indígena em 1995 e 1996, mas ainda está nisso, a nível de elaboração do relatório. Acho que o CIVAJA e as organizações não-governamentais vão começar a se movimentar nesse sentido, porque também faltavam informações de como desencadear essa luta pela demarcação desta terra indígena. Porque as vezes a gente só mandava pautas à Funai, reivindicando a demarcação, mas nunca se fez proposta pra demarcação desta terra indígena, ainda mais com a participação dos próprios índios e das entidades de apoio aqui da região. Acho que também pra nós e outras ONGs que atuam no Vale do Javari, aliás são poucas as ONGs que atuam por aqui, essa discussão é muito importante. Além da Funai, a extinta SUCAM, hoje FNS, poderá contribuir pra demarcação desta terra indígena. Tem o próprio CIVAJA, que é o maior interessado na demarcação da terra, junto com as lideranças tradicionais de todo o Vale do Javari. A Pastoral Indigenista também pode colaborar com equipamentos necessários. Para que essa demarcação se realize em harmonia, realmente precisa haver participação de todas as partes envolvidas, garantindo uma pauta mínima de entendimentos convergentes em relação aos limites e extensão desta terra indígena. Nesse sentido, é importante manter mais ou menos os mesmos limites e extensão da terra indígena interdita pela Funai em 85 e em 96. É importante manter essa terra como uma unidade só, com extensão contínua e não permitir divisões, nem ilhas, nem espaços vazios dentro dela, mas demarcar todo o conjunto e mostrar para todos os povos a importância de se ter opinião no sentido de assegurar a demarcação integral dessa TI Vale do Javari, conforme consta na interdição de 85, com extensão estimada em torno de 8.338.000 ha. Acho também que a demarcação das linhas secas, sobretudo, na parte sul da terra indígena, os divisores de água que separam o Vale do Javari do Vale do Juruá, poderia muito bem ser feita com a participação dos próprios Marúbo, Mayorúna e Kanamari, que moram nas cabeceiras

dos rios Javari, Curuçá, Maronal, Itui e Itaquai. Deveria também haver por parte do PPTAL, junto com a demarcação da terra, apoio para a implementação das atividades econômicas tradicionalmente desenvolvidas pelas populações indígenas do Vale do Javari, de modo a desenvolver suas comunidades, preservando suas florestas e culturas tradicionais. Aproveitando, talvez, as contrapartidas que as entidades e os próprios índios poderiam oferecer para a abertura das picadas dessas linhas secas ao sul da terra indígena. Uma vez demarcada esta terra, com ou sem a participação dos índios e de entidades não-governamentais, o que fazer depois com esse imenso território? Porque aí a gente vê, por exemplo, os Kanamari que vivem aqui nessa área e as vezes chegam em Benjamim, ficam na confluência do rio Itacoai, pedindo roupas pros pescadores que passam por lá, porque não têm nem roupa para chegar em Atalaia do Norte. Então, temos que pensar também quais são as atividades econômicas que os povos indígenas do Vale do Javari poderiam desenvolver, sem depredar importantes recursos ambientais de sua terra, como madeira, seringa, caça, pesca e outros, necessários tanto pra sobrevivência física, como pra reprodução sócio-econômica-cultural destes doze diferentes povos indígenas, com uma população total estimada em mais de 3.500 índios, incluindo todos os índios contatados e isolados do Vale do Javari” (Nascimento, Joseney: 1997, i.p.)

Indagado a respeito da contribuição efetiva das organizações não-governamentais no processo de demarcação física da TI Vale do Javari, o Padre Joseney Lira do Nascimento indicou que o CIVAJA poderá colocar à disposição deste importante trabalho a sua infra-estrutura de transporte a sua rede de radiofonia. Reafirmou ainda o propósito de sua entidade, a Pastoral Indigenista do Alto Solimões, também contribuir com o seu barco, O Seringueiro, com capacidade de 10 toneladas e com motor de centro 114. Ressaltou ainda a possibilidade de um médico, recentemente incorporado à equipe da Pastoral Indigenista, contribuir com assistência de saúde aos índios que participarem deste processo de demarcação de sua terra indígena. Outra importante colaboração, segundo sua opinião, poderia ser dada pela entidade Médicos Sem Fronteiras (MSF) e a Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), que dispõem de ampla infra-estrutura de transporte e de comunicação no Vale do Javari.

Já em relação a participação das organizações governamentais neste processo de demarcação física da terra indígena, Padre Joseney argumentou que tanto a Funai local, representada pelas Administrações Executivas Regionais de Atalaia do Norte e Tabatinga, quanto a Fundação Nacional de Saúde (FNS) poderiam contribuir significativamente, colocando também à disposição deste importante trabalho suas infra-estruturas de transporte e comunicação. Ressaltou ainda que a FNS poderia também priorizar o trabalho preventivo contra a malária em todas as aldeias indígenas do Vale do Javari.

“O CIVAJA até o fim do ano vai ter um barco novo, um pouco menor do que O Seringueiro, mas também com motor 114. Esse barco pode pegar até 10 toneladas. Tanto o barco do CIVAJA como o barco O Seringueiro da Pastoral Indigenista, podem servir de base de apoio logístico, onde se armazena gasolina, óleo diesel e o rancho. Esses dois barcos podem servir até de enfermaria, para onde o pessoal pode vir quando estiver doente. O CIVAJA, em parceria com Amigos da Terra, dispõe de

uma rede de 16 rádios, já instalada nas principais aldeias do Vale do Javari, que também pode contribuir muito para o trabalho de demarcação desta terra indígenas. Temos também os MSF, que também pode contribuir com sua infra-estrutura de transporte e comunicação. Acho que as administrações da Funai de Atalaia do Norte e Tabatinga, bem como da própria Frente de Contato Vale do Javari, estabelecida na foz do rio Itui com o rio Itacoai, podem ajudar muito na demarcação dos limites norte desta terra indígena, já que também dispõe de um patrimônio razoável de barcos, que se pode colocar nesse processo de demarcação física desta terra indígena. Acho que os MSF pode dar uma excelente contribuição sanitária e de saúde também no bojo desse processo. A Pastoral também tá recebendo um médico que vai chegar em outubro, né? Que vai ficar direto trabalhando no nosso barco, O Seringueiro, que vai se deslocar pelos rios da região pensando um projeto de saúde voltado para essas populações da floresta, índios e ribeirinhos. Esse médico é um voluntário da UNAIS, entidade norte-americana que já atuou em convênio com o setor de epidemiologia da FNS, realizando o levantamento e controle da hanseníase aqui nesta região do Alto Solimões. Nesse caso agora, nós fizemos um apelo, junto com os coordenadores do CIVAJA, para que esse médico dê apoio direto nas aldeias, tentando conjugar a medicina dos brancos com a medicina tradicional dos povos indígenas desta região. Então, ele vem com este objetivo. Creio que ele também poderá prestar assistência médica às equipes que participarem da demarcação desta terra. Acho que a FNS poderia também contribuir, realizando borrifação em todas as aldeias indígenas e nas casas dos ribeirinhos brancos, tentando evitar o surgimento de epidemias de malária e hepatites” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.).

Considerou ainda como importantes as contribuições que outras organizações oficiais, como o Exército, a Polícia Federal, o Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM) e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), poderão dar tanto para a vigilância e fiscalização, quanto para o desenvolvimento sustentável dessa terra indígena:

“Bom, aqui na região tá havendo boas relações entre a Funai, o Exército e a Polícia Federal, principalmente para assegurar agora essa questão da vigilância e fiscalização da TI Vale do Javari. O pessoal daqui da região respeita muito o Exército. Dos outros órgãos do governo, tem o IDAM (Instituto de Desenvolvimento do Amazonas), que era a antiga Emater, que talvez possa dar alguma ajuda na questão de alguma política agrícola. Talvez o INPA em Manaus possa também ajudar nesta questão do desenvolvimento sustentável da terra indígena. Tem um projeto do INPA voltado para o Solimões, coordenado pelo casal Sandra Noda e Hiroshi Noda. Eles estão fazendo estudo aqui nesta região, no sentido de ter aqui um banco de germoplasma. Descobriram também que a pupunha aqui da região é bem grande. Parece que uma das matrizes da pupunha original foi encontrada aqui na região do Alto Solimões. Foi daqui desta região que os índios iniciaram o processo seletivo da pupunha. Assim como a pupunha, eles tão estudando outras plantas típicas daqui da região” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

Quanto ao Projeto de Saúde que o CIVAJA vem desenvolvendo em parceria com a entidade Médicos Sem Fronteiras (MSF) no Vale do Javari, o Padre Joseney Lira do Nascimento fez uma avaliação muito positiva das ações de saúde que vêm sendo implementadas, nos últimos dois anos, nas comunidades indígenas desta região. Destacou ainda, em sua avaliação abaixo, a ocorrência de epidemias de malária e outras doenças graves, que deram origem às negociações iniciais estabelecidas entre o CIVAJA, a Pastoral Indigenista e a COIAB, de um lado, e a entidade humanitária MSF, de outro, para a realização deste importante Projeto de Saúde no Vale do Javari:

“Bom, eu acho que este Projeto de Saúde foi uma coisa muito boa que aconteceu por aqui. Trouxe, sem dúvida, uma assistência mais eficaz de saúde para as populações indígenas do Vale do Javari. Este projeto surgiu em decorrência de epidemias de malária e hepatite ocorridas, entre os índios do Vale do Javari, nos anos de 1993 e 1994. No auge destas epidemias, chegaram a ser registrados mais de 1.000 casos de malária por mês entre os índios do Vale do Javari. Por causa dessas epidemias muitos índios morreram. Só entre os Matís, cerca de 50% do sua população pegou malária, tanto vivax como falciparum. Uma vez presenciei a morte de quatro índios Mayorúna em Atalaia do Norte, vítimas de malária e hepatite. Estas epidemias foram mais fortes entre as comunidades do baixo rio Javari, atingindo grande parte das populações Mayorúna de Lameirão, Kanamari de Irari e São Luiz e Kulina de Campinas. Atingiram também as comunidades Matis do médio rio Itui e algumas comunidades Marúbo do médio Curuçá e Itui. No auge destas epidemias no Vale do Javari, o Prefeito de Atalaia do Norte fez uma declaração nos jornais de Manaus, que iria decretar estado de calamidade pública, uma vez que o pequeno hospital municipal estava lotado, cheio de doentes nos corredores e até mesmo fora dele. Nesta ocasião, eu tava participando de um encontro do GTA em Belém, e antes de ir pra lá, ainda em Manaus, tive acesso às informações da Fundação Nacional de Saúde, no setor da antiga SUCAM que controla a questão da malária. Fiz um estudo comparativo, porque lá eles só fazem registrar os casos de malária, não há um estudo nem nada, aí tive que separar o que era índio e o que era ribeirinho. Fizemos essa pesquisa na própria FNS e realmente os dados que o prefeito colocou lá no jornal batia com os dados da FNS. E aí, pra minha surpresa, na volta de Belém pra Manaus, li uma nota no jornal A Crítica, onde um diretor da FNS de Manaus contestava os dados do prefeito de Atalaia do Norte. Nessa nota dizia que o prefeito de Atalaia do Norte queria aparecer politicamente e por isso estava fazendo demagogia. De posse dos dados da própria FNS, convoquei uma reunião com a coordenação da COIAB e decidimos contestar esta nota do diretor da FNS, porque a situação era gravíssima e mais grave ainda era a declaração de um coordenador de um órgão federal, responsável pela saúde, praticamente ignorando os dados objetivos de sua própria organização, tentando negar, na imprensa da capital, as epidemias de malária que estavam ocorrendo realmente no Vale do Javari. Era muito sério isso. Então, junto com a COIAB, resolvemos detonar isso na imprensa. No dia seguinte, pela própria imprensa, ele se retratou, reconhecendo que os dados eram realmente aqueles e que ele estava realmente desconhecendo os dados de seu próprio órgão. Então, eu fiz uma pergunta pra ele, se naquele momento a situação era de uma forte epidemia de

malária e a tendência era se agravar ainda mais, se diante dessa grave situação a FNS tinha recursos humanos, materiais e financeiros para uma ação emergencial no Vale do Javari, que era realmente o que precisava ser feito de imediato. Ele respondeu publicamente que, infelizmente, não tinha essas condições. Então, diante desta declaração escrevemos uma Carta Aberta às entidades internacionais de saúde e mantivemos contato com os Médicos Sem Fronteiras, que elaborou um projeto emergencial para combater essa epidemia de malária no Vale do Javari. Graças a esta declaração negativa do diretor da FNS, conseguimos liberar logo os vistos de entrada no país do pessoal técnico dos Médicos Sem Fronteira junto ao Itamaraty. Portanto, a liberação desse pessoal não foi difícil, em questão de 15 dias nós conseguimos a liberação deles e eles vieram pra essa região do Alto Solimões/Vale do Javari. Isso foi em final de 95 e início de 96, por aí assim. O objetivo inicial do trabalho era combater o alto índice de morbidade entre os índios, provocado pelas fortes epidemias de malária. No primeiro dia de trabalho nós nos reunimos aqui mesmo nesta sala e ficamos avaliando por onde começar. Fomos primeiro avaliar, junto com o pessoal da SUCAM, hoje FNS, como é que eles costumavam fazer o trabalho de combate a malária no Vale do Javari. Eles responderam, que subiam os rios num barquinho coletando lâminas, depois levavam essas lâminas pra Benjamim Constant pra saber quem tinha, ou não, malária. Somente depois disso, eles subiam novamente o rio, distribuindo os remédios adequados para os doentes. Só que quando voltavam com os remédios, muita gente já tinha morrido. As vezes o barco nem voltava, porque se tinha combustível, o rio estava seco. Quando o rio estava cheio, não tinha dinheiro pra consertar o barco e comprar combustível. E ficava assim nesta questão. Aí, então, o desafio que se resolveu enfrentar era de capacitar os próprios índios, escolhidos como agentes de saúde por suas comunidades. As próprias comunidades escolheram os seus agentes de saúde indígenas, que iriam receber os treinamentos necessários ao combate destas epidemias de malária e hepatite. Primeiro organizou-se um treinamento de quase um mês aqui em Benjamim, com todos esses agentes de saúde escolhidos pelas comunidades indígenas. Nesse treinamento também participaram os chefes de posto e os enfermeiros da FUNAI das principais áreas endêmicas. Os MSF viabilizaram a aquisição de vários microscópios que depois do curso foram instalados nas aldeias. E os servidores da FUNAI, que já sabiam de alguma coisa, podiam ajudar o índio na área, no manuseio desses microscópios. Outra dificuldade foi com os agentes de saúde Matis, que eram membros de um grupo recentemente contatado, que não sabia ler nem escrever e só contava até 10. Quando era pra tomar 40 gotas de um determinado remédio, era uma luta danada pra eles entenderem. Depois de resolver essa situação emergencial de malária, tivemos de convencer os coordenadores dos MSF pra poder dar continuidade ao trabalho de saúde mais a longo prazo entre as populações indígenas do Vale do Javari. A gente lutou sempre pra eles permanecerem mais tempo, porque um projeto de saúde de longo prazo fugia dos objetivos institucionais dos MSF, que só atuavam em casos de epidemias, catástrofes e outros casos emergenciais. Mas diante das dificuldades locais, a gente se reuniu com o CIVAJA e com o próprio pessoal dos Médicos sem Fronteiras tentando convencê-los da importância de um trabalho de saúde mais a longo prazo, que preparasse os próprios índios para esta tarefa. Que deveria haver um

atendimento diferenciado aqui nesta região, porque não adiantava só treinar os índios e dar microscópico. E daí ? Que os agentes de saúde indígenas precisariam de uma maior capacitação, de mais treinamentos e supervisões para que este Projeto de Saúde pudesse dar bons frutos no Vale do Javari. Discutimos ainda a necessidade de construir uma nova Casa do Índio em Atalaia do Norte, já que a Casa do Índio da Funai estava em péssimas condições, quase desmoronando. Descobrimos que a FUNAI tinha um terreno próximo a Atalaia do Norte e assim conseguimos sua liberação pra se construir esta nova Casa do Índio. Os Médicos sem Fronteiras fizeram um convênio com a Funai pra construir esta nova Casa do Índio, que na realidade são seis casas de alvenaria, no estilo das malocas Marúbo e Mayorúna do Vale do Javari. Trata-se, portanto, de um conjunto de 5 módulos e uma enfermaria. Cada etnia vai ter a sua própria Casa do Índio. Como as construções destas casas estão quase prontas, vamos ter agora um local mais apropriado pra realizar os cursos de treinamentos dos agentes de saúde indígenas, além, é claro, de tratar os índios doentes, que chegam freqüentemente em Atalaia do Norte em busca de tratamento de saúde” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

Outra questão significativa levantada pelo coordenador da Pastoral Indigenista do Alto Solimões refere-se a depredação de importantes recursos ambientais, que vem ocorrendo há décadas na TI Vale do Javari, provocada, sobretudo, pelos donos de serrarias, madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores profissionais.

Classificou a exploração madeireira como uma atividade desordenada, que utiliza cortes seletivos e rasos, sem reposição florestal, atingindo preferencialmente os ambientes de várzea. Trata-se, em sua opinião, de uma atividade predatória e ilegal dos recursos ambientais da TI Vale do Javari, visando o lucro financeiro fácil, através da exploração irracional da floresta e o aviltamento das comunidades indígenas. Neste sentido, considerou os donos das principais serrarias elétricas e os grandes madeireiros da região do Alto Solimões/Vale do Javari como os principais responsáveis pelas depredações realizadas na TI Vale do Javari.

“No início da década de 70, havia duas grandes serrarias aqui nesta região do Alto Solimões/Vale do Javari. Uma era a IPON e a outra, até com apoio do governo do Estado, a Madeireira MÓS. Então, essas foram as duas primeiras serrarias daqui da região. E produziam uma quantidade muito grande mesmo de madeiras. Vinha até navios da Europa, diretamente aqui em Benjamim Constant, pegar essa madeira. Isso aí pela década de 70 e 80, onde houve o pique mesmo das atividades madeireiras aqui no Vale do Javari. No auge da exploração madeireira, foram instaladas mais duas serrarias elétricas em Atalaia do Norte. Depois foram instaladas quatro serrarias elétricas no Peru, nesta área da ilha peruana, em frente a Benjamim Constant. E ainda outras quatro aqui em Benjamim Constant. Totalizando, portanto, 10 serrarias elétricas na região. Dentre os empresários ligados as atividades madeireiras daqui, quem tem mais tradição é o Vítor Magalhães, dono de duas das maiores serrarias elétricas de Benjamim Constant. A história dele é a de um homem pobre, humilde, que se tornou um dos maiores empresários desta região do Alto Solimões/Vale do Javari. Dizem por aqui que ele começou como um regatão pobre, com um batelão pequeno movido por um

motorzinho de rabeta de 3 Hp. Ele se *aviava* de mercadorias com os grandes comerciantes das cidades daqui da região e ia vender para os índios e seringueiros a troco ainda de borracha, onde ele começou a ter seus primeiros lucros. No tempo do comércio de peles de animais silvestres, aumentou ainda seus lucros. Aí em meados da década de 70, quando veio esses financiamentos dos bancos para as atividades madeireiras, ele como sabia contar um pouco, sabia as quatro operações, então, ele pegou esse financiamento e criou um consórcio de irmãos. Como tinha uma amizade muito boa com o pessoal se expandiu rapidamente na atividade madeireira. Com financiamento bancário conseguiu logo montar uma serraria. Acho que a serraria mais moderna daqui dessa região, daqui de Benjamim, é a dele. E eu acho que essa história pessoal do Vítor Magalhães repercutiu muito no imaginário do pessoal, porque como o pessoal viu que ele era um lascado e, através da madeira, ele teve uma projeção imensa, né?, se projetou enormemente. Então, também o pessoal diz: ‘Bom, já que ele conseguiu, eu também consigo’. E aí, então, todo mundo realmente partiu pra madeira. Esse Vítor Magalhães é irmão do bispo Dom Lucimar Magalhães, que é também daqui da região. Eles nasceram na beira do lago Surubim, aqui mesmo na região do Alto Solimões. São oriundos de uma família de pescadores. Agora, desses irmãos Magalhães, o bispo foi quem mais estudou. Esse Vítor Magalhães é um cara interessante. Era bom até você conversar com ele, porque é um cara muito interessante. Ele foi o primeiro que captou essa idéia de investir aqui na coisa regional. Foi o primeiro a fazer criação de tracajá e tartaruga. Fez uns açudes aqui, por conta dele mesmo, né? Naquele tempo, ele tinha muito dinheiro e foi fazendo açudes e hoje está com criação de tambaqui, de pirarucu, de tracajá e tartaruga. Antes de vir essa onda ecológica, ele já estava na onda. Agora, dentre as espécies de madeiras mais valiosas em termos comerciais, destaca-se o cedro vermelho, cedrorana, a paricarana, itaúba, ucuuba, jarana, jutaí-açú e ainda madeiras brancas para fabricação de compensados, especialmente da árvore mais frondosa da floresta, a samaúma. É verdade que a maioria dessas madeiras, tanto as brancas como as nobres, saíam das áreas de várzeas dos rios e igarapés do Vale do Javari, a maioria delas sendo exploradas dentro da própria TI Vale do Javari. É verdade também que turmas de madeireiros organizaram correrias e mataram muitos índios arredios, principalmente entre os Korubos dos rios Itui e Quixito e os Flecheiros do igarapé São José. É verdade ainda que, via de regra, a exploração madeireiras que vem sendo desenvolvida dentro dos limites da TI Vale do Javari e no seu entorno, prejudicaram os índios, sobretudo os grupos arredios, ou isolados, e ainda depredaram importantes recursos ambientais de suas florestas” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

O coordenador da Pastoral Indigenista também afirmou que, somente a partir dos anos de 1995/96, os órgãos federais, como o IBAMA, a Funai, a Polícia Federal e o Exército, passaram a fiscalizar as atividades madeireiras no Vale do Javari, apreendendo cerca de 33.000 metros cúbicos de madeiras, correspondente a quase toda a safra de madeira de 1995.

“Hoje, em decorrência da apreensão de grande quantidade de madeira feita no ano passado pelo Ibama, que justamente o Ibama apreendeu toda a safra de 1995, então, deixou toda a elite madeireira daqui da região em apuro. O principal motivo que eles

alegam, eu vi lá o Parecer do Procurador da República, em Manaus, é de que não houve plano de manejo florestal. O Procurador não colocou que a maior parte dessa madeira apreendida era oriunda da terra indígena. O Procurador não colocou isso na sua denúncia, de que as madeiras vinham da terra indígena. Não sei se acontece isso, só porque a TI Vale do Javari tem apenas uma Portaria de Interdição da FUNAI e não uma Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, ou um Decreto Homologatório assinado pelo Presidente da República. Eu sei que o Procurador nunca menciona o fato de que a apreensão destas madeiras é por causa da terra indígena. Nós, inclusive, queríamos, na época, que ele colocasse a questão de que a maior parte dessas madeiras era oriunda da terra indígena, porque aí se essas madeiras fossem leiloadas, então, o lucro, o dinheiro, poderia ser revertido para as comunidades indígenas. Que era muita madeira, era. Apreenderam cerca de 33.000 metros cúbicos de madeira. É, claro, que essa apreensão das madeiras causou uma parafernália muito grande aqui. O Ibama tentou leiloar e não conseguiu, porque os donos de serrarias da região boicotaram esse leilão, alegando que já tinham aviado aquelas madeiras e por isso elas lhes pertenciam. Não queriam pagar duas vezes as mesmas madeiras. Os donos de serrarias e os madeireiros mais exaltados se reuniram, teve madeireiro que a gente sabe que foi lá, gravou uma fita, falando com o pessoal da Polícia Federal, dizendo, eu sou fulano de tal, tenho tantos filhos, se vocês levarem minha madeira, eu sei que vou morrer, mas também vou matar se eu perder essa madeira. A solução encontrada foi de colocar esses madeireiros como fiéis depositários dessas madeiras apreendidas, então avaliadas em cerca de 33.000 metros cúbicos de madeira. Essas madeiras apreendidas vieram de quase todos os afluentes da bacia do rio Javari, principalmente 90% delas vieram da TI Vale do Javari”.

O Padre Joseney Nascimento denunciou o papel assumido pelos servidores da Funai local, que mediavam os contratos realizados entre os índios e os madeireiros para a exploração predatória de madeiras dentro da TI Vale do Javari, e do Ibama. Destacou ainda, em outro trecho de seu depoimento abaixo, que, com raras exceções, como no baixo rio Itacoai, próximo a área de perambulação dos Korubo, onde foram utilizados tratores e máquinas pesadas, as atividades madeireiras desenvolvidas no Vale do Javari têm caráter artesanal:

“Era meio artesanal, mas na comunidade do Ladário, no baixo rio Itacoai, próximo ali onde está a Base da Frente de Contato da Funai da foz do rio Itui com o Itaquai, você ainda pode ver hoje o estrago que foi feito por uma madeireira lá, tirando madeira com tratores e máquinas pesadas. Depois eles tentaram entrar no rio Itacoai, mas na época a FUNAI começou a mudar de postura, porque antes a FUNAI mesmo colaborava, ela é que apresentava os índios aos madeireiros. E ainda respondia pelos contratos que os índios faziam com os madeireiros. Porque os índios não podiam fazer contratos, então, a própria FUNAI, através do administrador de Atalaia do Norte, se responsabilizava por estes contratos feitos com entre os índios e os madeireiros. Com a chegada do Erimilton, o administrador da Funai em Atalaia do Norte mudou essa postura de ser aquele que coordenava as ações madeireiras dentro da terra indígena. Então, com o Erimilton foi que a gente viu que houve esse rompimento dessa cumplicidade da Funai com os madeireiros. E eu me recordo

muito bem que ele entrou uma vez no rio Itacoai, dentro da área indígena, onde encontrou um trator e aí mandou salgar esse trator. Levou muito sal lá e aonde tinha buraco jogaram muito sal. E esse trator está até hoje aqui numa das ruas de Benjamim parado, todo enferrujado devido a grande quantidade de sal que jogaram dentro dele” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

Dentre os donos de serrarias e madeireiros que ainda atuam na TI Vale do Javari, citou os nomes de Vítor Magalhães, dono de duas das maiores serrarias de Benjamim Constant e Atalaia do Norte, os Irmãos Graça, o Paraibinha e o Chico Batista. Alguns deles, inclusive, financiadores das turmas de madeireiros que, há muito tempo, vêm explorando madeiras ilegalmente na TI Vale do Javari.

“Tem o Vítor Magalhães, que é o maior empresário de madeira aqui de Benjamim Constant. Ele tem as duas maiores serrarias e as mais modernas da região do Alto Solimões. Tem também a família Graça, que são muitos irmãos aqui em Benjamim. Tem ainda o Paraibinha, que tem duas serrarias, uma aqui em Benjamim Constant e outra lá em Atalaia do Norte. Esse Paraibinha atua também como comprador e revendedor de madeira. Funciona como uma espécie de intermediário, mas as vezes funciona também como patrão, *aviando* suas próprias turmas de madeireiros. Tem ainda o Chico Batista, que é outro madeireiro importante daqui da região, mas está envolvido com contrabando de dólares no Peru, onde se encontra preso”

Em outro importante trecho de seu depoimento, Padre Joseney explicita os reais motivos que levaram o IBAMA e outros órgãos federais apreender, no início de 1996, cerca de 33.000 metros cúbicos de madeiras, correspondente a quase toda safra de madeira do Vale do Javari do ano anterior: a operação foi devida ao pedido de um madeireiro, que estava sendo burlado por seus empregados. Chama também atenção para o fato de que a maior parte destas madeiras aprendidas foram exploradas dentro da TI Vale do Javari, através do velho sistema de aviamento, ou financiamento antecipado da produção, típico dos antigos patrões de seringais “do tempo da borracha”, e que elas estão sendo devolvidas aos exploradores ilegais.

“O problema deles aqui é que o sistema era de aviamento. Então, para ter aviamento era preciso ter um capital inicial pra financiar antecipadamente a safra de madeira no Vale do Javari. E eles empregavam todo o capital deles pra aviar essas turmas de madeireiros, ou toreiros. Pra você ter idéia, um dos madeireiros daqui da região, um dos grandes daqui, é até uma figura folclórica, o Chico Batista, que tá preso agora no Peru. Ele foi pego por lá, com dólares falsos, e sei que ele tá preso. Então, esse Chico Batista era um dos que financiavam as turmas de madeireiros que exploravam madeiras no Vale do Javari, inclusive dentro da terra indígena. São poucos os que têm dinheiro na região, pois desde o Plano Collor o pessoal aqui ficou sem dinheiro. Então, tinha pouco dinheiro girando, circulando. O dinheiro que eles tinham, eles empregavam na madeira, depois no final da safra vendiam e depois financiavam novamente a próxima safra de madeira. E assim por diante. Aí, o que foi que aconteceu aqui na região, pra gente dá um rumo nessa conversa? Então, os principais financiadores das safras de madeira aqui na região são o Chico Batista e o Vítor

Magalhães. Aí acontece que algumas turmas de madeireiros que estavam trabalhando para o Chico Batista, os madeireiros *aviados* por ele, estavam aqui no rio Quixito. Financiado por ele. Só que esses madeireiros, ou toreiros, como se diz, tava tirando madeira nos principais rios da TI Vale do Javari, atravessavam as balsas de madeiras para a outra margem do rio Javari, do lado peruano, naquele tempo não tinha nenhum posto de vigilância do Ibama e da Polícia Federal, vendendo depois, em dólares, para os peruanos, donos de quatro serrarias no Vale do Javari, justamente essas mesmas madeiras, que já tinham sido financiadas antecipadamente pelo Chico Batista. Os compradores de madeira peruanos pagavam melhores preços e em dólares, enquanto o Chico Batista, como sempre, ainda enrolava os caras que tinham saldos com ele. E com isso o pessoal chegava no fim da safra dizendo: - Ah, seu Chico, a gente só conseguiu tirar tantas toras de madeiras. Mas a outra parte eles já tinham vendidos para os donos de serrarias e compradores de madeira do outro lado do rio Javari, todos peruanos. E com isso o Chico Batista tava decaindo. Aí quando ele soube que uma grande quantidade de madeiras dele ia ser transportada para o Peru, foi que ele acionou o Exército. Ele mesmo acionou o Exército aí em Tabatinga. Isso foi aí por 1994. Ele acionou o Exército, porque era uma operação ilegal, clandestina, verdadeiro contrabando de madeiras para o país vizinho, limitado pelo próprio rio Javari. Então, nisso, o Exército interveio, justamente na época em que o Ibama passou por aquela reformulação em Brasília. E ainda com as denúncias que já tinham sido feitas pelo administrador da Funai, Erimilton, contra os madeireiros que invadiram a TI Vale do Javari. Enfim, o apoio do Exército era o que o IBAMA precisava pra fazer uma demonstração de força aqui no Vale do Javari. Só que os donos de serrarias e outros compradores de madeiras ficaram como fiéis depositários das madeiras apreendidas. Essas madeiras chegaram até ser leiloadas, mas os donos de serrarias, descapitalizados, boicotaram o leilão. Alegando justamente que todas madeiras apreendidas já tinham sido financiadas antecipadamente por eles. Atualmente o IBAMA tá liberando pequenos lotes destas madeiras para serem beneficiadas nas serrarias desta região” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

Embora reconheça que a localização estratégica do Posto de Vigilância da Frente de Contato Vale do Javari venha reduzindo substancialmente as atividades madeireiras nos rios Itui e Itacoai, o coordenador da Pastoral Indigenista considera que este local não é o mais apropriado para o processo de atração dos Korubo, uma vez que, na confluência deste dois rios, três índios Korubo foram mortos pelos moradores da comunidade de Ladário, situada nas proximidades da base desta Frente de Contato:

“Pelo menos por enquanto, as atividades madeireiras tão praticamente reduzidas na TI Vale do Javari. Talvez, tenha se reduzido em 80% as atividades predatórias de exploração de madeiras dentro desta terra indígena. Os principais rios produtores de madeira, que eram o Itui e o Itacoai, em função da Frente de Contato com os Korubo, se essa Frente se mantiver ali por muito tempo, ficam garantidos dois rios importantes, o Itui e o Itacoai, situados nessa parte mais central e ao norte da TI Vale do Javari. Estes dois rios, bem dizer, constituem o coração da TI Vale do Javari. Então, a existência desse posto de vigilância na boca do rio Itui com o Itacoai, é de

fundamental importância pra garantir o futuro da própria TI Vale do Javari. Essa Frente de Contato da Funai, sem dúvida, vem exercendo importante papel na vigilância e fiscalização da terra indígena. Mas, talvez, não seja o local ideal e apropriado para a atração dos Korubo, justamente porque ali foram comprovadamente mortos três índios Korubo pelos moradores de Ladário, que fica ali bem perto desta base da Frente de Contato. Se nas cabeceiras dos rios Itui e Curuçá os Marúbo garantem a vigilância e fiscalização territorial e se no rio Jaquirana os Mayorúna também garantem isso, ali na foz do Itui com o rio Itacoai, não. Ali na foz do rio Itui, tem que ter um posto de vigilância da FUNAI em funcionamento, de preferência com apoio do Exército, do Ibama e da Polícia Federal. No médio curso do rio Curuçá, da maloca Marúbo de São Sebastião pra cima, ninguém passa mesmo, porque os Marúbo garantem. Essa Frente de Contato Vale do Javari precisa permanecer, porque é uma garantia de vigilância e fiscalização de um dos pontos mais estratégicos da TI Vale do Javari. Mas que precisa ser reformulada, em função até mesmo do difícil processo de atração dos Korubo. Justamente porque ali foram mortos três índios Korubo pelos moradores de Ladário” (Nascimento, Pe. Joseney: 1997, i.p.)

O Padre Joseney Nascimento ainda observou que, se não houver uma alternativa econômica para as atividades predatórias tradicionalmente desenvolvidas na TI Vale do Javari (madeira, carne de caça e pescados), os próprios índios poderão esgotar importantes recursos ambientais de sua terra. Esclareceu, contudo, que em decorrência da desativação das atividades madeireiras houve uma maior pressão sobre os recursos de caça e pesca dentro da TI Vale do Javari, e ressaltou ainda que as atividades de pesca em toda esta imensa região do Alto Solimões/Vale do Javari são inteiramente controladas por poucos grupos colombianos de Letícia:

“Sim, acentuou bastante, principalmente para as comunidades indígenas, porque a madeira rendia alguma coisa, dava pelo menos para os índios comprarem o básico. Então, com a apreensão dessas madeiras, a única atividade lucrativa é a carne de caça e o peixe. Porque você fazer farinha lá nas cabeceiras dos rios pra concorrer com o pessoal daqui de Benjamim não paga nem o trabalho nem a viagem. A única coisa é a carne de caça, porque é comida: chegou, tem mercado certo. Então, o que foi que aconteceu? Quer dizer, muitos índios embarcaram nessa, de partir mesmo para caça. Ali na aldeia São Sebastião, que é dos Marúbo, um povo já esclarecido, e que também trabalhava muito em madeira, eu presenciei uma vez um batelão carregado com 700 quilos de carne de caça. Nós estávamos participando de um encontro e não podíamos comprar nem um quilo, porque o índio já tinha se comprometido em pagar suas dívidas com um regatão com essa carne de caça. Isso aí aconteceu com os Marúbo, que é um povo assim meio esclarecido, avalie com os Kanamari e outros, que estão aí a mercê dos regatões e marreteiros regionais. A pesca predatória começou aí por volta de 87, mas ultimamente ela tem se intensificado de uma forma muito grande. De forma que, hoje, com certeza, é a atividade mais lucrativa aqui da região. E essa pesca tá sendo toda controlada por um grupo colombiano lá de Letícia, que fornece desde o gelo, a gasolina, os motores e todos os utensílios de pesca. E os pescadores, então, têm que se submeter a eles. Este grupo colombiano é quem

controla, de fato, os preços dos peixes. Têm dois vôos diários de Bogotá à Leticia, dois vôos frigoríferos, que levam peixes pra Bogotá e até pra Miami. Aqui praticamente os lagos tão arrasados, principalmente aqui no rio Curuçá, onde existe apenas duas famílias, uma na boca e outra perto dos Marúbo. Então, quando existia mais famílias de moradores, elas preservavam os lagos por interesses delas mesmas, de sobrevivência. Agora não, isso aí está a mercê dos pescadores profissionais, que vão pra lá com gelo, pescam e depois vão vender para os colombianos de Leticia. Falta fazer um estudo mais aprofundado disso aí, mas são grupos, donos de frigoríferos. E eles estão praticamente dominando toda a pesca desde Fonte Boa até aqui, dá uma faixa de 600 km baixando pelo Solimões. Esses grupos colombianos dominam a pesca nos municípios de Fonte Boa, Jutai, Tonantins, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamim Constant. Então, toda essa região eles possuem postos de pesca. Então, o pessoal é tudo controlado. E todo esse peixe vai direto para a Colômbia, de forma que se houvesse pelo menos uma central aqui que pudesse armazenar esse peixe e vender aqui para os moradores dessas cidades. Só que para isso deveria haver um controle por parte do governo brasileiro. Exportar legalmente o peixe, porque do jeito que tá, não sobra nem para gente aqui. Na área Ticuna, que sofre mais, porque no Solimões é mais o peixe e no Javari é mais a carne de caça, mas na área Ticuna acontece as vezes que o Ticuna vende o peixe e fica só com a cabeça pra ele e vende o peixe todinho e chega em Leticia vende o peixe e compra sardinha em lata pra trazer pra casa. Nos lagos do Vale do Javari já foram realizados todos os tipos de pescarias predatórias, batção, bombas, inclusive por ocasião da morte daqueles três Korubo que a gente denunciou aqui em 89, quando a Federal foi lá e resgatou os corpos destes índios. Depois um rapaz da Federal foi lá comigo e falou que ele iria subir acima da confluência, porque eles tinham encontrado uma bomba de fabricação caseira de alto teor explosivo. Ele soube que um dos pescadores deixou duas bombas dessas num dos lagos do rio Itacoai. E quando voltou pra pegar as bombas, não encontrou mais. Então, sem dúvida, os Korubo devem ter pegado essa bomba e deve ter explodido com eles já. Então, isso pra você ver esses tipos de pesca, com bombas de alto teor explosivo, que arrasava mesmo todos os lagos. No tempo do auge da madeira aqui no Vale do Javari, a gente calculava mais ou menos um contingente de 3.500 madeireiros dentro da área do Javari. Então, todo esse pessoal se alimentava principalmente de caça. Então, com isso os rebanhos de animais silvestres da área ficaram muito reduzidos. Esses madeireiros penetraram fundo no interior da mata, porque era onde existia mais madeiras. Os Korubo começaram a se movimentar, porque os madeireiros entraram já dentro do Coarizinho, que o coração da área tradicionalmente ocupada pelos Korubo, que não tem mais para onde correr. Aí, então, os Korubo começaram a se espalhar em pequenos grupos. Aí um grupo veio agora para o Quixito. Esses madeireiros poderiam ser chamados de lenhadores. As vezes esses lenhadores ganhavam por toras derrubadas e roladas para os igarapés, as vezes eles recebiam apenas diárias. Quando o salário mínimo era R\$ 80,00 por mês, eles recebiam salários de R\$ 60,00 por mês de trabalho, rolando madeira na mata. Tinha madeireiro aviado e madeireiro recebendo diária, salário. Os índios trabalhavam mais aviado. Tinha índios patrões também. O próprio Clóvis, coordenador do CIVAJA, era um

dos que era aviado pelo Vítor Magalhães. Ele tinha uma espécie de um grupo, dividiam, era um grupo até bom e eles produziam bastante. Tinha o Clóvis no rio Curuçá, o Fernando no rio Itui. Até os Matis foram envolvidos nisso, certamente, na época, incentivados pela FUNAI. Há dois anos atrás, quando eu viajei novamente para Maronal, tava praticamente arrasado, vimos apenas alguns mutum e kujubim. Porque justamente, com o fim da madeira, os próprios índios foram caçar aqui nessa área e com cachorros, afugentando ainda mais as caças. Foi preciso fazer uma reunião séria com os Marúbo do São Sebastião para ver se eles maneravam com essas caçadas predatórias com cachorros. Numa das viagens que a gente fez lá no período da seca, em todas as praias do Curuçá tinha gente, gente de Benjamim Constant. Tracajá assim que botava o ovo eles iam lá e tiravam. E ainda pegavam o tracajá. Eles ficavam pastorando as praias de noite. Aí cada grupo tomava conta de um certo número de praia” (Nascimento, Joseney: 1997, i.p.)

Considerou também que os quelônios, sobretudo tracajás e tartarugas, continuam sofrendo intensa atividade predatória na TI Vale do Javari, e acrescentou que em quase todos os rios desta terra indígena são ainda realizadas coletas indiscriminada de ovos de tracajás e tartarugas:

“Acho que em todos os rios. Só escapam essas covas que surgem por ocasião das chuvas. Então, é uma área que tá muito depredada e que merece, realmente, uma atenção especial do Ibama, no sentido até de escolher algumas praias para reprodução, porque senão vai acabar tudo. O que ainda tá salvando são os tracajás que os próprios índios tão preservando ali nos rios Arrojo e Curuçá. Já essa área aqui da foz do rio Pardo pra baixo tá toda remexida. A mesma coisa aconteceu no Itui e Itacoai com os caçadores e os pescadores regionais. Agora com a Frente de Contato da FUNAI, a gente espera que haja uma recuperação boa dessas áreas” (Nascimento, Joseney: 1997, i.p.)

Outra importante questão apontada pelo Pe. Joseney Lira do Nascimento, refere-se às ações de narcotraficantes na região do Alto Solimões, que em diversas ocasiões abriram pistas clandestinas no interior da TI Vale do Javari. Em seu depoimento abaixo, citou os nomes dos mais famosos traficantes desta região, que hoje se encontram presos:

“A partir de 1995, a Polícia Federal começou a agir com mais rigor aqui na região. E a instalação da base da Frente de Contato na foz do rio Itui, ajudou a controlar a entrada de madeireiros, caçadores e pescadores profissionais nos rios Itui e Itacoai. Descobriram até uma pista clandestina dentro da terra indígena, no baixo rio Itacoai. Parece que tem até foto dessa pista lá na Federal. Tudo isso aconteceu no final de 1995. Agora, as evidências que a gente tem aqui, de pessoas desta região envolvidas no narcotráfico, é notória. Aqui em Benjamim temos figuras históricas, como o Arlindo Cabral, que tá preso na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro. Esse Arlindo Cabral chegou até prometer de pagar toda a dívida externa do Brasil, se o pessoal desse 5 anos para ele atuar livremente. Esse Arlindo Cabral é daqui mesmo de Benjamin. E temos também o famoso Curica, que foi preso recentemente em São Paulo. O Curica também é daqui de Benjamin, de uma comunidade daqui bem de perto de Benjamin. Ele é primo do ex-prefeito de

Benjamin, o Floriano Graça. Uma vez, quando ele ainda tava solto por aqui, eu ainda não era padre, tinha acabado de fazer meus estudos, ele era um sujeito muito religioso. Quase todos eles são religiosos, pois eles vivem em situações extremas, né? Uma vez ele foi lá na igreja procurar benzer um quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, quando me apresentaram pra ele dizendo que eu ia ser um padre que ia trabalhar na região do Javari com os índios. Aí ele foi e me deu o seguinte conselho, dizendo: - “Rapaz, sai disso aí. Não te mete com isso.” Conversamos sobre o CIMI e os missionários das Novas Tribos. Sobre esses últimos, ele disse: - “Olha, esses missionários norte-americanos das Novas Tribos tem um aparelho de radiofonia tão potente, que uma vez vindo do Acre pra Tabatinga de avião, numa altura considerável, eles sabiam até o prefixo do meu avião”. Então, esse Curica para você ter idéia é primo desse ex-prefeito daqui de Benjamin. A irmã desse ex-prefeito ainda está presa em Lisboa. Ela foi pega com quase uma tonelada de coca, de pasta base de cocaína. Todo mundo sabe aqui que esse ex-prefeito, Floriano Graça, tinha uma serraria aqui e vários barcos. Não sabia nem fazer discurso político direito. E ele era tido como azarão e Benjamim sempre era considerada a capital cultural do Solimões, né? Então, ninguém pensava que um homem desse ia ganhar as eleições. Dizem que nas vésperas daquela eleição, a irmã dele jogou 800 mil dólares pra ajudar a campanha dele e com esse dinheiro ele comprou os cabos eleitorais dos outros partidos. Ele pagava bem, dobrava, triplicava, só para o sujeito não sair de casa. Pronto, no dia da eleição ele disparou na frente e ganhou. E isso com a irmã dele ainda presa em Lisboa. A Federal tem comprovação que a cédula dele foi feita em Bogotá. Antes da mesmo da eleição, a cédula dele tava pronta. E aqui a gente tem dos Meleiros, o Wanderley, que foi preso em Fortaleza no ano passado. E quando ele chegou aqui foi feita uma grande festa para ele e o Wanderley tem atividade lá no rio Curuçá. Nesse episódio agora da pista clandestina, denunciada pelo Clóvis, viram também um barco chamado Velho do Rio, que estava também no Curuçá, nas proximidades dessa pista. Esse barco pertence a esse Floriano Ramos Graça. Foi esse mesmo prefeito que sugeriu que se incendiassem aqui a Pastoral Indigenista, o Centro Magüta. Isso ainda no primeiro semestre de 95. Chegaram até marcar a data e eu tava esperando ser queimado vivo aqui. Lá em Atalaia tem outra família, a dos Peres, ligada ao narcotráfico. Um dos membros dessa família foi até acusado de ter organizado o massacre dos arredios lá do igarapé São José, os Flecheiros, como dizem aqui na região. A gente sabe aqui que o irmão dele tem a principal boca de fumo aqui de Benjamim. Por sua vez, o Galatti, que é gerente da serraria deles em Atalaia do Norte, o Galatti é um madeireiro também de Atalaia do Norte, ligado numa sociedade com essa família dos Peres. Eles são sócios de uma serraria lá de Atalaia do Norte. Tem uma sociedade dos Peres com o Galatti. Dizem que esses Flecheiros tinham matado um pessoal dele, desse Galatti, e aí ele se reuniu com o pessoal dele e foi atrás pra vingar. E teriam mortos pelo menos uns 70 índios Flecheiros, por informações. O pessoal dele tava marcando as madeiras no São José, esse São José tava praticamente virgem naquela época, que era respeitado o igarapé São José justamente por causa dos Flecheiros” (Nascimento, Pe Joseney: 1997, i.p.)

8.4 O Vale Visto pelos Madeireiros.

Uma conversa importante foi realizada, em fins de agosto de 1997, com o Sr. Vítor Magalhães, dono de duas das quatro grandes serrarias de Benjamim Constant/AM, acompanhado pelos senhores Raimundo dos Anjos, Raimundo Augusto Graça e Pedro Carvalho Caldas, conhecidos “chefes de turmas de madeireiros”, que até recentemente controlavam, através do sistema de aviamento, a exploração de madeiras nos rios Itui, Itacoai, Curuçá e Javari. Apresentaram-se também como representantes da Associação dos Madeireiros do Alto Solimões (AMAS). Apesar destes senhores desenvolverem inúmeras atividades ilegais, e de algumas de suas afirmações não terem fundamentos ou justificativas, Amigos da Terra acha importante registrar esses interessantes depoimentos enquanto subsídio para entender e enfrentar os problemas e dinâmicas da região.

A conversa, ocorrida na sede da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, só foi possível acontecer graças a intermediação do Pe. Joseney Lira do Nascimento, que na época liderava um movimento pela reabertura da agência do BASA de Benjamim Constant/AM e pela implementação do PRODEX, um programa governamental destinado a financiar e subsidiar o extrativismo na Amazônia, entre as comunidades ribeirinhas do Alto Solimões e do Vale do Javari.

O Sr. Vítor Magalhães, 65 anos, irmão do bispo da Diocese do Alto Solimões, Dom Lucimar Magalhães, um dos maiores empresários de madeira da região, foi o primeiro a falar. Iniciou sua conversa dizendo ser um homem de “grande credibilidade”, dono de duas das principais serrarias de Benjamim Constant, um dos maiores comerciantes da cidade, com sua “Casa Magalhães”, fazendeiro e, até bem pouco tempo, proprietário de 22 seringais do rio Itui, incidentes na TI Vale do Javari.

Desde 1957, quando passou a trabalhar com borracha e madeira no Vale do Javari, com financiamentos subsidiados pelo BASA e Banco do Brasil, suas empresas, que foram diversificadas e ampliadas neste período, produziam em média 150 a 200 toneladas de borracha. Além disto realizam o “aviamento” da maioria das turmas de madeireiros que exploram madeiras nos rios Itui, Itacoai, Curuçá e Javari, dentro dos limites de interdição da TI Vale do Javari.

Como empresário, com mais de 40 anos de experiência no Alto Solimões e no Vale do Javari, o Sr. Vítor Magalhães considerou que a situação da classe madeireira desta região encontra-se atualmente em “liquidação e falência”, em decorrência da apreensão, por fiscais do IBAMA e agentes da Polícia Federal, de toda a safra de madeira do Vale do Javari, realizada em fins de maio de 1996. Disse ainda que, desde 1957, quando começou a trabalhar com borracha e madeira no Vale do Javari, nunca havia presenciado uma crise econômica e social tão aguda como esta, ocasionando o empobrecimento da grande maioria da população desta imensa região amazônica.

Em sua opinião, a apreensão da safra de 1995-96, avaliada em mais de 20 mil metros cúbicos de madeiras, foi o estopim desta crise, pois além de paralisar todas as atividades

extrativas de madeira no Vale do Javari, sobretudo aquelas realizadas na TI Vale do Javari, levou à falência inúmeras empresas madeireiras e chefes de turmas de madeireiros da região. Citando seu próprio exemplo, disse que suas empresas tiveram um prejuízo estimado em mais de 1 milhão de reais, encontrando-se, hoje em dia, descapitalizadas, ou como ele próprio diz, “sem capital de giro” e ainda com débitos de mais de cem mil reais junto ao BASA.

Considerou também que, desde então, as atividades madeireiras encontram-se praticamente paralisadas no Vale do Javari e que uma grande quantidade de toras de virola, samaúma e cedro, que foram abatidas e roladas, encontram-se hoje apodrecendo nas matas, aumentando ainda mais os prejuízos dos donos de serrarias, dos chefes de turmas e até mesmo dos próprios madeireiros.

“Tô trabalhando aqui nesta região há mais de 40 anos. Desde 57, quando fomos financiados pelo BASA pra trabalhar com borracha e madeira, nunca vi uma situação tão difícil como esta crise atual. Desde 1957, venho trabalhando nos rios Itui, Itacoai, Curuçá e Javari, produzindo muita borracha e madeira. Veio o problema do desinteresse pela borracha. Aí o pessoal foi abandonando os altos rios. Uns abandonavam de uma vez, outros partiram pra madeira, porque antes mesmo daquela época já havia extração da madeira no Vale do Javari. Mas, em maio de 96, o pessoal do IBAMA e da Polícia Federal apreendeu a madeira de todo mundo. Nós, por exemplo, as nossas empresas ficaram liquidadas, porque o que a gente tinha de capital de giro era aquilo, a nossa madeira. Prenderam nossa madeira que já estava recebida de nossos fregueses, em torno de mil e poucos metros cúbicos de madeira. Só que tinha, ainda, por receber mais de 3 mil metros cúbicos de madeira. Que essa ninguém mandou mais buscar, porque não adiantava buscar pra ser apreendida. E depois, já a própria Polícia Federal não deixou mais ninguém entrar nos rios pra ir buscar as madeiras, que já estavam derrubadas e roladas na mata. Perdemos também, além das que haviam sido retiradas e retidas, toda essas madeiras derrubadas e roladas. Nossas empresas tiveram um prejuízo de mais de 1 milhão de reais. Eu tinha feito um empréstimo de quarenta mil reais junto ao BASA, pra justamente financiar essas madeiras que foram presas pelo pessoal do IBAMA e da Polícia Federal. Por causa disso, só pude pagar vinte mil reais, ficando devendo a outra metade. Esses outros vinte mil reais, que fiquei devendo ao BASA, deve tá agora em quase cem mil reais, porque os juros estão um absurdo. Tem hora que a gente desanima, que tem mais vontade de morrer do que de viver, sabe? Porque não tem mais saída, ficamos num beco sem saída. Eu acho contraditório, por causa disso, o BASA fechar sua agência em Benjamim Constant numa época dessa, já que o presidente da República sancionou essa lei pra financiar o extrativismo nos próximos 8 anos. Trabalhei com os bancos do Brasil e BASA desde aquela época que eu falei pro senhor, desde 57, e a conta que minhas empresas devem pro BASA, é essa agora, que não pude pagar porque houve esse problema agora com a madeira. Prenderam a madeira toda e eu perdi dinheiro e fiquei com problema. Eu trabalhei com o Banco do Brasil e o BASA, na época daqueles financiamentos pra borracha e madeira, como vocês todos conhecem. Tirei cinco, seis financiamentos naquele tempo. Como não era financiamento grande, tirava um pouco no meu nome, no nome do meu irmão, no

nome do outro irmão, no nome da serraria, no nome da loja, A Casa Magalhães etc. Fiz vários negócios com esses financiamentos. Com eles cresci minha empresa, mas não devo ao Banco do Brasil um centavo sequer. Não devo nem favor. Paguei minhas contas porque eu tinha o que perder. Além de ter credibilidade na praça, como todo mundo me conhece aqui na região, eu tinha mesmo o que perder. Porque eu cresci a minha empresa, na época desses financiamentos do governo federal, concedido através das agências locais do Banco do Brasil e do BASA desde fins da Segunda Guerra até, vamos dizer assim, até o Plano Collor, por onde começou toda a nossa derrota por aqui. Eu tinha uma empresa pequena e a empresa cresceu. Construí aquele Hotel Benjamim Constant. Construí o prédio da Casa Magalhães. Construí outro prédio ao lado. Comprei duas serrarias. Uma serraria eu comprei lá em Quari, que uma outra empresa foi financiada pelo Banco do Brasil e não pagou. Aí o gerente veio comigo, conversou, explicou as condições e eu encampeei a conta e paguei. Essa INCOM, por exemplo, não foi só eu que montei. Essa empresa foi financiada pelo Banco do Brasil pra madeira, em nome de um grupo que eu também participava. Aí o gerente do Banco veio comigo, dizendo: - Compra aí esse empreendimento, essa serraria de Quari, que nos podemos lhe facilitar, com pagamento em várias prestações e sem juros altos. Comprei e paguei. Não fiquei devendo um centavo ao Banco do Brasil, nem um favor ao menos. Hoje, principalmente depois dos prejuízos causados pela apreensão da safra de madeira do Vale do Javari, em fins de maio de 96, tô sem dinheiro pra trabalhar, porque perdi todo o meu capital de giro. Tô precisando de dinheiro pra trabalhar, mas meu capital de giro eu perdi com a apreensão das nossas madeiras e com outras que ficaram derrubadas e roladas pelo mato. Não fomos mais tirá-las, porque não podia mais aviar os madeireiros. O freguês chega comigo e diz assim: - Seu Magalhães, eu tô lhe devendo 30 mil reais, mas só posso ir pro mato se o senhor me der uma ajuda. Ainda que tivesse dinheiro, como era que eu podia ajudar, se o IBAMA mais a Federal iam prender as madeiras quando chegassem? Sem documentos dessas madeira, não posso mandar serrá-las em minhas serrarias. Não posso legalmente trabalhar com essas madeiras. Por isso, estamos atravessando uma dura crise econômica e social. Isso repercutiu em toda região. Muito mais de dois mil pais de famílias ficaram sem emprego, sem trabalho. Isso empobreceu a região. Eu tinha, aqui em Benjamim, um grande armazém abarrotado de mercadorias. Se o senhor chegasse assim e dissesse: - Tô precisando de 500 barris de diesel, que eu tinha pra lhe despachar. - Tô precisando de mil sacas de açúcar, que eu tinha pra lhe vender. Hoje, não tenho mais nem um saco pra vender. Hoje, não tenho nem um tambor de diesel. Perdi todo meu capital de giro. ” (Magalhães, Vítor: 1997, i.p.)

Vítor Magalhães disse ainda que a apreensão das madeiras e paralisação das atividades madeireiras no Vale do Javari, além de equivocadas do ponto de vista econômico e ambiental, estão gerando graves problemas sociais, como o desemprego de mais de 3 mil chefes de famílias, atualmente sem perspectivas de retorno imediato ao trabalho de exploração de madeira, sobretudo a partir da perspectiva de criação oficial da TI Vale do Javari. Avaliou também que o PRODEX só vai apresentar resultados concretos, tornando-se economicamente viável, se o governo

financiar diretamente as comunidades ribeirinhas, os seringueiros, os chefes de turmas de madeireiros e os donos de serrarias para produção de borracha e madeira, e que, sem essa última, o incentivo ao extrativismo dificilmente “dará certo” nesta região.

Já o Sr Raimundo dos Anjos, que até recentemente trabalhava como chefe de cinco turmas de madeireiros no Vale do Javari (“cada turma baseada em 8 homens”), além de concordar inteiramente com as colocações do Sr. Vítor Magalhães, de quem foi arrendatário de alguns de seus seringais no rio Itui em anos anteriores, também considerou que, em decorrência da apreensão das madeiras e da paralisação compulsória das atividades madeireiras no Vale do Javari, a partir de 96, a classe madeireira desta região encontra-se atualmente em “estado de calamidade”. Ressaltou também que houve deliberada “traição do IBAMA”, uma vez que representantes da Superintendência deste órgão em Manaus, juntamente com políticos locais e federais, haviam garantido a retirada de safra de madeira sem maiores problemas. Vejamos, a seguir, a sua versão dos acontecimentos que redundaram, nos últimos anos, na pior crise econômica e social da população regional do Alto Solimões/Vale do Javari:

“O que o seu Vítor disse aí é tudo verdade. Não foi só a madeira dele não, prenderam as madeira de todo mundo. Todo mundo aqui ficou sem capital de giro pra fazer qualquer outra atividade lucrativa. Aqui não tem mais ninguém que possa ajudar ninguém não. Tá todo mundo com a corda no pescoço. Eu tenho, por exemplo, presa lá no Itui, 800 toras de cedro e 300 toras de madeira branca. E já tenho derrubada e rolada mais de 1.200 toras de madeiras no rio Itacoai, que não pude mais tirar por causa da prisão de toda safra de madeira do Vale do Javari. Eu sei, que a partir do dia 22 de maio de 96, os fiscais do IBAMA e agentes da Federal prenderam mais de 20 mil metros cúbicos de madeira de todos os madeireiros do Vale do Javari. Nós trabalhamos, não sei quantos anos, extraindo madeiras no Vale do Javari, inclusive, financiados pela agência do BASA daqui de Benjamim Constant e da agência do Banco do Brasil de Tabatinga. Esses bancos financiavam todo mundo aqui da região pra extração, comercialização e beneficiamento de madeira. Até bem pouco tempo atrás tinha tanta madeira aqui, que era até difícil da gente vender, porque tinha muita madeira. Mas, infelizmente, veio o golpe e acabou com todo mundo. Hoje, estamos vivendo porque, felizmente, Deus é bom e dá muitos peixes aí nesses rios. A gente vai lá pega pra comer e pra vender um pouquinho para os colombianos, donos de frigoríferos lá de Letícia, e aqui mesmo no mercado da cidade. O meio de vida que nós temos aqui é a madeira. Agora, por enquanto, o que ainda existe é a madeira, ou a madeira, ou nada. Agora, ultimamente, tiraram a madeira. A partir do dia 22 de maio de 96, o pessoal da Polícia Federal e do IBAMA prenderam toda nossa madeira. E, até hoje, elas ainda continuam presas. Minha madeira, por exemplo, ainda tá toda presa. Só a minha é mil e poucas toras de madeira, principalmente cedro e algumas madeiras brancas, como virola e samaúma, que são boas pra compensados. Isso aconteceu com todos os madeireiros que trabalham aqui neste Vale do Javari. Não escapou nenhum. De chefe de turmas, que trabalhavam com os madeireiros, era bem umas 16 pessoas. Então, quer dizer, foram 16 grandes apreensões de madeira. Cada chefe de turma trabalha com várias turmas de madeireiros. Eu, por exemplo, trabalhava com cinco turmas de madeireiros. Outro chefe de turma ali trabalhava

com 10 turmas e outro com 8 turmas. E assim por diante. E cada turma de madeireiro é baseada em 8 homens, cada uma. Então, é muita gente envolvida. Agora, quando recebemos a madeira de nossos fregueses, que trouxemos rio abaixo, quando chegou na boca do rio Itui com o Itacoai, prenderam toda a nossa madeira. E até hoje elas tão aí presas pelo IBAMA e Polícia Federal. O pior de tudo é que toda nossa madeira foi apreendida na colheita da safra, justamente em fins de maio de 96, época em que ocorre as grandes enchentes aqui nesta região. Aí não houve como remanejar. E, olhe, que representantes da Superintendência do IBAMA de Manaus tiveram antes aqui, dizendo que nós podia descer com a nossa madeira, que não ia ter problema. Veio até o deputado Euler Ribeiro, fizemos uma reunião com ele ali no prédio da Biblioteca. E ele disse: - Vocês todos podem baixar com a safra de madeira de vocês, que não vai ter problema nenhum. Embora muito de vocês trabalhem na área de pretensão dos índios, não vai acontecer nada com a madeira de vocês. Podem baixar com a madeira que não vai acontecer nada, porque quem tá falando aqui é o deputado Euler Ribeiro. Assim o deputado disse, mas quando nós chegamos com a madeira na foz do Itui, tava a Federal e fiscais do IBAMA e tudo. Foi uma traição muito grande. Aí prenderam, levaram tudo. Aí ficamos todos endividados com o Banco do Brasil e com o BASA. Até no comércio ficamos devendo e não podemos pagar, porque todas as nossas madeiras foram presas. A classe madeireira aqui desta região ficou toda em estado de calamidade. Ninguém tem emprego pra nada. E não tem quem apoie com nada. Nessa região não tem indústria nenhuma. A única indústria que existe é a madeireira. Aqui em Benjamim Constant tá numa situação difícil, que qualquer hora, qualquer momento, tá sujeito haver qualquer desavença no comércio, qualquer coisa aí. Todo mundo tá com fome e desempregado. Todo mundo tem família e todo mundo tá à míngua. As turmas benjaminenses de madeireiros tá em estado de calamidade. Antes desta paralisação das atividades madeireiras no Vale do Javari, eu comprava farinha de R\$ 25,00 o paneiro. Pra cada safra de madeira, eu comprava mais de 200 paneiros de farinha pra aviar minhas turmas de madeireiro. Hoje, o agricultor tá oferecendo o paneiro de farinha a R\$ 5,00, na sua porta, e ninguém quer. Então, essa crise não é só dos madeireiros. É de todo mundo. É também do agricultor, do carpinteiro, do ferreiro que conserta espingarda e de todo mundo. Está prejudicando todo mundo, não é só os madeireiros não. É toda Benjamim. Antigamente esse Vale do Javari era tudo cheio de gente lá em cima. Agora, tá todo mundo abandonando os altos rios. E vieram pra onde? Pra Atalaia, pra Benjamim, pra Tabatinga e até mesmo pra Manaus. Então, essas cidades não tão crescendo, tão inchando, porque não tem infra-estrutura, não tem emprego, não tem trabalho nem nada. É justamente o que está acontecendo e o que vai acontecer. É que nem o seu Magalhães falou, é prostituição, é bandidagem, é roubo, ou então ir trabalhar no tráfico de drogas com os colombiano por aí. Não tem outro jeito” (Dos Anjos, Raimundo: 1997, i.p.)

Os madeireiros apontaram como saídas viáveis para a crise econômica e social da região, além da imediata concessão de novos financiamentos bancários para as atividades madeireiras, a exemplo do que vinha ocorrendo até meados da década de 90, a diminuição de impostos,

sobretudo o ICM e o IPI, bem como a rapidez na aprovação dos projetos madeireiros com planos de manejo florestal e a conseqüente diminuição da burocracia do IBAMA.

Também consideram que as atividades de extração de madeira, da maneira artesanal e seletiva como vêm sendo realizadas no Vale do Javari desde a década de 40, não têm provocado devastação da floresta, pois utilizam o “sistema de corte seletivo” e a própria água dos rios, igarapés e igapós, inundáveis no período de inverno, para o transporte de suas pranchas e/ou toras de madeiras. Ressaltaram ainda que os madeireiros da região, ao contrário do que freqüentemente divulgado pela imprensa e por organizações ambientalistas, em vez de provocarem a devastação das matas, estariam realizando um intenso “reflorestamento” no Vale do Javari, pois o sistema de corte seletivo adotado só permite a derrubada de árvores “com diâmetro de 45 cm no toco e 40 cm de ponta”. Consideraram ainda que, quando derrubam uma árvore de cedro, nascem mais de 50 outras árvores desta mesma espécie, já que o cedro é considerado igual à maniva de macaxeira, pois nasce dos próprios galhos enterrados na terra. Neste sentido, consideram que suas práticas artesanais de extração de madeira são muito distintas das realizadas pelas madeireiras da Malásia.

“É preciso que o governo não fique escutando conversa de gente lá da Alemanha, nem as notícias mentirosas que saem nos jornais. É preciso que os engenheiros do governo venham observar de perto como realmente é feita a extração de madeira aqui na nossa região. Porque aqui nós não fazemos nenhum desmatamento. Eu lhe conto que a madeira vem sendo explorada no Vale do Javari há mais de 50 anos. Talvez o senhor não saiba disso, mas eu sei, porque tenho 65 anos de idade e tô trabalhando com madeira aqui há mais de 40 anos. Quando comecei a trabalhar, os barcos vinham de Manaus buscar madeira. Onde começamos primeiro tirar madeira foi no rio Itacoai e no rio Branco. E, hoje, onde é que tem mais madeira? É justamente lá nestes dois rios. Porque tiramos madeira lá até 1960, aí suspendemos e passamos pro Javari e pra esses outros rios. E lá tá cheio de madeira, porque aquela madeira fina que ficou, já engrossou. Aqui nós trabalhamos com o sistema de corte seletivo, racional, sistema de corte seletivo, entendeu? Se o senhor, ou qualquer engenheiro do governo, sair aqui procurando onde pousar um helicóptero numa clareira, não vai encontrar. Só tem mata fechada. Em todo lugar aqui deste Vale do Javari tá cheio de madeira, principalmente nesses altos igarapés. Por aqui a gente derruba só cedro, aguano (mogno) e alguma madeira branca, como a virola e a samaúma. O senhor pode até perguntar por que o cedro? Porque o cedro flutua, é fácil de comboiar nos igarapés, tem um bom mercado e tem um preço regular. É melhor vender cedro do que, por exemplo, virola, ou andiroba, ou louro, mas essas matas daqui tão cheia de cedro e outras madeira de lei. Tem piquiá, eu levo o senhor pra ver uma fazenda que eu tenho aqui bem perto da cidade, bem aqui perto do hospital. Aí entrou um quilômetro pra dentro, lá no meio do campo, eu tenho miratua, tenho morapiranga, tenho virola, tenho cedrorana, tenho andiroba, tenho angelim, tenho tudo que é qualidade de madeira. Porque, mesmo quando eu faço campo pro gado, não derrubo, que é pra não perder aquelas árvores de madeira boa. Eu vou deixando, o campo fica meio sombreado e as madeira ficam lá. Soube pela televisão que o governo liberou 600 mil hectares de floresta no rio Tapajós pros madeireiros da Malásia. Eles lá sim, vão

acabar com as matas, porque o sistema deles trabalhar não é igual ao nosso não. Eles vão meter máquinas pesadas e vão derrubando tudo. Nós aqui não fazemos isso não, porque não trabalhamos com máquinas. Nós temos condições de trabalhar aqui mil anos, mil anos tirando madeira neste Vale do Javari, do jeito que a gente trabalha aqui, que não se acaba, fica do mesmo jeito, se não ficar melhor” (Magalhães, Vitor, 1997: i.p.)

Seguem outros trechos das falas dos madeireiros sobre a questão ambiental, ressaltando que os métodos e técnicas empregados em suas atividades de extração de madeira têm levado ao reflorestamento e não a devastação das matas do Vale do Vale do Javari. De acordo com Raimundo Augusto Graça, também chefe de turma de madeireiros que há muitos anos explora madeira no Vale do Javari:

“Praticamente aqui no Amazonas não foi devastado quase nada ainda. É preciso que o governo mande pessoal de confiança dele pra ir com um de nós pro mato pra justificar o que nós estamos dizendo aqui. Se nós derruba uma árvore de cedro, por exemplo, nasce mais de 50 pés de cedro. Dum ano pro outro, nascem mais de 50 árvores de cedro. Aqui a gente não devasta, a gente refloresta, entendeu? E sabe por que? Porque quando a gente derruba uma árvore de cedro, só no que a árvore cai no chão, que aqueles galhos pequenos enfiam na terra, de onde cai que enfia na terra, já nascem muitos pés de cedro. Pois bem, as matas daqui nunca foram trabalhadas com máquinas. A máquina que tem é algum moto serra, algum. Os instrumentos mais comum dos madeireiros aqui ainda é o machado e o terçado. E pra tirar essas madeiras derrubadas na mata, a gente limpa bem os igarapés. E, quando chove muito por aqui no inverno, os igarapés ficam cheios e comboiamos as madeiras até elas saírem nos rios, sem derrubar uma árvore. Outra coisa, se tem uma árvore de cedro na mata, assim meio podre, e se você derrubar ela, o sol dá na terra e com um ano nasce de 50 a 100 pés de cedro, tudo já lá em cima. Eu derrubei 8 árvores de cedro em cima de um lombo de terra. E agora pode ir lá que tem mais de 300 árvores de cedro pequenas nascendo lá. Enquanto tá na sombra, com aquele monte de folhas secas em baixo, não nasce nada. Mas, quando a gente começa a pisar ali e derruba uma árvore de cedro, aí brotam muitas outras árvores. Todo mundo sabe que semente na sombra não germina. Eu acho que o senhor sabe disso e todo mundo aqui sabe, que no próprio instante que você derruba e faz uma estradinha, que nós chamamos aqui de caminhão, mas que não é pra caminhão não, é uma pequena trilha de 4 metros de largura pra passar com as toras de madeira. Aí o sol dá na terra e as sementes que tão caídas há vários anos, germinam todinha, porque elas receberam o calor do sol. Então, nós derrubamos 8 árvores de cedro lá e eu levo qualquer pessoal pra amostrar, que tem mais de 300 árvores de cedro no meio desta estradinha de uns 800 metros de comprimento. Agora, o cara fica lá, só no ar condicionado, dizendo que a gente tá devastando, tá acabando, tá isso e tá aquilo. Nós derrubamos uma árvore aqui, como na casa do Padre, e só vamos derrubar outra, como lá no CEAM, entendeu? E ninguém derruba árvore com menos de 45 cm no toco e com menos de 40 cm na ponta, entendeu? Árvore fina, a gente não derruba de jeito nenhum. Eu queria que o governo mandasse uma pessoa de confiança dele pra ir lá no mato com a

gente pra justificar se realmente nós estamos mentindo, ou falando a verdade. (Graça, Raimundo Augusto, 1997: i.p.)

Quanto à demarcação da TI Vale do Javari, com extensão de 8.338.000 ha, os madeireiros consideraram que isso inviabilizará a permanência das populações regionais no Vale do Javari, pois elas terão que emigrar para o Peru e Colômbia, gerando posteriores conflitos internacionais do outro lado da fronteira, ou então, para as cidades da região, onde viverão desempregadas e em ambientes sociais propícios à marginalidade, prostituição, bandidagem e até mesmo envolvimento com tráfico de cocaína e dólares falsos, como já vêm ocorrendo na região.

De acordo com as declarações gravadas, os madeireiros não negariam o direito dos índios à demarcação da TI Vale do Javari, mas questionam sua extensão. Alegam que a demarcação da terra indígena, com a extensão proposta pela interdição de 1985 e destinada a apenas três mil índios, excluía cerca de 70 mil habitantes regionais do Vale do Javari, brasileiros, brancos e civilizados, atualmente sem terra e sem pátria. Defenderam o direito de partilhar o Vale do Javari com os índios. Estes últimos, controlando os médios e altos cursos dos rios, e eles ocupando os baixos cursos dos rios Itui, Itacoai, Curuçá, Javari, Jandiatuba e Jutai, liberando assim essa parte do Vale para o desenvolvimento das atividades extrativas da madeira e da borracha. Seus argumentos, de certa forma, excluem as terras ocupadas atualmente pelos Korubo, Flecheiros e outros grupos arredios, situadas precisamente nos baixos cursos destes rios, últimos refúgios que ainda restam para assegurar a reprodução física e cultural de suas populações. É o que pode ser observado em alguns trechos das falas dos senhores Raimundo dos Anjos e Raimundo Augusto Graça:

“Da minha parte, os índios têm maior apoio nosso. Onde é parte da área indígena vamos respeitar, vamos deixar de lado. Inclusive, seria bom se a gente pudesse negociar com eles, até mesmo pra civilizar, junto com uma pessoa da própria Funai, que é pra não dizer que os madeireiros enganam os índios. Negociar com eles pra eles também se desenvolver e trabalhar, porque realmente eles não têm nada. Eles também estão passando necessidades com esta crise toda. E a parte que não é dos índios, que eles liberassem pra nós trabalhar. Ninguém aqui é contra os índios, nem contra o território dos índios, absolutamente, ninguém. Eu queria até que a Funai demarcasse a área lá de cima, que é deles e a gente não passa pra lá, como do Igarapé São Salvador pra cima, no rio Curuçá; como no rio Novo pra cima, no rio Itui; como do Massapê pra cima, no Itacoai, rio onde nascemos. Então, que liberasse essa outra parte pra gente trabalhar, porque também a gente precisa sobreviver. Eu acho que a nação deles, dos índios, não vai crescer nem produzir tanto assim pra ocupar uma quantidade enorme de terra. É muita terra, Ave Maria! Demarcar uma terra dessa, com 8.338.000 ha, pra dois, três mil índios, e deixar 60, 70 mil pessoas sem condições de viver e trabalhar, é uma loucura um negócio desse. Isso é coisa de quem não tem o que fazer. É importante que haja demarcação da terra dos índios, mas uma demarcação justa. E que também sobre alguma coisa pra nós. Fique a área dos índios, onde eles moram lá nos altos. E fique também uma parte do Vale do Javari, nos baixos rios, pra gente trabalhar” (Raimundo dos Anjos: 1997, i.p.)

“Em virtude deste assunto da demarcação da terra indígena, de acordo com os limites de interdição da Funai, tá errado. Porque assim tá demarcando quase todo o Vale do Javari e não tá ficando nada pra gente trabalhar por aqui. Então, só fica de Atalaia pra baixo, porque de Atalaia pra cima não ficou quase nada. Agora há pouco, mandei meu pessoal tirar madeira de uma propriedade lá do outro lado do Peru. Eles derrubaram e trouxeram 110 árvores de cedro lá do Peru pra mim trabalhar, porque no Brasil, sou brasileiro, mas não tenho lugar pra trabalhar. Não sei fazer outra coisa. O que é que vou fazer? Tenho que ir trabalhar do lado do Peru” (Raimundo Augusto Graça: 1997, i.p.)

Quanto à atuação da Funai e das ONGs, o Sr. Vítor Magalhães considerou que estas entidades vêm contribuindo muito mais para o acirramento dos conflitos entre índios e brancos, do que, por exemplo, para resolvê-los de forma justa e harmoniosa. Citou, como exemplo deste tipo de atuação, o grave massacre ocorrido entre os Ticuna na localidade de Capacete, situada nas proximidades de Benjamim Constant e as tentativas de manipulação destes índios, incentivando-os, inclusive, a invadir uma de suas propriedades em Lauro Sodré:

“Nós somos contra a política que a Funai vem fazendo e alguns conselhos indigenistas que atuam por aqui também, que criam certos problemas, que vai ser problema para o próprio índio. O que foi que aconteceu no Capacete? Eles incentivaram os Ticuna ali no Capacete pra invadir a casa do seu Oscar, que era o dono da propriedade dele. Foram lá e invadiram, o vigia da casa teve que partir pro cartucho, matou 15 índios lá, entendeu? Eu pergunto o senhor hoje, vá lá pra ver se tem algum Ticuna lá. Eles não precisavam da área. Eles não foram mais pra lá, porque não precisavam. Não precisavam não. Aquilo ali só era política. O pessoal empurrando os miseráveis dos índios, que não sabem de nada, incentivando eles pra fazer o que não presta. Porque nós aqui apoiamos o Ticuna em tudo. O Ticuna chega aqui na feira, vende o produto dele, a fruta dele, a macaxeira dele, vende as coisas dele e entra na nossa área e pesca e faz o que ele quer. E ninguém diz nada. Se uma pessoa for entrar lá na terra dos Ticuna, os Ticuna criam logo um caso, porque eles já tão sendo incentivado. O pessoal tá dizendo: - não deixem os civilizados entrar na área indígena. Já tá criando aquele caso danado com ele, aperrando ele. Quer dizer, incentivando pra eles serem contra a gente. Fica a Funai atrás de onde tem benfeitoria, pra querer tomar pra área indígena. Eu tenho uma propriedade aqui perto, chama-se Lauro Sodré. Eu resolvi botar uma fazenda lá. Quando eu comecei a abrir, a Funai correu em cima e incentivou os Ticuna, que eram já civilizado, porque sabem ler e escrever, fizeram uma confusão pra cima de mim tão grande, que eu passei dez anos brigando. Foi preciso o presidente mandar um documento de lá, pedindo pra Funai que desviasse a minha área, ou então indenizasse a minha área. Mas a Funai não tinha dinheiro pra indenizar. Eles queriam, sabe por que? Eles disseram: - Aperte o Magalhães, aperte lá ele, que ele corre e deixa o gado e vocês tomam conta do gado e do campo, tomam conta de tudo. Foi um cara da Funai lá em Belém atrás de uns Ticuna pra vir invadir a minha área, pra me botar pra correr de Lauro Sodré. Que acabou ficando fora da terra, que a Funai não demarcou porque o governo impediu

pra não demarcar, deixasse aquilo aí. Antigamente não tinha confusão entre índios e civilizados, mas depois que a Funai e o CIMI chegaram por aqui, aí virou uma briga internacional” (Magalhães, Vítor: 1997, i.p.)

Afirmou ainda que a atuação da Funai e da Polícia Federal no Vale do Javari tem sido perniciosa e desonesta, porque interditou uma área imensa, fechou praticamente todos rios, mas até agora não indenizou ninguém e desenvolveu uma deliberada política de perseguição às populações ribeirinhas que vivem há muitos anos explorando madeira no Vale do Javari:

“Tudo aqui não acho nada difícil de acontecer. Difícil mesmo é aparecer alguém pra ajudar o povo. Ajudar o povo é difícil de acontecer por aqui. Mas a massacrar, a bater, a castigar, é tudo fácil. Porque vem a Funai, desonesta e desinformada, fazer o que bem entende. Vem a Polícia Federal e apoia do mesmo jeito. Se for possível bate no cara, toma o que ele tem, não quer saber se ele é um pobre miserável, ou não. Se tá morrendo de fome, ou não. O cara vem baixando, traz um painzinho de carne de caça e eles tomam aquele paineiro de carne e ainda vai na panela e jogam a carne que tá cozinhando fora, deixando o cara morrendo de fome. E não tem nem coragem de deixar nem uma lata de conserva pro cara almoçar. Isso aconteceu aqui, que eu vi o prefeito dizendo isso pro doutor delegado da Polícia Federal, Dr. Mauro Spósito, entendeu? E o Mauro Spósito ficou calado e não respondeu nada. Não tomou nenhuma providência. Por que? Tem alguma influência por trás disso tudo. Não existe honestidade, na realidade é isso. Se o delegado da Polícia Federal dissesse assim: - a Funai tá me pedindo isso, mas não vou fazer, não vou fazer porque eu tenho que olhar por esse povo, que é miserável, é pobre, é aperrado. O cara da Funai tá recebendo do governo todos os meses pra eles encher a barriga a vontade, paga um ordenado bom. Ele não quer nada, entendeu? E os outros que não tem? Como é que é? Isso é que eu não acho certo. Eu não duvido nada disso. Eu já queria ao menos que ele indenizassem, pelo menos pela metade as coisas, que eu ia me embora daqui. Se eles indenizassem as minhas contas que eu tenho lá pelo Itui, pelo Itacoai, pelo Javari e por todo canto, esse dinheiro que eu tenho aí, as madeiras perdidas e tudo isso, eu recebesse 50% dessa indenização, eu ia me embora daqui, mas ia me embora mesmo. Ia pra um lugar onde não tivesse essas praga, onde não tivesse Funai e onde não tivesse essas perseguições como tem aqui. Aí pra baixo não tem isso, o povo tira madeira a vontade no rio Jutai e não tem essas perseguições. Lá no Purus não tem Polícia Federal. Só tem mesmo lá em Manaus, procurando só os bandidos mesmos. Mas aqui eles não procuram isso, tão procurando é prejudicar o povo que trabalha” (Vítor Magalhães: 1997, i.p.)

“Na realidade, trabalhar em madeira não é bom. É um serviço muito pesado, pra homem mesmo. A gente só trabalha, porque é obrigado, não é porque queira não. Ou o cara faz isso, ou não come. Ano passado, eu cheguei aqui com 6 cruzeiros de malária, três de falciparum e três de vivax, da cor dessa sua camisa branca. Lá em frente ao BEA, quando nós fizemos uma passeata, eu tava lá, o pessoal da TVE tava filmando, acho que tem até esta fita gravada, me filmaram, eu dei uma entrevista lá na Prefeitura. Eu tava lá na passeata sabe por que? Porque eu preciso manter meus filhos

na escola e tenho que dar de comer pra minha família. Não porque seja bom, porque desde 11 anos que trabalho em madeira e hoje tenho 48 anos. Só tenho a quarta série primária, eu posso arranjar um emprego? Não posso, não tenho nem uma faculdade. A gente nasceu lá em cima, se criou lá nos altos, cortando seringa e trabalhando em madeira. Já corri até risco de vida na mata por causa destes índios Korubo. E agora, depois de velho, vou fazer o que? Agora, se for pra trocar de madeira pra borracha, a gente troca. É pra trocar de borracha pra criar gado, já tivemos gado e sabemos criar. É pra plantar cupuaçú, pra fazer polpa, isso e aquilo outro pra exportar, nós sabemos fazer. Depende dos incentivos e dos financiamentos do governo, das orientações técnicas do pessoal da Emater” (Raimundo dos Anjos: 1997, i.p.)

Os madeireiros avaliaram ainda que o PRODEX, programa de crédito do governo federal voltado para o desenvolvimento do extrativismo na Amazônia, só se constituirá numa alternativa economicamente viável se financiar as atividades de extração de madeiras na região, inclusive com planos de manejo florestal. E que só com borracha não dá pra sobreviver no Vale do Javari, porque as atividades de extração de seringa são realizadas apenas 6 meses ao ano, durante o período de verão, já que nos outros seis meses de inverno as estradas de seringa ficam completamente alagadas.

Ao concluir sua conversa, o Sr. Vítor Magalhães considerou que o governo deveria incentivar, através de financiamentos subsidiados do PRODEX, a diversificação das atividades econômicas na região do Alto Solimões e do Vale do Javari, dentre as quais a criação de peixes e quelônios, plantio consorciado de frutíferas e madeiras nobres e, ainda uma pequena criação de gado leiteiro e de corte. Em seu depoimento, a seguir, disse que, mesmo sem incentivos e financiamentos do governo federal, construiu açudes em sua fazenda, localizada nas proximidades de Benjamim Constant, onde está criando mais de três mil quelônios (tracajás e tartarugas) e muitos peixes, sobretudo o tambaqui e a curimatã. Além disso, vêm realizando plantio consorciado de mais de dois mil pés de cupuaçú com algumas madeiras nobres da região e, ainda, criação de gado leiteiro e de corte. Soma-se a isto a importância do “turismo ecológico” (sic) para a superação da séria crise econômica e social existentes nesta imensa e longínqua região da Amazônia Ocidental.

“Eu crio muito peixe, principalmente tambaqui e curimatã. Crio também tartaruga e tracajá. Crio ainda gado leiteiro e de corte na minha fazenda, aqui mesmo perto da cidade. Lá nesta fazenda, tenho um açude que deve ter uns 3 mil quelônios, dentro de uma área pequena. Nos outros açudes eu também crio, mas tracajá foge muito e é preciso cercar bem. Tô agora preparando outro açude grande pra aumentar minha criação de peixes e de quelônios, mas tá faltando só fazer uns acabamentos lá. É uma área grande, onde tô querendo criar uma quantidade maior de tartaruga pra elas desovarem e tirarem os filhotes. Até porque, me informaram, tem um mercado bom pra exportar os filhotes. Tô pensando agora fazer isso. Tô até preparando um projeto pra dar entrada no Banco do Brasil pra arranjar financiamentos pra incentivar o turismo ecológico aqui na região. Vou fazer uma lagoa grande com um sistema de pescaria pra turismo. Eu vou botar o peixe, o tambaqui e vários peixes assim para o turista chegar, pescar e pagar pra pescar. Tô criando muito tambaqui e curimatã. Já

criei pirarucu, mas foi uma experiência que eu não gostei, porque ele come muitos outros peixes. Como aqui a gente não cria tilápia, que se reproduz em açude, eu sou crio peixe que não se reproduz em açude. O que se reproduz em açude aqui é bodó, é cará, mas a maioria não produz. E eu não quero botar tilápia, porque depois a tilápia prejudica, por outro lado. Porque ela toma conta do açude e não deixa outros peixes se criarem. Se ela for para o rio, ela é muito predatória, ela come os filhotes dos outros peixes, come as ovas, come tudo. E não é um peixe que tenha muita preferência. O pessoal prefere mais a curimatã, prefere mais o tambaqui. Eu tenho aqui uns 700 tambaqui. Vendo só por aqui mesmo. Na Colômbia, eles compram muito peixe, mais é mais peixe liso, que dá muito aqui no rio. Eles preferem a piraíba, o dourado, o surubim e o pintado. Estes peixes têm muita preferência lá na Colômbia. Se o senhor tiver um tempinho nesses dois dias, eu lhe levo pra conhecer a minha fazenda. Me procura lá na Casa Magalhães, que eu tenho o prazer de lhe mostrar o meu empreendimento. Eu tô trabalhando com cupuaçú e acerola também. Eu tenho alguma coisa de fruticultura. Cupuaçú, eu devo ter uns 2 mil e poucos pés. Eu tô querendo ampliar, porque é mais fácil vender 30 toneladas do que uma tonelada, porque você leva pra Manaus uma quantia boa. Chega em Manaus enche uma carreta daquela e manda para o nordeste e para outros estados. Se leva pouquinho, vendo só ali mesmo em Manaus. Você não vai fretar uma carreta apenas com uma tonelada de polpas. Eu já descobri isso. Se Deus quiser eu vou aumentar esse meu plantio. A gente sabe o que deve fazer e tá procurando fazer. Infelizmente, por causa dessa perseguição do Ibama e da Polícia Federal em prender as madeira exageradamente, essa coisa toda, eu perdi meu capital de giro. Porque eu já fui alertado que o turismo ecológico é uma alternativa econômica importante para uma região assim tão distante como esta” (Vitor Magalhães: 1997, i.p.)

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

Cardoso de Oliveira, Roberto:

1972- O Índio no Mundo dos Brancos

Cavucens, Silvio:

1995- “A Situação dos Povos Indígenas do Vale do Javari”, in Povos Indígenas no Brasil

1991-1995. ISA/SP;

Cavucens, Sílvio e Neves, Lino João de Oliveira:

1986- “Relatório do Levantamento dos Grupos Indígenas do Vale do Javari, oriundo da Portaria nº 1.848, de 28.03.85 (GT Javari de 1985)”;

CEDI:

1981- Povos Indígenas no Brasil, Volume 5 – JAVARI, coordenado e redigido pelo antropólogo Júlio César Melatti;

CIVAJA:

1992- “Documento Manuscrito do Conselho Indígena do Vale do Javari”;

1992a- “Ata da Reunião do dia 13 de dezembro de 1992 a respeito da Demarcação da AI Vale do Javari”;

Coutinho Júnior, Wálter Alves:

1994- Memo nº 065 DID/94 ao chefe do DID, referente a Proposta de Acréscimo da AI Vale do Javari;

1994a- Comentário feito à Carta s/nº de Alfredo Barbosa, Cacique Geral dos Marúbo, em 27.05.94;

1994- Memo nº 066/DID/94, de 23.09.94, comunicando que o DID deverá proceder, em 94, o reestudo e atualização dos dados referentes à TI Vale do Javari, como forma de dar continuidade ao processo de regularização fundiária daquela área;

1997- Entrevista sobre a TI Vale do Javari realizada em julho de 97;

Cruz, Samuel Vieira:

1981- “Relatório do Chefe do PIA São Itui, de 09.02.81”

Espírito Santo, Marco Antonio:

1980- “Relatório Contendo Informações Esparsas sobre os Índios Arredios do Rio Jandiatuba”

1980- “Relatório da 3ª Equipe”

1986- “Memória” sobre a identificação e delimitação de áreas indígenas na bacia do Javari realizado pelo GT/85;

1986- “Informação nº 013, de 27.07.86”

Fonseca e Silva, Gerardo Wilames:

1990- Informação nº 027/PJ, de 12.01.90, referente à contestação oferecida pela Funai nos autos da Ação Declaratória nº V-420/89;

Graça, Floriano Ramos:

1993- Ofício Nº 193, de 13.09.93, do Prefeito de Benjamim Constant ao Presidente da Funai; encaminhando a “Ata do Alto Solimões”;

Heck, Egon:

1986- Carta ao Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard, de 12.08.86, encaminhando abaixo assinado com 989 assinaturas em apoio a Campanha pela Criação da AI Vale do Javari;

ISA: Povos Indígenas no Brasil – 1991/1995

Leão, Maria Auxiliadora C. de Sá:

1981- “Informação nº 331/DID/DGPI/81, sobre a Eleição do Parque Indígena do Javari”

Leite, Jurandyr Carvalho:

1997- “Identificação de Terras Indígenas”

Mendes, Válter Ferreira:

1986- Informação nº 0029/86/SUAF, referente ao Parque Indígena Javari

Ministério da Justiça:

1996- Portaria nº 14, de 09.01.96, que estabelece regras sobre a elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º do Decreto nº 1775, de 06.01.96;

Ministério Público Federal:

1989- Ofício nº 001/JR-300, de 26.07.89, do Ministério Público Federal ao Procurador Geral da Funai;

Montagner, Delvair:

1980- “Projeto de Estudos para a Eleição de Áreas Indígenas na Bacia do Javari/AM”, encaminhado ao Departamento de Estudos e Pesquisa da Funai, através do Memo nº 144, de 21.03.80.

1980a- “Relatório de Eleição de Áreas Indígenas dos Rios Itacoai e Itui”

1980b- “Relatório de Eleição da Reserva Kanamari”

1980c- “Relatório Sobre a Eleição da Reserva Korina”

1980d- “Relatório Sobre a Eleição da Área Matis”

1980e- “Relatório Sobre a Eleição da Área Indígena dos Marúbo”

1986- Informação nº 023/86, referente a Campanha Javari;

1986a- Informação nº 024/86, referente ao Processo Funai/BSB/1074/80;

1988- “Afimial, Existe ou Não Existe”, relato de uma viagem ao Parque do Javari
1991- “Relatório sobre a Situação dos Marúbo do Rio Itui em 1990”;

Possuelo, Sydney Ferreira:

1994- Informação nº 067/94 do Departamento de Índios Isolados da Funai, referente a Carta s/nº do índio Marúbo Alfredo Barbosa, de 23.01.94;

Souza, Francisco Leite:

1985- “Relatório Técnico das Atividades Desenvolvidas na AI Vale do Javari. Municípios de Atalaia do Norte e Benjamim Constant”

Documentos do Processo FUNAI/BSB/1074/80

- Despacho de Encaminhamento do Processo Funai/BSB nº 1074/80;
- Memo 088/DGPI (indicação de três antropólogos para participarem nos Grupos de Trabalho, ou GT, a serem formados brevemente);
- Memo nº 182/DGPC, de 14.04.80 (contratação de antropólogos para compor equipes que fará eleição de áreas na bacia do Javari);
- Memo nº 215/DGPC, de 06.05.80 (indicação de três Grupos de Trabalho para eleição de áreas indígenas na bacia do rio Javari);
- Portarias nº 720/E, 721/E e 722/E, de 14.05.80 (constituição de GTs para proceder a identificação de áreas indígenas situadas, respectivamente, nas bacias dos rios Javari e Curuçá, Itui e Itacoai, e Jandiatuba e Jutai);
- Instrução Técnica Executiva nº 13, 14 e 15, de 14.05.80 (determinando os deslocamentos dos três GTs, com a finalidade de proceder a identificação e delimitação de áreas indígenas no Vale do Javari);
- Memo nº 315/DGPC, de 04.07.80 (a antropóloga Delvair Montagner registra problemas de ordem administrativa, que requerem providências imediatas da Funai em relação ao futuro Parque Indígena do Vale do Javari);
- Ofício nº 432/1ª DR/81 do Delegado da 1ª Delegacia Regional de Manaus, Kazuto Kavamoto;
- Ofício s/nº 81, de 30.05.1981 (do Sertanista Sebastião Amâncio da Costa ao Delegado da 1ª DR - Manaus – Funai);
- Portaria nº 1.848/E, de 28.03.85 (que cria novo GT para redefinição da Área Indígena do Parque Javari);

- Portaria nº 1.849/E, de 08.04.85 (interdita a AI Vale do Javari, com extensão de 8.338.000 ha);
- Mapa e Memorial Descritivo de Interdição da AI Vale do Javari (Anexo à Portaria nº 1.849, de 08.04.85)
- Portaria nº 1.855/E, de 15.04.85 (alterar a Portaria Nº 1848/E, de 28.03.85, nomeando novo coordenador do GT/85);
- Portaria nº 1.886/E, de 17.06.85 (nomeando outro coordenador do GT/85);
- Ofício nº 444/PRES/Funai, de 11.11.93 (resposta do Presidente da Funai ao Prefeito de Benjamim Constant/AM);
- CI nº 079/CEA, de 07.11.91 (solicita a anuência das comunidades indígenas do Vale do Javari, conforme mapa e memorial descritivo da interdição da área de 85);
- Memo nº 010/ADR-ATN, de 25.01.93 (do Administrador Regional da Funai de Atalaia do Norte/AM ao Presidente da Funai);
- CI Nº 099/ADR-MAO/93, de 22. 12.93 (encaminha relatório do sertanista Sebastião Amâncio da Costa, relativo a viagem ao rio Jutai, em atendimento a OS nº 124/ADR-MAO, de 30.09.93, solicitando empenho desta DAF no que diz respeito a ampliação da área indígena Vale do Javari)
- Memo nº 001/PIN Itacoai, de 10.01.94 (comunicando que o trabalhador madeireiro, Luiz Biá, foi morto pelos Korubo, índios Caceteiros, no Igarapé Esquerdo, afluente da margem direita do rio Quixito);
- Radiograma 007/ADR-ATN, de 20.01.94 (dirigido ao Departamento de Índios Isolados da Funai, informando que foram localizados maloca e roçado pertencentes aos índios Korubo nas nascentes do Igarapé Pau Branco, afluente da margem direita do rio Quixito);
- Memo nº 038/DID-DAF/94, de 31.05.94 (analisa proposta de acréscimo à TI Vale do Javari feita pelo sertanista Sebastião Amâncio da Costa);
- Memo 048/ADR/ATN/94, de 03.05.94 (encaminha ao Departamento de Índios Isolados da Funai, relatório do chefe do PIN Itacoai, referente a localização de índios “arredios” Korubo no rio Esquerdo, afluente do rio Quixito)
- Informação s/nº, de 06.06.94 (do sertanista Wellington Gomes Figueiredo ao chefe do Departamento de Índios Isolados da Funai);

- Memo nº 065/DID/94, de 23.09.94 (do antropólogo Wálter Coutinho Jr ao chefe do DID, comentado a proposta de acréscimo à AI Vale do Javari, feita pelo sertanista Sebastião Amâncio da Costa);
- Portaria nº 0174/PRES/95, de 10.03.95 (constitui Grupo Técnico “com a finalidade de identificar e delimitar a TI Lameirão, e proceder a revisão e atualização dos dados etnológicos e fundiários da TI Vale do Javari”, coordenado pelo antropólogo do DID-DAF/Funai, Wálter Alves Coutinho Júnior; publicada no DOU, de 22.03.95);
- Portaria nº 0354/PRES/95, de 19.04.95 (novamente alterando a composição do GT PP nº 174, de 10.03.95);
- Portaria nº 311/PRES/95, de 05.04.95 (altera a composição do GT PP nº 174, de 10.03.95);
- Portaria nº 158/PRES/96, de 09.04.96 (constitui Grupo Técnico com a finalidade de completar os trabalhos determinados pela Portaria nº 0174/95 para revisão e atualização de dados referentes à TI Vale do Javari; GT coordenado pelo antropólogo Wálter Coutinho Jr., publicada no DOU, de 15.04.96);
- Portaria nº 275/PRES/96, de 09.05.96 (prorroga por 25 dias, a partir de 15.05.96, o prazo para execução dos trabalhos de campo definidos pelo artigo 3º da Portaria nº 158, de 09.04.96);
- Portaria nº 810, de 25.09.96 (estabelece a restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na TI Vale do Javari).

Documentos Diversos

1992- “Ata da Reunião do Dia 13 de Dezembro de 1992 a Respeito da Demarcação da Área Indígena do Vale do Javari”

1993- Ofício 150/93, de 15.04.93 (do deputado federal Euler Ribeiro ao Ministro da Justiça, encaminhando as discussões feitas pela “Sociedade Organizada e Autoridades sobre a Justa Demarcação das Terras do Vale do Javari”)

1993- “Ata do Alto Solimões pela Justa Demarcação das Terras Indígenas do Vale do Javari” – Benjamim Constant/AM, 03.04.93;

1993a- “Documento Final do I Encontro sobre Demarcação, Madeira e Alternativas Econômicas do Vale do Javari”, de 16.03.93 (organizado pelo CIVAJA, Prefeitura e Câmara do Município de Atalaia do Norte e COIAB, realizado nos dias 13 a 16 de março de 1993);

Em anexo a este último documento (1993a):

- “Relação dos Seringais Localizados na Região do Vale do Javari que Possuem Títulos Definitivos Registrados em Cartório”;
- “Dados do Levantamento Sócio-Econômico das Pessoas que Atuam dentro da Área do Vale do Javari” (1.500 pescadores filiados à sua Associação e 900 pescadores cadastrados no IBAMA, ou seja, envolvendo um número de 2.400 pescadores, dos quais dependem 13.500 pessoas; 500 famílias de madeireiros, envolvendo cerca de 4.400 pessoas; 100 famílias de seringueiros, dos quais dependem 800 pessoas);
- “Resultado da Verificação de Quantas Pessoas Dependem do Extrativismo da Fauna e da Flora na Região”;
- Dados Históricos de Quando Começou as Atividades Econômicas na Área do Vale do Rio Javari”;

1994- Carta s/nº, de 23.01.94, de Alfredo Barbosa, Cacique Geral dos Marúbo, ao presidente da Funai (solicitando o atendimento das seguintes reivindicações: um avião para atendimento em situações de emergências das populações indígenas do Vale do Javari; substituição do administrador da ADR de Atalaia do Norte; e a urgente demarcação da área indígena Vale do Javari e maior fiscalização da área para não deixar entrar madeireiros e pescadores).

1997- Dossier de documentos relacionados à liberação de acesso e transporte de madeira para extratores ilegais do Vale do Javari, Amigos da Terra – Programa Amazônia, São Paulo, SP.